

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
2 0 2 5

CREDICITRUS  HÁ MAIS DE
40 ANOS
COM VOCÊ

ESTÁ NO NOSSO **DNA** FAZER A
D I F E R E N Ç A

SUMÁRIO

Sobre o Relatório _____ 4
Mensagem da Administração _____ 6

Modelo de Negócios

Cooperativismo de Crédito _____ 12
A Credicitrus _____ 14
Geração de Valor _____ 16
Destaques 2025 _____ 18
Produtos e Serviços _____ 20
Desempenho Financeiro _____ 22
Resultado Social Econômico _____ 24
Estudo de Materialidade _____ 26
Plano de Sustentabilidade - Ciclo
2025/2027 _____ 28

Governança e Resiliência

Condução Responsável _____ 32
Ética e Combate à Corrupção _____ 46
Proteção de Dados Pessoais _____ 50
Bem-estar no Relacionamento com
os Associados _____ 52

Finanças Sustentáveis

Incentivo ao Financiamento
Sustentável _____ 62
Crédito Responsável _____ 64

**Sustentabilidade e
Impacto Econômico**

Gestão de Riscos e Oportunidades
Ambientais e Climáticas _____ 68
Desenvolvimento Comunitário e
Empoderamento Econômico _____ 72

**Educação e
Desenvolvimento
Humano**

Atração e Retenção de Talentos _____ 80
Engajamento, Equidade e Inclusão _____ 84
Educação e Conscientização
Organizacional em Sustentabilidade _____ 92
Relacionamentos e Cadeia de Valor _____ 96
Instituto Credicitrus _____ 100
Educação Financeira _____ 104

Transparência

Demonstrações Financeiras _____ 112
Relatório do Comitê de Auditoria _____ 187
Relatório do auditor independente sobre
as demonstrações financeiras _____ 189

Anexos

Sumário de Conteúdo GRI _____ 194
Índice SASB _____ 204
Mapa de ODS _____ 205
Expediente _____ 206

Sobre o Relatório

GRI 2-2 | 2-3

A Credicitrus tem a satisfação de apresentar o Relatório de Sustentabilidade 2025, uma publicação elaborada valorizando a transparência e a precisão na divulgação de informações sobre as principais práticas de sustentabilidade e responsabilidade social a todos os públicos de interesse.

Com o propósito de **“Somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade”**, a Credicitrus apresenta as principais iniciativas de 2025 e o Plano de Sustentabilidade - Ciclo 2025/2027.

Este Relatório reflete a evolução e os impactos positivos gerados aos associados, colaboradores, parceiros, sociedade e meio ambiente no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

No documento, são destacados os principais avanços nos negócios, que contribuíram para o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, social e de governança, com base no estudo de materialidade ([página 26](#)).

O Relatório adota as principais referências internacionais de reporte, reforçando o compromisso da Cooperativa com a transparência e a prestação de contas:

- Norma *Global Reporting Initiative* (GRI), referência global para a divul-

gação de práticas ESG, com indicadores que asseguram comparabilidade e avaliação do desempenho ao longo do tempo;

- *Framework* de Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que integra fatores financeiros e não financeiros, fortalecendo a visão de criação de valor no longo prazo;
- Indicadores do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), introduzidos no Relatório de 2024, com foco nas métricas mais relevantes para o setor financeiro;
- Indicadores próprios da Credicitrus, que monitoram as métricas internas de geração de valor;
- Contribuição para 16 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além dos resultados ESG, o Relatório apresenta o desempenho financeiro da Cooperativa, no [capítulo Transparência](#), reforçando o compromisso com a integridade das informações e a comunicação responsável com seus públicos de relacionamento.

Ferramentas de Leitura

O Relatório foi desenvolvido para proporcionar uma leitura fluida, flexível e intuitiva. O conteúdo pode ser explorado de forma linear, seguindo a sequência dos capítulos, ou de maneira temática, conforme as referências e diretrizes internacionais adotadas:



As informações reportadas segundo as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) estão identificadas no início de cada capítulo ou subcapítulo, com as marcações GRI XXX-X e SASB FN-CB-XXX.

Nos [Anexos](#), encontram-se os índices completos, com a lista de indicadores e a localização correspondente no conteúdo.



No início de cada capítulo, são indicados os Princípios do Cooperativismo relacionados às ações e iniciativas apresentadas. As definições completas de cada princípio podem ser consultadas na [página 13](#).



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais relevantes para a Credicitrus são destacados na abertura de cada capítulo e ao longo do texto, com um Mapa de ODS consolidado ao final do Relatório.



RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Garantir e zelar pela transparência, clareza e precisão na prestação de informações às partes interessadas, sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos, resultantes das operações da Credicitrus.

Este Relatório foi aprovado pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração em 4/3/2026.

Para dúvidas ou sugestões sobre o conteúdo apresentado neste Relatório de Sustentabilidade, entre em contato pelo e-mail: credicitrus@credicitrus.com.br

Mensagem da Administração

GRI 2-22

Resiliência e Evolução

Em 2025, a Credicitrus avançou em sua trajetória de crescimento e resiliência, consolidando resultados expressivos. O ano foi marcado por desafios e conquistas significativas, construídas a partir da cooperação, do empenho coletivo e do nosso propósito de **“Somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade”**.

Alinhados ao tema do Ano Internacional das Cooperativas *“Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”*, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), buscamos praticar esse compromisso em cada ação realizada ao longo do ano, **pois está no nosso DNA fazer a diferença!**

Fortalecendo um dos mais importantes princípios do cooperativismo, a **Gestão Democrática**, alcançamos, mais uma vez, um recorde de participação na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Mais de **71 mil** associados votaram ativamente, demonstrando engajamento e participação coletiva nas decisões da Cooperativa.

No âmbito da segurança da informação, obtivemos uma conquista relevante

com a certificação **ISO 27001:2022**, que confere à Credicitrus o reconhecimento dos mais elevados padrões internacionais de proteção de dados e cibersegurança. Em um cenário de crescente complexidade digital, esse avanço reforça a proteção de informações dos nossos associados e demonstra a confiabilidade dos nossos sistemas.

Mais uma vez, fomos reconhecidos pela **Great Place to Work (GPTW)**, nas categorias **Agronegócio, Instituições Financeiras, Estado de São Paulo e ranking Brasil**. Esse resultado expressa nosso compromisso em cultivar um ambiente de confiança, bem-estar e respeito. Esse reconhecimento vem da opinião dos nossos colaboradores, que vivem um clima harmonioso e inclusivo.

A proximidade com os associados, pilar fundamental de nossa atuação, foi intensificada ao longo do ano. Fortalecemos vínculos e aprofundamos a compreensão das necessidades de quem confia na Credicitrus para prosperar. Realizamos **14 eventos ECO** e marcamos presença em **34 feiras do agronegócio**, incluindo a Agrishow, a maior feira do setor no país. Essa atuação refletiu no resultado da pesquisa **Net Promoter Score (NPS)**, métrica utilizada para medir a lealdade e satisfação dos associados em relação à Cooperativa,

que alcançou notas históricas: registramos o maior número de associados participantes e a mais alta nota desde sua implantação na Cooperativa, **93,01** pontos. O **Customer Satisfaction Score (CSAT)** indicador que mede a satisfação dos associados com o atendimento e serviços prestados, manteve-se elevado, em **96,70%**. Esses resultados evidenciam a efetividade das nossas ações de relacionamento.

Com recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), promovemos o Circuito Credicitrus em **10 municípios** onde possuímos Postos de Atendimento. Vivenciamos, na prática, a materialização dos princípios e do ciclo virtuoso do cooperativismo, ao unir pessoas e disseminar conhecimento e cultura. Mais do que um evento, ampliamos nossa presença institucional, levamos educação financeira e cooperativista, proporcionando aos associados e à comunidade, experiências memoráveis. Ao todo, foram mais de **35 mil pessoas** participantes e mais de **40 mil alunos** de escolas locais impactados.

Além de conquistas, o ano também foi marcado pela superação de desafios. Demonstramos uma gestão de riscos robusta diante de mudanças regulató-

rias, como a implementação da Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional. Os impactos da norma foram minimizados pela gestão responsável, o que refletiu positivamente nos resultados financeiros da Cooperativa em 2025: os **ativos totais** superaram os **R\$ 18,2 bilhões**, representando um crescimento de **15,43%** em relação ao ano anterior; os **depósitos** atingiram **R\$ 12,9 bilhões**, correspondente a um aumento de **14,25%** em relação a 2024; enquanto a **carteira de crédito, somada à Cédula de Produto Rural (CPR)**, manteve a trajetória de expansão, atingindo **R\$ 8,9 bilhões**, representando um aumento de **7,42%** em relação a 2024. O **patrimônio líquido** atingiu **R\$ 3,5 bilhões**, um aumento de **14,05%** em relação a 2024; o **capital social** atingiu a marca de **R\$ 2,1 bilhões**, representando um aumento de **12,40%** em relação a 2024 e o **resultado do exercício** encerrou em **R\$ 515,9 milhões**, um aumento de **12,15%**, comparado a 2024.

O **Resultado Social Econômico** da Credicitrus, indicador financeiro único do modelo de negócios do cooperativismo de crédito, foi de **R\$ 1,601 bilhão**, um aumento de **11,57%** em relação a 2024. O indicador é composto pelas sobras e a economia em juros e tarifas que os associados fazem ao realizar suas movimen-

tações na Credicitrus, quando comparadas à realização das mesmas operações no sistema financeiro tradicional.

Esses resultados representam a solidez financeira, eficiência operacional e níveis robustos de capitalização e liquidez da Credicitrus, fatos reafirmados pela **Fitch Ratings**, uma das maiores agências de classificação de risco de crédito, que manteve a nota de risco da Cooperativa em AA+ (bra), posicionando a Cooperativa entre as instituições financeiras de menor risco do sistema financeiro nacional.

Com o Instituto Credicitrus, cumprimos o propósito de **“Construir Oportunidades. Transformar Vidas”**. Durante o ano, investimos mais de **R\$ 10,5 milhões** em projetos e iniciativas nos pilares social, educacional, ambiental e cultural, que impactaram mais de **106 mil pessoas** nas regiões onde atuamos, desempenhando um papel fundamental na promoção da transformação social e no apoio a iniciativas que contribuem para as bases de um futuro mais justo e sustentável.

Este ano, concluímos um ciclo iniciado em 2022, marcado por uma atuação responsável e com profundo senso de propósito. Ao longo desse período, cada decisão e iniciativa refletiu o empenho coletivo em fortalecer a governança e a Cooperativa, traduzindo não apenas a continuidade de um caminho sólido, mas também de evolução. Avançamos em temas estratégicos, aprimoramos processos internos, consolidamos práticas de transparência e reforçamos o nosso compromisso com os princípios que sustentam o cooperativismo.

De forma especial, celebramos o legado construído, pautado pela resiliência e solidez, que permanecem como pilares para os próximos anos. Agradecemos a confiança dos nossos associados, colaboradores e diretores executivos, bem como a dedicação e a contribuição de todos os conselheiros de administração, que atuaram com integridade e visão de futuro.

2026 representa a abertura de novas oportunidades para continuarmos evoluindo, sempre guiados por nossos valores, propósito e princípios do cooperativismo.

Alinhados ao tema do Ano Internacional das Cooperativas “Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), buscamos praticar esse compromisso em cada ação realizada ao longo do ano, pois está no nosso DNA fazer a diferença!

Marcos Lourenço Santin
Presidente do Conselho de Administração



MODELO DE NEGÓCIOS

GRI 2-1 | 2-6 | 2-29 | 3-1 | 3-2 | 201-1 | FS6 | FS13 | FS15 | IC-001 | IC-007 | IC-010

“Somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade”.

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

- 1 Adesão voluntária e livre
- 3 Participação econômica
- 4 Autonomia e independência

ODS:



Cooperativismo de Crédito

O cooperativismo de crédito se destaca como um modelo financeiro voltado à inclusão, ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento das economias locais. Ao ampliar o acesso a serviços financeiros e incentivar a educação financeira, as cooperativas contribuem para a circulação de recursos nas comunidades onde estão inseridas. Essa abordagem estimula relações duradouras com os associados, aproxima objetivos econômicos e sociais e contribui para a redução das desigualdades regionais, promovendo a geração de valor de forma compartilhada.

O modelo de negócios do cooperativismo de crédito tem como diferencial a participação ativa e direta dos associados nas decisões e na gestão da cooperativa. Os associados têm direito

a apenas um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes de capital, salvo os casos que estiverem impedidos de votar. Também, têm direito às sobras geradas ao final do exercício, que são distribuídas proporcionalmente à utilização dos produtos e serviços.

A distribuição de sobras gera um ciclo virtuoso, pois os recursos são realocados nas atividades econômicas locais, promovendo a inclusão financeira e gerando prosperidade às comunidades onde a Cooperativa está presente.

O cooperativismo é fundamentado em sete princípios, que orientam o funcionamento das cooperativas em todo o mundo e reforçam valores como democracia, solidariedade, equidade e desenvolvimento comunitário.

Princípios do Cooperativismo

1

Adesão Voluntária e Livre: a participação nas cooperativas é voluntária e aberta a todas as pessoas, com acessibilidade física e digital, sem discriminação de origem, gênero, classe social, etnia, orientação política ou crença religiosa, desde que estejam dispostas a assumir as responsabilidades como associadas.

2

Gestão Democrática: as cooperativas são organizações controladas pelos associados, que participam coletivamente da definição de políticas e da tomada de decisões, com direito a um voto por associado, independentemente do capital social.

3

Participação Econômica: os associados contribuem de forma equitativa para o capital da cooperativa e participam dos resultados econômicos, podendo receber remuneração limitada ao capital subscrito.

4

Autonomia e Independência: valores que garantem às cooperativas liberdade de atuação, com controle democrático exercido por seus próprios associados.

5

Educação, formação e informação: iniciativas que reforçam o papel das cooperativas na promoção da educação contínua de associados, dirigentes, colaboradores e comunidades, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a disseminação dos benefícios do cooperativismo.

6

Intercooperação: as cooperativas unem esforços em níveis local, regional, nacional e internacional para fortalecer o movimento cooperativista, gerar benefícios compartilhados e promover o desenvolvimento das comunidades onde atuam.

7

Interesse pela Comunidade: as cooperativas contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam, por meio de iniciativas nas dimensões econômica, social e ambiental.

A Credicitrus

GRI 2-1 | 2-6

Constituída em 14 de setembro de 1983, a Credicitrus é uma instituição financeira não bancária, organizada como sociedade cooperativa sem fins lucrativos e de responsabilidade limitada. É regida pela legislação aplicável às cooperativas de crédito, incluindo a Lei nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, a Lei nº 4.595/1964, os artigos 1.093 a 1.096 do Código Civil, além das normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e de seu Estatuto Social.

Trata-se de uma cooperativa de crédito de livre admissão, cujo propósito é “somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade”, oferecendo assistência financeira aos associados por meio de operações ativas, passivas e acessórias próprias do cooperativismo de crédito.

Guiada pelos princípios do cooperativismo e pelo compromisso com a excelência no atendimento, a Credicitrus tem como missão atender às necessidades de seus associados com soluções financeiras inovadoras e confiáveis, estimulando a economia colaborativa e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde atua.

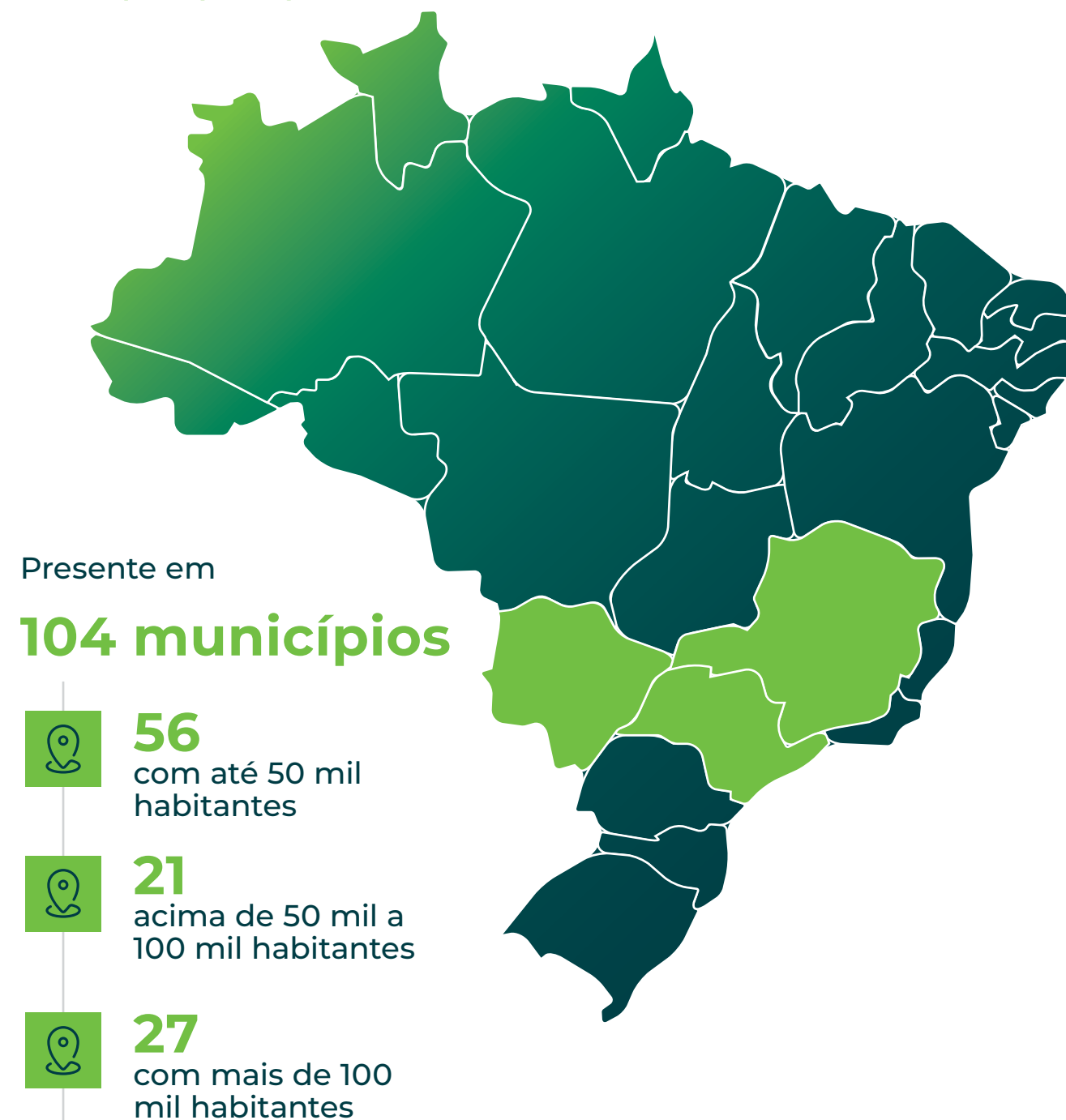
Em reforço a essa missão, desde 2019, o Instituto Credicitrus, braço social da Cooperativa, atua com o propósito de “construir oportunidades e transformar vidas”, apoiando projetos nos pilares social, educacional, ambiental e cultu-

ral voltados a associados, colaboradores e à comunidade.

Presente em três estados brasileiros, a Credicitrus conta com 118 Postos de Atendimento (PAs) físicos, compostos por 106 PAs Convencionais e 12 Escritórios de Negócios. Além de 8 PAs Sistêmicos, especializados no atendimento de carteiras de grandes negócios, e o Posto de Atendimento Digital, de abrangência nacional. Com um quadro associativo composto por mais de 173 mil associados.

Atuação

GRI 2-1 | FS6 | FS13 | IC-001



Destes, em

11 municípios,
é a única Cooperativa
de Crédito

Geração de Valor



Propósito

Somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade.



Missão

Atender as necessidades dos associados com soluções financeiras inovadoras e confiáveis, estimulando a economia colaborativa e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.



Visão

Ser excelência no atendimento, fundamentada nos princípios do cooperativismo.



Valores Corporativos

- Responsabilidade Social;
- Transparência;
- Diversidade;
- Inovação;
- Solidez.

Capitais



Humano



Manufaturado



Social e Relacionamento



Financeiro



Natural



Humano

- 1.236 colaboradores
- 173.703 associados
- Mais de 11 mil associados no Posto de Atendimento Digital

Aos Colaboradores

- 193 contratações
- Média de 66,30 horas de treinamento por colaborador



Manufaturado

- 106 Postos de Atendimento
- 12 Escritórios de Negócios
- 1 Posto de Atendimento Digital
- 8 Postos de Atendimento Sistêmicos
- 104 municípios, sendo a única cooperativa em 11 deles

Aos Associados

- Mais de R\$ 1,6 bilhão em Resultado Social Econômico
- Mais de 71 mil votos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária



Natural

- 1.787.253,83 kWh de energia fotovoltaica consumida
- 6,4 m³ referente a água de reuso (captação de água de chuva) na sede Administrativa



Social e Relacionamento

- 955 fornecedores diretos
- 28 projetos apoiados pelo Instituto Credicitrus

Às Comunidades

- Mais de R\$ 10,5 milhões em investimento social
- Mais de 106 mil pessoas beneficiadas pelos projetos do Instituto Credicitrus
- Doação de mais de 400 mil fraldas, arrecadadas durante a Assembleia, destinadas a entidades sociais locais



Financeiro

- Mais de R\$ 2 bilhões de Capital Social
- Mais de R\$ 18,2 bilhões em ativos totais

Ao Negócio

- Mais de 50 soluções financeiras
- R\$ 515,9 milhões de resultado do exercício

Destques 2025



Capital Social

Atingiu a marca de R\$ 2 bilhões



Fitch Ratings

Manutenção da nota de risco de crédito *Rating* Nacional de Longo Prazo “AA+(bra)” com Perspectiva Estável, e o Rating Nacional de Curto Prazo “F1+(bra)”



ISO/ IEC 27001

Conquista da certificação internacional pelos elevados padrões na gestão de segurança da informação. [Página 51](#)



Great Place To Work - GPTW

Eleita uma das melhores empresas para se trabalhar nas categorias Agronegócio, Instituições Financeiras, Estado de São Paulo e ranking Brasil

[Página 91](#)



Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Mais de 71 mil votos, uma marca histórica de participação, e a arrecadação de mais de 400 mil fraldas em ação social. [Página 34](#)



Circuito Credicitrus

Passando por 10 cidades em que a Credicitrus possui Posto de Atendimento. [Página 74](#)



RECIP 2025

Reconhecimento da Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central do Brasil (FENASBAC), pelo compromisso com a inovação, a gestão sustentável



14° Prêmio Visão Agro Centro-Sul

1º lugar na categoria Cooperativa de Crédito Região Centro-Sul



27° Prêmio Abrasca

3ª posição no ranking de Melhor Relatório Anual, na categoria Empresas Fechadas



Lançamento do Selo de Sustentabilidade Credicitrus

Iniciativa que reconhece ações promovidas pela Cooperativa voltadas às práticas sustentáveis. [Página 94](#)



Lançamento do Coo.nexão Agro

Programa de estímulo à inovação no agronegócio. [Página 73](#)

Produtos e Serviços

GRI 2-6 | 2-29 | FS6

A Credicitrus possui um portfólio diversificado de produtos e serviços para atender às necessidades dos associados com soluções financeiras inovadoras e confiáveis:

Principais Linhas de Crédito

- › **Crédito Rotativo:** Rural e Pessoa Jurídica (PJ)
- › **Crédito para o Agronegócio**
- › **Crédito Rural:** Custeio, Investimento e Comercialização
- › **Financiamentos:** Imóvel Rural; Veículos convencionais, híbridos e elétricos; Equipamentos de energia fotovoltaica; Máquinas e equipamentos (PJ); Lotes urbanos, salas comerciais e cotas-partes
- › **PIX Parcelado**
- › **Crédito Pré-Aprovado**
- › **Crédito Pessoal**
- › **Capital de Giro:** Geral e 13º salário
- › **Antecipação:** Recebíveis (duplicatas, NPRs, cheques e cartões); 13º salário; Imposto de Renda; Saque do FGTS; Fornecedores
- › **Cédula de Produto Rural Financeira** (CPR-F)

Investimentos

- › **Letra de Crédito do Agronegócio** (LCA)
- › **Recibo de Depósito Cooperativo** (RDC): Flexível, Progressivo, DI com Carência e Fidelidade
- › **Poupança**
- › **Fundos de Investimento**
- › **Tesouro Direto**
- › **Home Broker**
- › **Capital Social**

Produtos e Serviços

- › **Associação Digital**
- › **App Sicoob** (aplicativo)
- › **Cartão Sicoobcard** (crédito e débito)
- › **Cartão Coopcerto** (alimentação e refeição)
- › **Seguros de Vida**
- › **Seguros Gerais**
- › **Cobrança Bancária**
- › **Consórcios**
- › **Coopera** (Programa de Fidelidade)
- › **MarketClub** (Plataforma de Financiamentos)
- › **SIPAG** (Adquirência de Cartões)
- › **Sicoob TAG** (pedágios e estacionamentos)
- › **Previdência Privada:** PGBL e VGBL
- › **Internet Banking**
- › **PIX e TED**
- › **Débito Direto Autorizado** (DDA)
- › **Folha de Pagamento**
- › **Open Finance**
- › **Câmbio Pronto:** Importação, Exportação e Financeiro
- › **Crédito de Câmbio**
- › **Transferência Internacional**
- › **Viva Bem Plus**



Para saber mais sobre os Produtos e Serviços que a Credicitrus oferece, acesse:
<http://sicoobcredicitrus.com.br>

Conduta na Oferta de Produtos e Serviços

GRI FS15 | IC-010

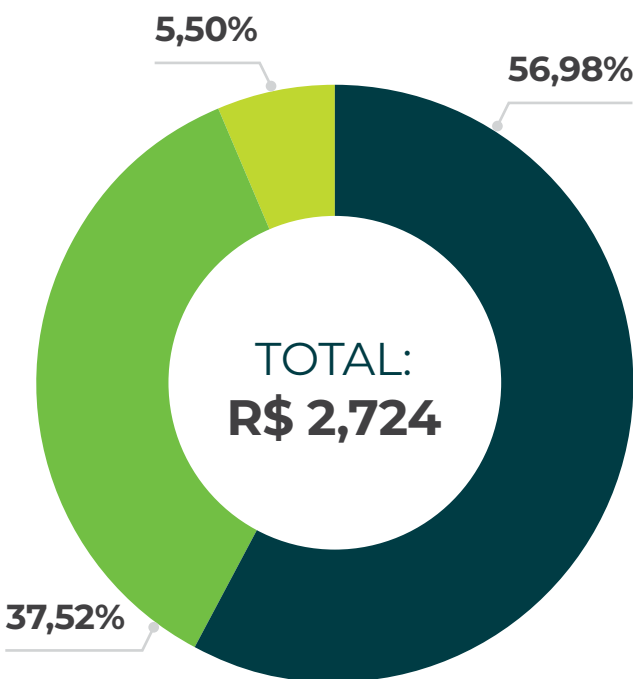
Pautada na conduta ética no relacionamento com os associados, a Credicitrus adota diretrizes e procedimentos que orientam a interação com associados, clientes e usuários de produtos e serviços financeiros. Esses princípios estão formalizados na Política de Relacionamento com Associados, Clientes e Usuários, em conformidade com a Resolução nº 4.949/2021 do Conselho Monetário Nacional.

A Cooperativa busca disseminar uma cultura de atendimento baseada em relações cooperativas e equilibradas, assegurando tratamento justo e equitativo, bem como a conformidade e a legitimidade na comercialização de produtos e serviços. No relacionamento com associados e demais públicos, os colaboradores devem atuar em observância aos princípios éticos previstos no Pacto de Ética do Sicoob, preservando a reputação e a credibilidade da Credicitrus.

Por meio da avaliação detalhada do perfil dos associados e do portfólio disponível, a Cooperativa assegura a oferta, a recomendação e a distribuição de produtos e serviços alinhados às necessidades identificadas.

Em 2025, os negócios gerados com produtos e serviços financeiros resultaram em uma receita superior a R\$ 2,724 bilhões.

Distribuição da Receita em 2025 (em R\$ bilhões):



- Crédito: R\$ 1,552 bilhão
- Tesouraria: R\$ 1,022 bilhão
- Produtos e Serviços: R\$ 150,0 milhões

Desempenho Financeiro

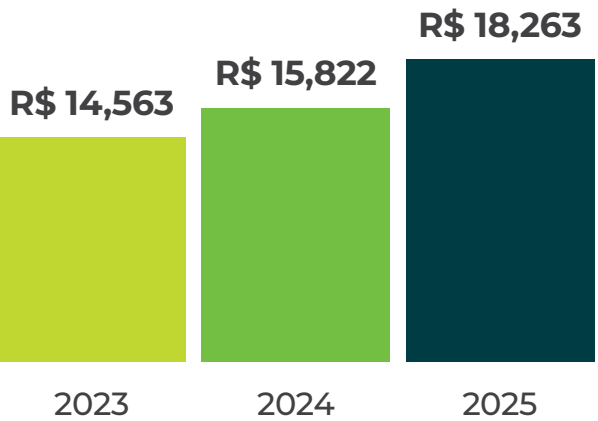
GRI 201-1 | IC-007

Em 2025, a Credicitrus manteve uma posição de capital robusta e alinhada às melhores práticas de gestão de riscos, encerrando o ano com Índice de Basileia de 29,10%, situando-se entre os mais elevados do Sistema Financeiro Nacional e mantendo folga confortável em relação aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Esse nível de capitalização reforça a segurança dos associados e contribui

Ativos totais (em R\$ bilhões)

Em 2025, os ativos totais da Cooperativa superaram R\$ 18,263 bilhões, com crescimento de **15,43%** em relação a 2024, consolidando a Credicitrus como a maior cooperativa de crédito do país em volume de ativos.

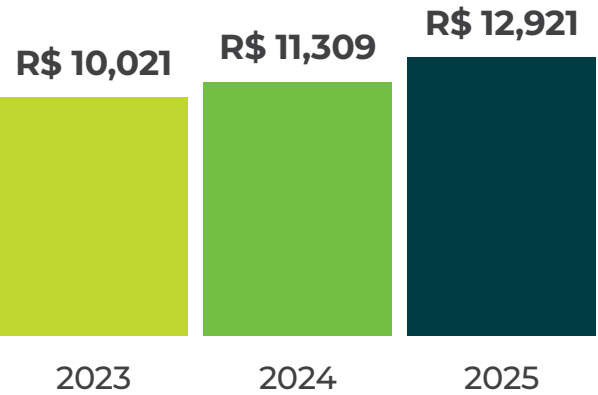


para o crescimento sustentável das operações da Cooperativa. O Índice de Basileia (IB) da Credicitrus é um dos principais indicadores de solidez financeira, pois mede a relação entre o capital próprio disponível e os riscos assumidos nas operações de crédito, investimentos e demais exposições.

A seguir, os principais indicadores econômico-financeiros que demonstram a capacidade de crescimento da Credicitrus:

Depósitos à vista, a prazo, LCA/LCI e Poupança* (em R\$ bilhões)

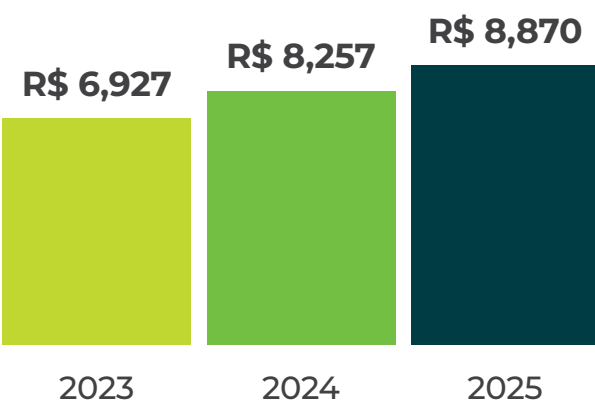
Ao longo do ano, as captações totalizaram R\$ 12,921 bilhões, incluindo depósitos à vista, a prazo, aplicações em LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e Poupança, o que representa um crescimento de **14,25%** em relação ao ano anterior e evidencia a confiança dos associados na Cooperativa.



*A partir de 2025, em decorrência das adequações regulatórias e operacionais implementadas no Sistema Sicoob, e conforme previsto na Resolução CMN nº 5.044/2022, a Credicitrus passou a realizar a captação direta dos depósitos de Poupança. Além disso, não houve aplicações em Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

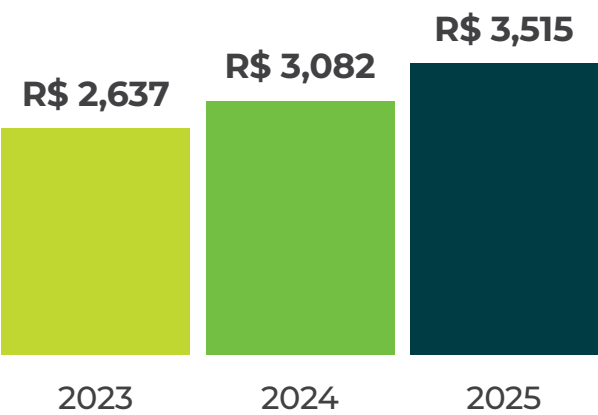
Operações de crédito e Cédula de Produto Rural (CPR) (em R\$ bilhões)

Apresentaram um crescimento significativo ao longo de 2025, com uma carteira que atingiu mais de R\$ 8,870 bilhões, registrando uma expansão de **7,42%** em comparação ao ano anterior.



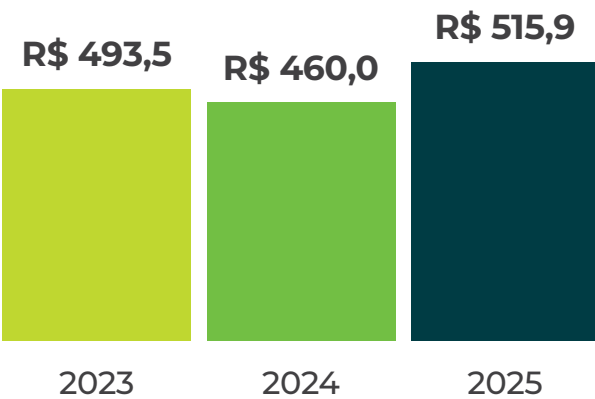
Patrimônio Líquido (em R\$ bilhões)

Principal indicador da solidez econômico-financeira da Credicitrus, totalizou R\$ 3,515 bilhões, registrando um crescimento de **14,05%** em 2025, comparado ao ano anterior.



Resultado do exercício (em R\$ milhões)

Ao longo de 2025, houve um crescimento expressivo, alcançando um resultado de R\$ 515,9 milhões, o que representa uma expansão de **12,15%** em relação ao ano anterior.



Resultado Social Econômico

GRI 201-1 | IC-007

O cooperativismo de crédito é um modelo de negócios baseado na associação de pessoas que compartilham interesses e valores comuns, com foco no desenvolvimento econômico, social e comunitário.

Os recursos gerados pela Cooperativa permanecem nas localidades onde atua, contribuindo para a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia local e a criação de um ciclo virtuoso de prosperidade para a comunidade.

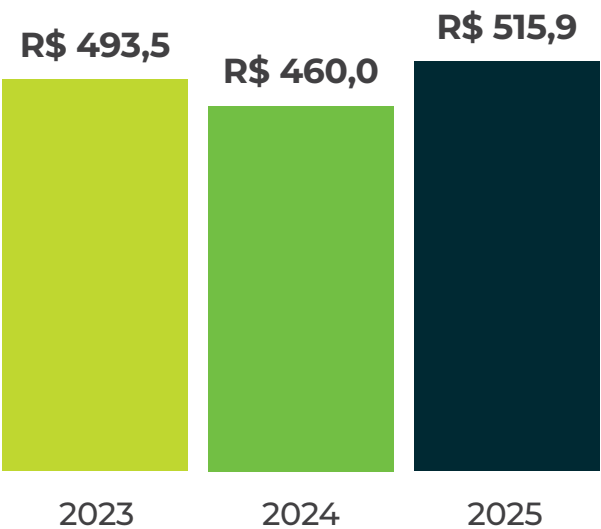
Nesse contexto, o Resultado Social Econômico permite mensurar o impacto direto do modelo de negócios do cooperativismo de crédito, ao avaliar a economia obtida pelos associados em taxas de juros e tarifas, em comparação às mesmas operações realizadas no sistema financeiro tradicional.

Diferença entre taxas de juros cobradas pela Credicitrus versus a média cobrada pelas cinco maiores instituições financeiras:

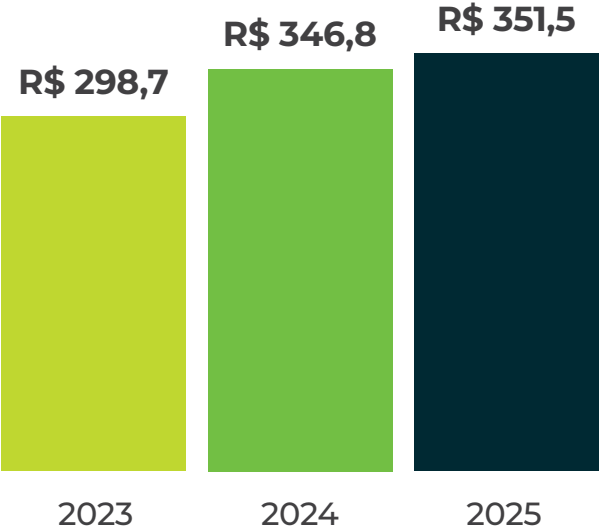
19,26%

menor que essas instituições financeiras.

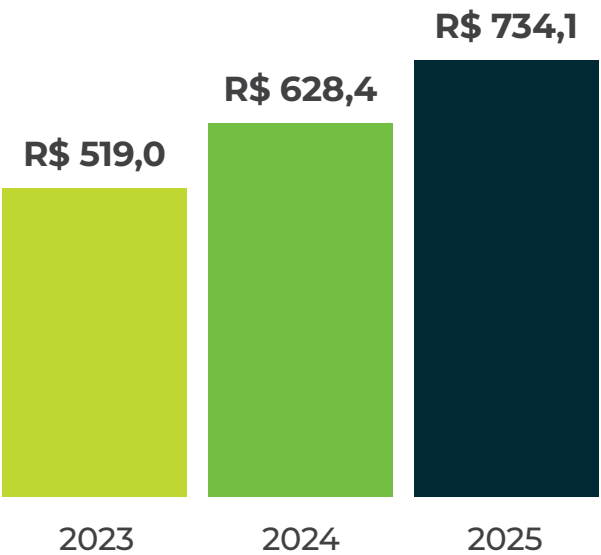
Em 2025, foram geradas sobras de **R\$ 515,9 milhões**



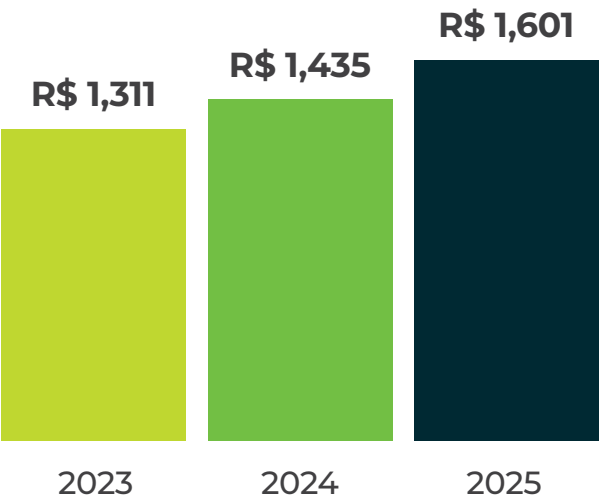
Economia em tarifas de **R\$ 351,5 milhões**



O montante economizado em juros e encargos foi de **R\$ 734,1 milhões**



O Resultado Social Econômico foi de **R\$ 1,601 bilhão**



Estudo de Materialidade

GRI 2-29 | 3-1 | 3-2

O cooperativismo, desde a sua origem, é fundamentado em valores e princípios que se alinham aos pilares ambiental, social e de governança, hoje consolidados no conceito ESG. Com o objetivo de transformar os princípios do cooperativismo em ações práticas, a Credicitrus realizou a revisão da matriz de materialidade, por meio do mapeamento dos temas ambientais, sociais e de governança mais relevantes.

Seguindo a metodologia proposta pela *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), referência global em relatos financeiros e de sustentabilidade, foram identificados os temas mais relevantes pela Cooperativa, assim como aqueles que mais influenciam seus negócios em termos de riscos e oportunidades.

O processo envolveu a análise das melhores práticas ESG no mercado financeiro, a revisão de *frameworks* como a *Global Reporting Initiative* (GRI), o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de um estudo de *benchmarking* com instituições financeiras. Adicionalmente, foram realizadas cinco entrevistas com lideranças da Credicitrus para aprofundar a compreensão estratégica dos temas e alinhar percepções internas, além de uma pesquisa online envolvendo públicos prioritários, que resultou em 1.189 participações.

Como resultado do estudo, foram identificados 11 temas materiais, organizados em quatro pilares estratégicos.



Governança e resiliência



Sustentabilidade e impacto positivo



Finanças sustentáveis



Educação e desenvolvimento humano

Plano de Sustentabilidade

- Ciclo 2025/2027

GRI 2-29 | 3-1 | 3-2

Com o propósito de aprimorar e evoluir continuamente suas práticas, a Credicitrus atualizou o seu Plano de Sustentabilidade com base nos temas materiais relevantes, sob o conceito “**Transformar desafios em oportunidades com a força do cooperativismo**”.

O plano é um instrumento estratégico que orienta ações e métricas para avaliar o desempenho ESG, fortalecendo o alinhamento entre negócios, governança, gestão de riscos e sustentabilidade, ampliando a geração de valor a longo prazo para a organização e para a sociedade.

Estruturado como um Ciclo Virtuoso, o Plano organiza os temas identificados no Estudo de Materialidade em quatro pilares estratégicos, reforçando assim o compromisso da Cooperativa com o crédito justo, sobras reinvestidas, educação transformadora e o cuidado ambiental, sustentados por uma Governança participativa e resiliente.

Esta atuação visa gerar valor para as comunidades, promovendo prosperidade com dignidade, segurança e consciência para associados, colaboradores e parceiros, e contribuir para a perenidade da Cooperativa.

Ciclo Virtuoso

Nossa jornada para transformar desafios em oportunidades com a força do cooperativismo.

4 Pilares Estratégicos

Governança e resiliência

Fortalecer a confiança e a perenidade do modelo cooperativo.

11 Temas Estratégicos

Bem-estar no relacionamento com os associados

Proteção de dados pessoais

Ética e combate à corrupção

ODS correlatos



Finanças sustentáveis

Ampliar o impacto econômico positivo do crédito cooperativo.

Incentivo ao financiamento sustentável

Crédito responsável



Sustentabilidade e impacto positivo

Impulsionar a transição sustentável dos associados e comunidades.

Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas

Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico



Educação e desenvolvimento humano

Promover a educação contínua e o desenvolvimento das pessoas para uma cultura organizacional inclusiva e sustentável.

Atração e retenção de talentos

Educação financeira

Educação e conscientização organizacional em sustentabilidade

Engajamento, equidade e inclusão



GOVERNANÇA E RESILIÊNCIA

GRI 2-1 | 2-9 | 2-10 | 2-11 | 2-12 | 2-15 | 2-16 | 2-17 | 2-18 | 2-19
| 2-20 | 2-23 | 2-24 | 2-25 | 2-26 | 2-29 | 3-2 | 3-3 | 203-2 | 205-2
| 405-1 | 413-1 | FS15 | IC-002 | IC-003 | IC-004
| IC-005 | IC-006 | SASB FN-CB-230A.1 | 230A.2

“Fortalecer a confiança e a perenidade do modelo cooperativo”.

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

- 2 Gestão democrática
- 4 Autonomia e independência
- 5 Educação, formação e informação
- 6 Intercooperação
- 7 Interesse pela Comunidade

ODS:



Condução Responsável

GRI 2-23 | 3-3

Princípios de Governança Corporativa

A gestão da Cooperativa segue as leis e regulamentos aplicáveis, sempre orientada pelo seu propósito e pelos seus valores corporativos. Sua gestão está alinhada aos princípios de governança instituídos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): **Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilização e Sustentabilidade.**

Integridade: promover continuamente a cultura ética na organização, garantindo decisões livres de conflitos de interesse, alinhando discurso e prática, e mantendo lealdade à empresa, bem como cuidado com as partes interessadas, a sociedade e o meio ambiente.

Transparência: garantir a transparência, disponibilizando informações verdadeiras, claras e relevantes às partes interessadas, indo além das exigências legais e incluindo aspectos econômico-financeiros, ambientais, sociais e de governança, para promover confiança e desenvolvimento dos negócios.

Equidade: tratar todos os associados e partes interessadas de forma justa, respeitando direitos, deveres e expectativas. A equidade pressupõe uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas, pautadas por justiça, respeito, diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades.

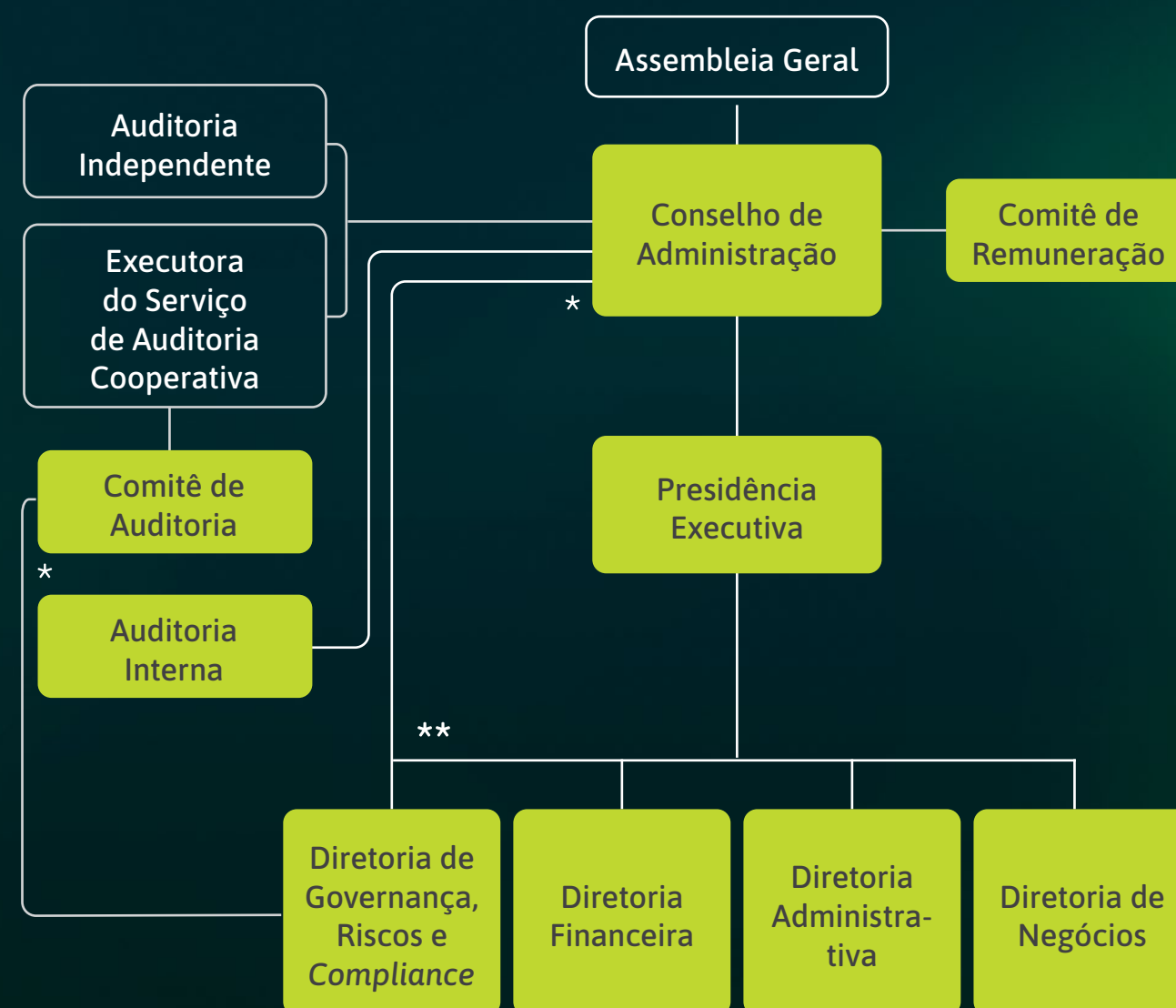
Responsabilização: atuar com diligência e independência visando à geração de valor sustentável no longo prazo, assumindo responsabilidade por atos e omissões e prestando contas de forma clara e tempestiva, conscientes do impacto das decisões na organização, partes interessadas e meio ambiente.

Sustentabilidade: garantir a sustentabilidade econômico-financeira da organização, reduzir eventuais impactos negativos e ampliar os positivos, considerando os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, natural e reputacional) no curto, médio e longo prazos, reconhecendo sua interdependência com os ecossistemas social, econômico e ambiental e fortalecendo sua responsabilidade perante a sociedade.

Estrutura de Governança Corporativa

GRI 2-1 | 2-9 | 2-11 | 2-12 | 2-23 | 405-1

A estrutura de governança corporativa da Credicitrus é composta pelos órgãos sociais: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Comitê de Auditoria; e Comitê de Remuneração, conforme demonstrado no Organograma Geral a seguir:



* Reporte direto, de maneira independente, relativo ao gerenciamento de riscos e capital (CRO), governança e Compliance.

** Reporte relativo aos demais assuntos.

Assembleia Geral

IC-006

A Assembleia é o órgão máximo de decisão da Cooperativa, por meio da qual os associados exercem o princípio da gestão democrática, e têm autoridade, nos limites da legislação e do Estatuto Social, para deliberar sobre os assuntos de interesse dos associados.

Assembleia Geral Ordinária (AGO)

IC-006

A realização da Assembleia Geral Ordinária é obrigatória, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social anterior.

Cabe à AGO analisar e decidir sobre temas que devem constar previamente no edital de convocação, tais como: prestação de contas dos órgãos de administração; definição da destinação das sobras; aprovação da fórmula de cálculo para distribuição de sobras e rateio de perdas; eleição dos membros do Conselho de Administração; e definição do valor global destinado à remuneração dos integrantes do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e demais comitês. Também podem ser tratados outros assuntos de interesse social, que não sejam de competência exclusiva da AGE.

Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

A AGE é convocada sempre que necessário e tem a autoridade para deliberar sobre qualquer assunto de interesse da

Cooperativa, desde que esteja incluído na pauta do edital de convocação.

A AGE possui competência exclusiva para decidir sobre os seguintes temas:

- Reforma do Estatuto Social;
- Fusão, incorporação e desmembramento;
- Mudança de objeto social;
- Dissolução voluntária da sociedade e nomeação do liquidante;
- Aprovação das contas do liquidante.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2025

IC-006

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nos dias 7 a 16 de abril de 2025, registrou a participação de mais de 71 mil associados votantes. Esse marco histórico da Credicitrus fortalece o cooperativismo de crédito brasileiro e legitima o 2º Princípio do Cooperativismo - Gestão Democrática.

De 8 a 10 de abril, a Credicitrus promoveu reuniões presenciais nos municípios onde possui Postos de Atendimento. O objetivo foi fortalecer o relacionamento com os associados e reforçar a importância da participação nas Assembleias. Cerca de 18 mil associados estiveram presentes nas reuniões.

Arrecadação de fraldas

Inspirada no 7º Princípio do Cooperativismo - Interesse pela Comunidade, a Credicitrus promoveu mais uma ação social durante a Assembleia Geral.

Ao votarem por meio do aplicativo Sicoob Moob, os associados puderam escolher entre receber um brinde (kit para queijo) ou doar um pacote de fraldas geriátricas a uma entidade filantrópica do município de arrecadação.

A iniciativa solidária resultou na doação de mais de 23 mil pacotes de fraldas (aproximadamente 400 mil fraldas).



Conselho de Administração - Mandato 2022/2026

GRI 2-9 | 2-10 | 2-11 | 405-1

Composto por oito membros eleitos em Assembleia Geral, o órgão tem um mandato de quatro anos, com renovação mínima de um terço dos integrantes ao final de cada período.

Este órgão é responsável por conduzir a estratégia dos negócios, definindo diretrizes que garantam uma gestão eficiente das operações e o alcance dos objetivos estabelecidos no Estatuto, além de proteger o capital dos associados.

Cabe ao Conselho de Administração eleger, nomear, destituir, substituir e reconduzir os membros da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e de outros Comitês e o Ouvidor.

A seguir, conheça os membros¹ e o perfil da composição do órgão.



50%

mulheres

50%

Homens



1 membro

entre 30 e 50 anos

7 membros

acima de 50 anos



¹Da esquerda para direita: Glaucia Oliveira Perri Santos, Maria Áurea Trindade Lopes Poleselli, Marcos Lourenço Santin, Maria Tereza de Souza Lima Uchôa, Claudemir Strachicini, Maria Madalena Fernandes Rocha, Eduardo Noriyuki Yamada e Marcelo Martins.

Marcos Lourenço Santin

Presidente

Membro do Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e Inovação e Comitê de Sucessão e Remuneração.

Maria Tereza de Souza Lima Uchôa

Vice-Presidente

Presidente do Instituto Credicitrus e membro do Comitê de Estratégia e Inovação.

Claudemir Strachicini

Membro Vogal

Membro do Comitê de Auditoria.

Glaucia Oliveira Perri Santos

Membro Vogal

Membro do Comitê de Sucessão e Remuneração.

Marcelo Martins

Membro Vogal

Coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação.

Eduardo Noriyuki Yamada

Membro Vogal

Maria Áurea Trindade Lopes Poleselli

Membro Vogal

Membro do Comitê de Sucessão e Remuneração.

Maria Madalena Fernandes Rocha

Membro Vogal

Coordenadora do Comitê de Auditoria.

Diretoria Executiva - Mandato 2024/2026

GRI 2-9 | 2-10

Composta por cinco membros¹, nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

O órgão é responsável pela condução das atividades organizacionais, compreendendo o processo de tomada de decisões relativas ao objeto social da Cooperativa e suas operações. Encarregada de cumprir e executar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, garantindo o adequado e eficaz cumprimento das atribuições estatutárias.

Conheça a seguir seus membros¹ e o perfil da composição do órgão:



20%
mulheres

80%
Homens



3 membros
entre 30 e 50 anos

2 membros
acima de 50 anos



¹Da esquerda para a direita, Jonas Ferreira, Fabio Rodrigues Fernandes, Walmir Fernandes Segatto, Wagner Aparecido Alguas e Denise T. da Silva de Almeida.

Walmir Fernandes Segatto
Diretor-Presidente Executivo e Vice-Presidente do Instituto Credicitrus

Jonas Ferreira
Diretor de Governança, Riscos e Compliance

Denise T. da Silva de Almeida
Diretora Administrativa

Wagner Aparecido Alguas
Diretor Financeiro

Fabio Rodrigues Fernandes
Diretor de Negócios

Comitê de Auditoria - Mandato 2025/2026

Órgão estatutário permanente de assessoramento ao Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa. Sua atuação é regida pela Resolução CMN nº 4.910/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.067/2023.

De acordo com a regulação vigente, ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade que o qualifiquem para a função.

O órgão é composto por:



**Maria Madalena
Fernandes Rocha**
Coordenadora



**Claudemir
Strachicini**
Membro



**Marcos Lourenço
Santin**
Membro

Comitê de Remuneração

Órgão estatutário de caráter permanente, voltado ao assessoramento do Conselho de Administração, no que concerne à implementação, à operacionalização e à gestão da Política de Remuneração de Administradores e de Membros de Comitês e nos temas pertinentes ao processo sucessório de membros dos órgãos sociais.

O Comitê de Remuneração foi constituído nos termos da Resolução nº 5.177/2024 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.



Para saber mais sobre os órgãos sociais e suas atribuições, acesse o Estatuto Social: <https://sicoobcredicitrus.com.br/normativos/>

Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia

GRI 2-9 | 2-10

Um dos requisitos para o associado ser eleito para cargo do Conselho de Administração é ter participado ou estar participando do Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia, conforme previsto no Estatuto Social.

Fundamentada no 5º Princípio do Cooperativismo - Educação, formação e informação, a Credicitrus iniciou em 2025 a segunda turma do Programa, com 26 alunos aprovados no processo seletivo. A formação oferece conhecimento técnico e qualificado a associados pessoas físicas, com carga horária total de 86 horas. Seu objetivo principal é identificar e desenvolver potenciais sucessores para a alta administração da Cooperativa, visando a renovação qualificada dos membros de órgãos estatutários.

A aula inaugural ocorreu em 24 de abril na sede da Cooperativa, em Bebedouro (SP), conduzida por professores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os conteúdos abordados na formação incluem: governança e boas práticas cooperativas; planejamento estratégico; liderança; projetos; negociação; *compliance*; auditoria das demonstrações financeiras; e mentoria para acompanhamento das ações interpessoais e profissionais.

A iniciativa é inteiramente custeada pela Credicitrus com recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), conforme previsto no Estatuto Social da Cooperativa.

Política de Renovação dos Membros do Conselho de Administração

Em conformidade com a legislação vigente, os conselheiros são eleitos para mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos para no máximo três mandatos consecutivos. Cada membro poderá exercer mandatos consecutivos até o limite total de 12 (doze) anos de atuação contínua. Após completar o limite máximo de mandatos consecutivos, o membro deverá se afastar por, no mínimo, um mandato antes que possa se candidatar novamente.

Conforme a Resolução CMN nº 5.051/2022, o cômputo do prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração passa a vigor para os eleitos ao cargo a partir da Assembleia Geral Ordinária do ano de 2026, não considerando mandatos anteriores à sua vigência.

A renovação dos membros do Conselho de Administração é um instrumento estratégico para assegurar a continuidade institucional e a representatividade na governança da Cooperativa.

A Política na íntegra está publicada no site institucional, por meio do link: <https://sicoobcredicitrus.com.br/normativos/>

Comitês e Comissões

GRI 2-9 | 2-17

O Conselho de Administração é responsável por aprovar a constituição dos Comitês e seus respectivos instrumentos normativos, por meio dos quais são estabelecidas as regras gerais de funcionamento, as competências e as atribuições.

Conheça os principais Comitês da Credicitrus e suas atribuições:

Comitê de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises

Colegiado permanente, voltado ao gerenciamento da continuidade de negócios da Credicitrus e à gestão de crises (GCN). Compete a esse Comitê analisar e avaliar a implementação e o cumprimento das políticas que tratam da continuidade dos negócios, e gerir qualquer evento que impacte ou tenha o potencial de impactar significativamente as atividades da Cooperativa.

Comitê Institucional de Relacionamento

Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e tem como finalidade reunir os Coordenadores Institucionais de Relacionamento para debater temas de sua competência, que envolvam o fortalecimento do vínculo entre a Credicitrus e seus associados.

Comitê de Riscos

Assessora o Conselho de Administração na definição de diretrizes e estra-

tégias para o gerenciamento de riscos e de capital. Também recomenda ações para garantir o cumprimento da Resolução CMN nº 4.557/2017 e demais normas regulatórias.

Comitê de Estratégia e Inovação

Apoia o Conselho de Administração na definição das principais estratégias de longo prazo da Cooperativa, além de avaliar oportunidades de novos negócios e investimentos.

Comitê de Sucessão e Remuneração

Comitê de assessoramento do Conselho de Administração, nas deliberações e temas pertinentes à sucessão e remuneração, na gestão da Política de Remuneração de Administradores e de Membros de Comitês, e no processo sucessório de membros dos órgãos sociais. Criado em 2019, o Comitê permaneceu em funcionamento até novembro de 2025. Em virtude da **Resolução CMN nº 5.177/2024**, o seu **Regulamento** foi revisado e a denominação do comitê alterada para **Comitê de Remuneração**.

Comissões

Além dos Comitês, a Credicitrus possui Comissões, que são instituídas pela Diretoria Executiva. De caráter técnico, são formadas de acordo com as especificidades de cada tema. A estrutura atual contempla as Comissões de: Negócios; Segurança da Informação; Orçamentária; BNDU (Bens Não-de-uso Próprio); Gente; Novos Sistemas; e Privacidade de Dados Pessoais.

Coordenadores Institucionais de Relacionamento

GRI 2-29

Os coordenadores desempenham um papel essencial na Credicitrus, atuando como fomentadores dos princípios do cooperativismo e fortalecendo o relacionamento entre os associados e a Credicitrus. São responsáveis por difundir os valores cooperativistas, incentivar o engajamento dos associados e contribuir com sugestões para o constante aprimoramento das atividades da Cooperativa.

A candidatura ao cargo de Coordenador, função não remunerada, é destinada exclusivamente a pessoas físicas associadas, que atendam aos requisitos do regulamento específico. O mandato tem duração de dois anos, com possibilidade de reeleição, garantindo continuidade e representatividade no relacionamento institucional. Os Coor-

denadores são eleitos pelos associados dos Postos de Atendimento.

Programa de Formação em Governança e Sucessão Familiar

O Programa visa oferecer formação técnica aos associados, capacitando-os para estruturar e implementar práticas de governança corporativa em empresas familiares.

A iniciativa reforça o compromisso da Credicitrus com o 5º Princípio do Cooperativismo – Educação, Formação e Informação, preparando os participantes para lidar com desafios presentes e futuros. O conteúdo aborda boas práticas de governança que contribuem para a gestão do patrimônio, planejamento sucessório, mediação de conflitos e compreensão dos aspectos organizacionais e jurídicos que envolvem empresas familiares.

Em 2025, a 3ª edição do Programa foi realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC) e totalmente custeado pela Credicitrus, com recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).



Para conhecer os Coordenadores Institucionais de Relacionamento, acesse: <https://sicoobcredicitrus.com.br/coordenadores/>

Avaliação de Desempenho da Alta Administração

GRI 2-18

O Conselho de Administração realiza anualmente o processo de autoavaliação, seguindo as diretrizes do Manual de Governança Corporativa do Sicoob e as orientações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Esse processo permite analisar tanto o desempenho individual dos conselheiros, quanto a atuação do colegiado como órgão de governança, incluindo sua relação com os comitês de assessoramento.

Em 2025, a autoavaliação foi aplicada, seus resultados apresentados ao Conselho de Administração, e foram definidas ações e iniciativas voltadas ao aprimoramento contínuo de suas práticas.

Práticas de Remuneração

GRI 2-19 | 2-20

As práticas adotadas de remuneração dos Conselheiros e Diretores Executivos buscam promover a criação de valor sustentável e assegurar a perenidade da Cooperativa. Elas são compatíveis com as políticas de gestão de risco e alinhadas ao planejamento estratégico.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definida de acordo com a dotação global aprovada pela Assembleia Geral Ordinária. Os membros da Diretoria Executiva têm direito à remuneração variável, condicionada à avaliação de desempenho, que pode considerar métricas associadas a indicadores de riscos e de sustentabilidade.

Em razão da publicação da Resolução CMN nº 5.177/2024, que dispõe sobre a Política de Remuneração de Administradores das instituições financeiras, a Credicitrus revisou as políticas para adequação à nova regulamentação.

Aperfeiçoamento de Competências

GRI 2-9 | 2-17

Com o objetivo de promover a capacitação contínua de seus dirigentes e garantir alinhamento às melhores práticas do setor, a Credicitrus estimula e preza pelo desenvolvimento de competências por meio da realização de cursos, congressos, certificações, entre outros. Essas ações seguem as diretrizes de sucessão de administradores e as regulamentações aplicáveis.

Em 2025, os dirigentes da Credicitrus participaram de diversas capacitações alinhadas às necessidades estratégicas identificadas. As iniciativas incluíram cursos, congressos e eventos externos, com destaque para:

- **26º Congresso do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**, com o tema “Governança em um mundo disruptivo”;
- **45ª Edição do Congresso Brasileiro de Auditoria Interna**, que abordou o tema “O papel transformador da Auditoria Interna na Governança Corporativa”;
- **5º Fórum Integrativo da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - Confebras**, com o tema “Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”;
- **Febraban Tech**: maior congresso de tecnologia e inovação do setor financeiro, organizado pela Federação Brasileira de Bancos, com o tema “A aceleração do Setor Financeiro na Era da Inteligência”;

- **GAFFFF 2025 - Global Agribusiness Festival**: fórum mundial do agronegócio;
- **VTEXDAY**: evento *digital commerce* - conectando líderes globais e regionais do varejo, da tecnologia e da inovação em uma experiência imersiva;
- **Cooptech de Crédito**: Expansão e consolidação das Cooperativas de crédito para gerar prosperidade - Tecnologia e gestão para prosperar;
- **WOCCU 2025**: Conferência Mundial de Cooperativas de Crédito - intercâmbio internacional em Estocolmo na Suécia, evento global do cooperativismo de crédito;
- **Programa de Capacitação Executiva - Intercâmbio Confebras**: Intercâmbio do ramo crédito no Canadá com foco no futuro da governança, inovação e sustentabilidade.

Além disso, os dirigentes participaram de ações voltadas à Gestão de Riscos, Programa de Integridade, Pacto de Ética, Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes. Essas ações visam o desenvolvimento contínuo das lideranças fortalecendo suas competências técnicas e estratégicas, e com isso, a Cooperativa consolida sua estrutura de governança para os desafios de um mercado dinâmico e em constante evolução.

Ética e Combate à Corrupção

GRI 2-15 | 2-23 | 2-24 | 3-3 | 205-2

A Credicitrus preza pela condução responsável dos negócios e busca o aprimoramento contínuo das suas práticas e processos, fortalecendo uma cultura ética, alinhada aos seus valores corporativos.

Para apoiar associados, colaboradores e parceiros e assegurar a conformidade nos processos relacionados à ética e à integridade, a Credicitrus adota também um conjunto de políticas e normativos que regulamentam o tema. A Política de Controles Internos e Conformidade estabelece as diretrizes, a estrutura e o objetivo da área de Controles Internos e Conformidade, que atua de forma independente e objetiva no acompanhamento de processos, métodos e sistemas internos.

Em conformidade com o Programa de Compliance e o Pacto de Ética do Sicoob, a Cooperativa instituiu a Política de Consequências, com o objetivo de apoiar as ações de prevenção, detecção, resposta e remediação de condutas que não estejam em conformidade com as normas, diretrizes éticas ou princípios de integridade da Credicitrus. Nos casos de desvios de conduta, poderão ser aplicadas medidas disciplinares proporcionais à gravidade da infração cometida pelos colaboradores.

Igualdade, Não Discriminação e Direitos Humanos GRI 2-23

Em todos os aspectos das atividades da Cooperativa, são rigorosamente observados os princípios cooperativistas da neutralidade política e da não discriminação.

O Pacto de Ética do Sicoob estabelece os princípios éticos sistêmicos, orientando a conduta institucional e organizacional que todas as pessoas que integram as entidades do Sistema devem adotar. Isso inclui o respeito a quaisquer diferenças - sociais, culturais, etárias, religiosas, de gênero, de orientação sexual, de cor de pele, de origem étnico-racial, condição social, convicção política, opção partidária, língua, condição econômica, nacionalidade, naturalidade, condição física, mental ou psíquica.



Também é assegurada a manutenção de um ambiente de trabalho saudável, pautado pela consideração, confiança mútua, transparência e credibilidade.

Conflito de Interesses GRI 2-15

A Política de Governança Corporativa da Credicitrus, aprovada pela Assembleia Geral, orienta os processos de direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle. O Estatuto Social reforça a aplicação dos princípios de segregação de funções, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.051/2022, e garante que não haja acúmulo de cargos entre Diretores e Conselheiros, conforme determina a Lei Complementar nº 130/2009.

Nas Assembleias Gerais, cada associado exerce o direito a um voto, independentemente da quantidade de quotas-partes que possui. Não podem votar: ocupantes de cargos estatutários; associados envolvidos em temas que lhes tragam benefícios diretos ou indiretos; associados que mantenham vínculo empregatício ou prestem serviços à Cooperativa; e aqueles que, pelas normas internas, legislação vigente ou orientações do BCB, estejam impedidos de votar.

O relacionamento com as partes relacionadas segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.693/2018 e da Política Complementar de Gerenciamento de Risco de Crédito da Cooperativa. Reforçando seu compromisso

com a ética, desde 2023 a Credicitrus possui a **Política para Administração de Conflito de Interesses**, que define procedimentos para identificar, comunicar e prevenir situações dessa natureza envolvendo colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, assegurando transparência, legalidade, neutralidade e responsabilidade nas relações institucionais.

Conscientização e Engajamento GRI 2-23 | 2-24

Semana de Compliance

Entre os dias 13 a 17 de outubro, a Credicitrus realizou a Semana de Compliance, uma iniciativa dedicada ao fortalecimento da cultura de integridade, conformidade e ética. A programação especial contou com ações informativas, educativas e de engajamento, reforçando a importância do Compliance em todas as áreas e ao longo da cadeia de valor.

A abertura ocorreu na Matriz da Cooperativa e reuniu cerca de 100 colaboradores em uma palestra inspiradora, conduzida por líderes e especialistas. O momento destacou temas essenciais do cotidiano corporativo, reafirmando o compromisso da Credicitrus com a ética, a transparência e o cumprimento das normas.

Ao longo da semana, foram realizados encontros regionais que reuniram ao todo 108 Gerentes Operacionais das Regionais de Bebedouro, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, São Paulo, Franca e Bauru, para reflexões sobre

temas essenciais como ética, integridade e responsabilidade corporativa, reforçando o compromisso da Cooperativa com uma cultura organizacional sólida e alinhada às boas práticas de compliance.

Como parte do compromisso com a retenção de conhecimento e a melhoria contínua, a gravação da palestra e a avaliação obrigatória, criada para reforçar os conteúdos abordados, foram disponibilizadas a todos os colaboradores, totalizando 1.207 participantes.

Conscientizações voltadas à prevenção de fraudes e golpes

O setor de Fraudes realizou, ao longo de todo o ano, diversas ações de conscientização voltadas à prevenção de fraudes e golpes aplicados por meio de Engenharia Social. Essas iniciativas são direcionadas tanto aos associados quanto à comunidade em geral, utilizando diferentes canais de comunicação, com destaque para as redes sociais.

Em 2025, foram realizadas 15 campanhas.

As campanhas tiveram o objetivo de alertar e orientar o público sobre práticas seguras no ambiente digital e presencial, reforçando comportamentos que auxiliam na identificação de tentativas de fraude. Em datas comemorativas e períodos de maior movimenta-

ção financeira, essas ações tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que o índice de golpes tende a aumentar significativamente.

Além de promover a segurança nas transações, a conscientização traz benefícios diretos para toda a comunidade, como a redução de perdas financeiras, o fortalecimento da confiança no sistema cooperativo e a disseminação de conhecimento, que contribui para uma sociedade mais preparada frente às ameaças digitais. Ao incentivar atitudes preventivas, o setor de Fraudes apoia a construção de um ambiente mais seguro, transparente e responsável para todos.

Foram implantados, ainda, mecanismos sistêmicos relativos a validações automatizadas a fim de reforçar a segurança no processo de associação e atualização cadastral, para ampliar o controle preventivo, garantindo maior confiabilidade e segurança ao processo.

Treinamentos Obrigatórios	Participações
4 Minutos de Ética	1209
Pacto de Ética	1235
Programa de Integridade	1182
Semana de Compliance	1207

Canal de Conduta e Ética
GRI 2-16 | 2-23 | 2-25 | 2-26 | 3-3

A Credicitrus mantém um **Canal de Conduta Ética**, criado em conformidade com a Resolução CMN nº 4.859/2020, para que colaboradores, associados, clientes, fornecedores e parceiros possam registrar, com segurança e confidencialidade, indícios de ilicitudes relacionadas às atividades da Cooperativa.

O Canal funciona 24 horas por dia e é administrado por uma empresa independente e especializada, o que garante o anonimato dos denunciantes e o sigilo absoluto das informações recebidas. Ao denunciante é garantida proteção, não-retaliação e sigilo das informações denunciadas.

As manifestações recebidas são analisadas pelo Comitê de Auditoria, que conduz a apuração dos casos em conformidade com a Política de Consequências e Regulamento do Comitê de Auditoria. O **Conselho de Administração** garantirá que não haja punições arbitrárias aos responsáveis pela análise de indícios de ilicitudes.

Semestralmente, o Comitê de Auditoria consolida as ocorrências registradas em um relatório, que é submetido ao Conselho de Administração e posteriormente disponibilizado no site institucional da Credicitrus, em: <https://sicoobcredicitrus.com.br/demonstrativos>



Canal de Conduta Ética

☎ 0800-601-8692

📧 <https://www.contatoseguro.com.br/credicitrus>

Proteção de Dados Pessoais

GRI 2-23 | 3-3 | SASB FN-CB-230A.1 | FN-CB-230A.2

Com o crescente uso de tecnologias digitais, a Credicitrus vem implementando uma série de políticas e controles para garantir a segurança da informação e a privacidade dos dados de associados, colaboradores e parceiros, em conformidade com as diretrizes dos órgãos reguladores e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para a manutenção da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, elementos cruciais na estratégia de criação de valor da Cooperativa, são adotadas medidas preventivas e reativas, que utilizam como referência o *Framework CIS Controls*, reconhecido internacionalmente por estabelecer controles críticos para a segurança cibernética.

Esse *framework* orienta práticas como:

- Inventário e controle de ativos (*hardware* e *software*);
- Gestão de vulnerabilidades com processos contínuos de detecção e correção;
- Proteção contra ameaças internas e externas por meio de controles técnicos e administrativos.

O processo está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.893/2021, que dispõe sobre a política de segurança cibernética e requisitos mínimos para instituições

financeiras, reforçando a necessidade de governança e gestão de riscos.

Conscientização e Ações Contínuas

A segurança da informação depende da utilização de ferramentas tecnológicas e do comportamento seguro dos colaboradores e dos associados.

Para isso, são realizadas ações periódicas de conscientização: publicações semanais e extraordinárias no blog interno de Segurança da Informação; campanhas com testes de phishing, para exemplificar os riscos; aplicação da Política de Mesa e Tela Limpas, para garantir proteção física e lógica; conteúdos bimestrais no site da Cooperativa; e publicações nas redes sociais.

Essas iniciativas fazem parte do programa de conscientização e treinamento dos colaboradores, frentes essenciais do Sistema de Gestão de Segurança da Informação.

A Política Complementar de Segurança da Informação e a Política Complementar de Segurança Cibernética orientam a atuação da Cooperativa, enquanto a Política Complementar de Privacidade e Gestão de Dados Pessoais garante o tratamento seguro e transparente dos dados. Comissões internas de Segurança da Informação e de Privacidade

de Dados Pessoais, que se reportam ao Diretor de Governança, Riscos e Compliance, impulsionam a melhoria contínua das políticas e processos.

Visando a agilidade na identificação e mitigação de ameaças digitais, a Cooperativa possui parcerias com empresas especializadas em cibersegurança, incluindo SOC e Threat Intelligence.

Em 2025, não houve casos de violação da privacidade e perda de dados de associados.

Certificação ISO/ IEC 27001:2022

A Credicitrus reafirma seu compromisso com a segurança da informação, adotando medidas rigorosas para proteger os dados pessoais e financeiros de seus associados em todas as suas operações. Como resultado desse empenho, e após criteriosa auditoria externa, a Cooperativa conquistou a certificação internacional ISO/IEC 27001:2022.

Esse reconhecimento atesta a adoção de elevados padrões na gestão da segurança da informação. A norma, reconhecida e válida internacionalmente, estabelece os requisitos para a implementação e manutenção de Sistemas de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), aplicáveis a organizações de todos os setores. Seu objetivo é assegurar a proteção de informações confidenciais e garantir sua integridade e disponibilidade a partes autorizadas, sempre que necessário.

Para os associados, representa mais uma evidência da responsabilidade com que a Cooperativa trata seus dados pessoais e financeiros.

Bem-estar no Relacionamento com os Associados

GRI 2-23 | 2-29 | 3-3 | 203-2 | FS15

Relacionamento e Experiência do Associado

Na Credicitrus, o relacionamento com os associados é o que orienta cada decisão, cada investimento e cada evolução dos processos internos. A Cooperativa reconhece que sua maior força está nas pessoas, e por isso mantém como prioridade um atendimento de excelência, humanizado, acessível, transparente e centrado no que realmente importa: a experiência do associado.

Em 2025, a Credicitrus avançou na modernização de seus canais e na qualificação das equipes, sempre com o compromisso de fortalecer vínculos e oferecer soluções que atendam às necessidades reais de cada associado. O propósito que norteia esse trabalho é claro: estar presente, ouvir, compreender e entregar valor de forma ágil, eficiente e acolhedora.

Atendimento Humanizado e Centrado nas Pessoas

A Cooperativa compreende que a tecnologia amplia possibilidades, mas é o atendimento humano que constrói confiança e gera proximidade. Por isso, investiu no aprimoramento dos processos de relacionamento, garantindo que cada interação (presencial, telefônica ou digital) mantenha o cuidado, a atenção e o respeito que caracterizam o modelo cooperativista.

As equipes de atendimento passam por capacitações contínuas, focadas em empatia, escuta ativa e soluções consultivas, reforçando o compromisso da Credicitrus em oferecer um serviço que realmente compreende as particularidades e expectativas de cada associado.

Canais que Aproximam

Para assegurar flexibilidade e ampliar as formas de contato, a Cooperativa disponibiliza múltiplos canais que permitem ao associado escolher como deseja se relacionar:



Atendimento Presencial:

Postos de Atendimento estruturados para oferecer acolhimento, orientação e suporte personalizado.



Central de Relacionamento:

Canal dedicado a esclarecer dúvidas, registrar sugestões e encaminhar demandas com agilidade e precisão.



Assistente Virtual LÉO (24 horas / 7 dias):

Disponível pelo WhatsApp, o LÉO amplia o acesso a informações e serviços de forma inclusiva e prática.



Atendimento Humano pelo 0800-080-0050:

Equipe especializada, preparada para entregar uma experiência atenta, cordial e resolutiva.

Pílulas de Conhecimento

Com o objetivo de capacitar os colaboradores de forma rápida e eficiente por meio de treinamentos interativos, a iniciativa implementada em 2024 segue atingindo o propósito esperado: a excelência no atendimento das demandas dos associados.

As Pílulas são criadas a partir das principais dúvidas identificadas pelos colaboradores dos Postos de Atendimento, o que garante treinamentos relevantes e com aplicabilidade direta no dia a dia.

No ano de 2025, foram abordados mais de 30 temas, com 21.272 participações.

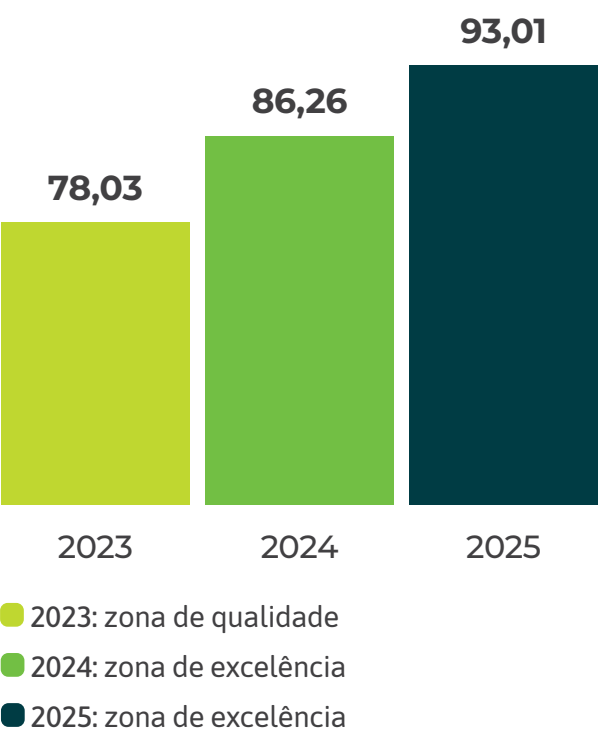
Satisfação dos Associados

O bem-estar no relacionamento com os associados é um dos temas prioritários para a Cooperativa. A fim de acompanhar e aprimorar os processos que envolvem a temática, a Credicitrus utiliza o **Net Promoter Score (NPS)**, indicador amplamente adotado no mercado para medir a satisfação dos associados e a probabilidade de recomendação da instituição. O índice oferece uma avaliação objetiva sobre a qualidade do atendimento e a percepção geral dos serviços.

O acompanhamento do NPS permite identificar oportunidades de melhoria e aperfeiçoar processos relacionados à experiência do associado, contribuindo para um atendimento cada vez mais eficiente e alinhado às suas necessidades.

Em 2025, a pesquisa alcançou um NPS de 93,01, resultado que mantém a Credicitrus na “Zona de Excelência”. Esse desempenho reforça o compromisso da Cooperativa com a qualidade do atendimento e orienta novas ações voltadas ao aprimoramento contínuo dos serviços oferecidos.

Resultado da NPS



Customer Satisfaction Score (CSAT)

A Pontuação de Satisfação do Cliente (CSAT), indicador que mede a satisfação dos associados com o atendimento e os serviços prestados, manteve a média anual de 96,70%, refletindo a consistência na qualidade da experiência oferecida e a manutenção de elevado nível de satisfação ao longo de todo o exercício.

Ouvidoria

GRI 2-23 | 2-25 | 2-26

A Credicitrus possui uma estrutura de Ouvidoria responsável e preparada para receber e tratar opiniões, reclamações, elogios e outras manifestações dos associados. Sua atuação é guiada pelos princípios de transparência, independência, imparcialidade e isenção.

A estrutura e o funcionamento da Ouvidoria seguem as determinações estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.860/2020, que define o órgão como a última instância para as questões que não foram solucionadas pelos demais canais de atendimento da Cooperativa.

Atuando de forma segregada e autônoma, a Ouvidoria busca as melhores soluções para as demandas recebidas e contribui para o aprimoramento de processos, produtos e serviços.

Em comparação ao ano de 2024, em 2025, houve uma redução de 23% dos registros na Ouvidoria. A criação da Central de Relacionamento (0800-080-0050) contribuiu para essa redução, além de melhorias sistêmicas nos meios de comunicação com associados.

As principais preocupações identificadas são comunicadas regularmente à Diretoria Executiva e, semestralmente, consolidadas em relatório encaminhado ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. Os relatórios semestrais da Ouvidoria estão disponíveis no site da Cooperativa pelo link: <https://sicoobcredicitrus.com.br/demonstrativos/>

As manifestações podem ser registradas:

Site institucional:
<https://sicoobcredicitrus.com.br/atendimento/#ouvidoria>

E-mail:
ouvidoria@credicitrus.com.br

Disponível 24 horas/7 dias na semana

Telefone: 0800-770-6883
de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h (exceto feriados)



GRI 413-1 | IC-002

Presença e Conexão com as Comunidades

Além da presença física em diversos municípios, a Credicitrus manteve participação ativa em eventos, feiras e encontros regionais, reforçando sua atuação próxima às comunidades e contribuindo para o desenvolvimento local.

Os eventos estimulam o engajamento dos associados e refletem os princípios do cooperativismo, promovendo impacto positivo em diversas áreas.

Por meio dos eventos ECO, foi disseminado o modelo de negócios da Cooperativa, além de palestras que abordaram temas voltados ao agronegócio.

Evento	Palestrante e tema	Participantes
Lençóis Paulista (SP)	Professor Marcos Fava Neves - Perspectivas para o Agronegócio de 2025 a 2050	60
Holambra (SP)	Diretor de Negócios - Apresentação institucional da Credicitrus	100
Pirangi (SP)	Regional e Gerente - Apresentação institucional da Credicitrus	40
Frutal (MG)	Diretores Executivos - Apresentação institucional da Credicitrus	60
Holambra (SP)	Professor Marcos Fava Neves - Futuro do Agro 2025/2050: Como Vencer?	100
Torrinha (SP)	Superintendentes - Apresentação institucional da Credicitrus e informações sobre os programas Pronaf e Pró-Trator	100
Lençóis Paulista (SP)	Diretor de Negócios - Apresentação institucional da Credicitrus	135
Botucatu (SP)	Diretor de Negócios - Apresentação institucional da Credicitrus	140
Pitangueiras (SP)	Diretor de Negócios - Apresentação institucional da Credicitrus	45
Barretos (SP)	Diretor de Negócios - Apresentação institucional da Credicitrus	100
Bariri (SP)	Superintendentes - Apresentação institucional da Credicitrus	100



Feiras e Eventos

GRI 2-29 | IC-002

A participação em feiras fortalece a marca Credicitrus e amplia sua presença junto aos associados e ao público em geral. A equipe da Cooperativa oferece suporte direto para atender as necessidades dos associados, na contratação de produtos e serviços disponíveis, além de permanecer à disposição de visitantes interessados em conhecer a Credicitrus e seus diferenciais no mercado financeiro.

Em 2025, a Cooperativa marcou presença em 34 feiras, entre elas a Agrishow e a Coopercitrus Expo, consolidando sua atuação institucional no agronegócio e ampliando a divulgação de seu modelo de negócios.

Agrishow 2025

Realizada de 28 de abril a 2 de maio, em Ribeirão Preto (SP), a Agrishow é a maior feira agropecuária do Brasil e uma das maiores do mundo, reunindo as principais inovações e tendências do agronegócio.

Na Agrishow 2025, a Credicitrus participou com um estande de 500 m² e recebeu mais de 8 mil visitantes ao longo dos cinco dias.

Além de apresentar seu portfólio completo de soluções financeiras, a Cooperativa ofereceu condições especiais de financiamento e promoveu 3 ECO sobre o cenário do agro, educação financeira e protagonismo feminino.

Tecnologia e Automação

Em 2025, a Credicitrus avançou de forma consistente em sua estratégia de inovação, estruturando suas frentes de transformação digital e direcionando suas prioridades de investimento para o uso de dados como ativos estratégicos, com apoio à tomada de decisão por meio de painéis inteligentes e análises preditivas.

A Inteligência Artificial (IA) foi implementada de forma prática com a criação de uma área dedicada à IA Generativa, otimizando processos como empréstimos, financiamentos e recuperação de crédito, além de aprimorar a experiência dos associados.

A hiperautomação foi um pilar-chave, integrando tecnologias avançadas como *Robotic Process Automation* (RPA) e *Business Process Management Systems* (BPM) para otimizar processos de ponta a ponta, reduzir erros e liberar capital humano para atividades mais estratégicas.

Em 2025, a Cooperativa automatizou 18 processos, economizando mais de 81 Equivalente a Tempo Integral (FTE) e executando 146 mil processos, com impacto significativo na produtividade e na economia de custos da Cooperativa.

Além disso, a IA se tornou uma ferramenta central, com 201 agentes ativos em áreas como jurídico e comercial,

economizando mais de 5 mil horas por ano. A Credicitrus também avançou na monetização dos dados, transformando informações em inteligência acionável por meio de 36 painéis de gestão inteligentes, ajudando líderes a tomar decisões ágeis e precisas.

A cibersegurança também foi uma prioridade, com a Credicitrus alcançando a certificação ISO 27001:2022 e avançando no *framework CIS Controls*, demonstrando sua capacidade defensiva ao enfrentar cerca de 3 milhões de ameaças digitais sem incidentes relevantes.

Conheça alguns dos projetos estratégicos:

Gestão de cadastros: automatizando processos de inclusão e atualização, consultas externas e validações anti-fraude. Mais agilidade, segurança e conformidade regulatória;

Motor de crédito: sistema de análise e decisão sobre concessões de crédito com base em algoritmos avançados;

Recuperação de crédito: plataforma que centraliza dados para negociações e integra o gerenciamento de associados inadimplentes com escritórios de cobrança;

MarketClub: o *marketplace* da Credicitrus ganhou simulador de crédito, atualização cadastral automatizada, integração com fluxos de vendas e crédito; e operacionalização das propostas. Mais agilidade, segurança e experiência unificada;

Empréstimos e Financiamentos Automatizados: solução digital com automação via robôs, BPM e simuladores inteligentes.

Marketclub

CREDICITRUS

IC-003 | IC-004 | IC-005

É uma plataforma digital que facilita a divulgação de marcas, produtos e serviços, além de oferecer aos consumidores novas opções de pagamento. O grande diferencial é a possibilidade de parcelamento das compras, disponível apenas para associados, com condições vantajosas e sem utilizar o limite do cartão de crédito.

Os vendedores recebem o pagamento integral de forma imediata, o que garante maior segurança financeira e fluxo de caixa. Embora qualquer consumidor tenha acesso à plataforma, o parcelamento é exclusivo para os associados da Credicitrus, que podem financiar suas compras após realizar uma simulação e passar pela análise de crédito.

Os parceiros também podem fazer simulações para os associados e enviar propostas diretamente pela plataforma, garantindo praticidade e segurança. Todo o processo é acompanhado em tempo real, proporcionando transparência e conveniência.

O MarketClub é uma solução acessível e eficiente, fortalecendo o cooperativismo e oferecendo aos associados acesso facilitado a bens e serviços.

Em 2025, a plataforma *MarketClub* recebeu mais de 38 mil acessos.

Além disso, a plataforma foi automatizada para aprimorar os processos, permitindo que as transações passem a ocorrer de forma direta e orgânica, inseridas pelos próprios vendedores.

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

GRI 3-3 | FS1 | FS2 | FS3 | FS4 | FS5 | FS7 | FS8 | FS11 | FS15
| IC-009 | IC-010 | SASB FN-CB-240a.1 | 410a.2

“Ampliar o impacto econômico positivo do crédito cooperativo”.

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

5 Educação, formação e informação

ODS:



Incentivo ao Financiamento Sustentável

GRI 3-3 | FS4 | FS5 | FS7 | FS8 | FS15 | IC-010 | SASB FN-CB-240a.1

Para atender às crescentes exigências do setor financeiro e às necessidades e demandas dos associados, a Credicitrus oferece soluções financeiras responsáveis, que compreendem critérios ambientais e sociais em suas finalidades.

Entre as principais linhas disponibilizadas estão:

Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)

Apoio financeiro ao produtor de porte médio, assegurando acesso a recursos com condições mais adequadas, para que ele mantenha seu ciclo produtivo (custeio agrícola e pecuário); invista em infraestrutura, máquinas, melhorias e tecnologia; amplie e modernize a produção; fortaleça a sustentabilidade econômica da propriedade.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Destina-se ao pequeno produtor para estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F)

Título de crédito que permite ao produtor rural antecipar o financiamento da sua produção agropecuária, prometendo a entrega futura de um produto ou o pagamento em dinheiro, funcionando como um contrato que movimenta a cadeia do agronegócio, com benefícios como fluxo de caixa flexível e isenção de IOF.

Pró-Irriga

Apoio ao desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de produtos agropecuários.



Pró-Trator

Em 2025, a Credicitrus aderiu ao Projeto FEAP/SP Pró-Trator e Implementos, que possibilita a aquisição de tratores e implementos agropecuários por produtores rurais do estado de São Paulo, com subvenção de juros sobre o saldo devedor das operações de investimento rural, conforme as condições estabelecidas no Decreto Estadual nº 63.280/2018.

Financiamento de equipamentos de energia fotovoltaica

A linha apoia a aquisição de painéis solares, inversores e serviços de instalação para propriedades rurais, empresas e residências.

Financiamento de carros elétricos e híbridos

Aquisição de veículos com tecnologias de baixa emissão, incentivando escolhas alinhadas à transição energética.

Mais de R\$ 2 bilhões em recursos investidos.

Seguros aos Produtores Rurais

As mudanças climáticas têm intensificado a ocorrência de eventos extremos, como secas prolongadas, chuvas intensas, granizo e ondas de calor, que impactam diretamente a produtividade agrícola e aumentam a vulnerabilidade econômica dos produtores rurais. Diante desse cenário, a Credicitrus dispõe de ferramentas de proteção para quem atua no agronegócio, garantindo segurança financeira ao produtor. Entre as opções de Seguro, destacam-se: Seguro de Colheita Garantida; Seguro de Granizo, Seguro Pecuário e Seguro Cafezal.



PORTAL AGRO
PÉS NO CHÃO E RAÍZES NO AGRO
SICOOB CREDITRUS
Cooperativa de Crédito

Saiba mais, no Portal Agro da Credicitrus:
<https://portalagro.sicoobcredicitrus.com.br/seguros/>

Crédito Responsável

GRI 3-3 | FS1 | FS2 | FS3 | FS4 | FS5 | FS8 | FS11 | IC-009 | SASB FN-CB-240a.1 | 410a.2

A Credicitrus adota a sustentabilidade como um pilar de sua gestão financeira e direciona esse compromisso para incentivar o financiamento sustentável entre os associados. Critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) são aplicados às decisões de crédito, ampliando a oferta de soluções que promovem investimentos responsáveis e contribuem para o desenvolvimento das comunidades.

As diretrizes que orientam esse processo têm como base a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Sicoob e a Política Complementar de Risco Social, Ambiental e Climático da Credicitrus. Esses documentos definem parâmetros que asseguram que os financiamentos estejam alinhados à responsabilidade socioambiental e ao adequado gerenciamento de riscos.

Para fortalecer a aplicação dessas diretrizes, a Cooperativa investe continuamente na capacitação dos colaboradores, com normativos, treinamentos e ferramentas voltadas à avaliação de riscos ambientais, sociais e climáticos.

Ao longo do ano, a Credicitrus promoveu ações com associados para cons-

cientização e o incentivo referente à sustentabilidade. Essas iniciativas incentivam decisões de financiamento mais responsáveis e reforçam o papel da Cooperativa na promoção da transformação sustentável do setor financeiro e das comunidades onde atua.

Financiamento Rural e Conformidade Social, Ambiental e Climática

No processo de concessão de crédito vinculado à atividade rural, são observadas rigorosamente as exigências do BCB no Manual de Crédito Rural (MCR), regulamentações ambientais e demais legislações vigentes, além de critérios e procedimentos estabelecidos em normativos internos da Cooperativa.

São utilizadas ferramentas de verificação que asseguram: o uso responsável dos recursos naturais, a regularidade ambiental e o respeito às áreas protegidas. Além da implementação de controles, a Cooperativa mantém processos de monitoramento contínuo, voltados à identificação de eventuais inconformidades ambientais.

Conformidade ambiental no uso de recursos naturais

As análises incluem:

- Verificação do uso de recursos hídricos, licenciamento e regularização ambiental;
- Avaliação de sobreposição com Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal;
- Consulta a Unidades de Conservação.

Verificação de áreas protegidas

A Cooperativa avalia a localização dos imóveis para evitar sobreposições com:

- Terras Indígenas;
- Áreas Quilombolas;
- Sítios arqueológicos cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Análise dos biomas e suas regulamentações.

Análise de riscos sociais, ambientais e climáticos

São identificados, classificados, avaliados e tratados com o objetivo de monitorar a exposição nas operações de crédito. Os associados que solicitam crédito e se enquadram nos critérios regulamentares, preenchem um questionário autodeclaratório que verifica, entre outros:

- Uso responsável de produtos químicos;
- Cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas;
- Adoção de práticas produtivas sustentáveis.

Monitoramento de riscos ambientais e climáticos

A Credicitrus realiza o monitoramento contínuo dos riscos ambientais e climáticos relacionados aos tomadores de crédito, com foco na identificação de alterações que possam comprometer a sustentabilidade das atividades financiadas.

Esse acompanhamento envolve a verificação da regularidade ambiental das propriedades, o uso de ferramentas de georreferenciamento e imagens de satélite, além da análise de eventos climáticos relevantes, permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas que fortalecem a gestão de riscos e promovem práticas agropecuárias responsáveis.

SUSTENTABILIDADE E IMPACTO ECONÔMICO

GRI 2-13 | 2-23 | 2-25 | 2-27 | 3-3 | 201-2 | 203-2 | 302-1 | 302-3 | 302-4 | 303-1 | 303-3 | 305-1 | 305-2 | 305-3 | 305-4 | 305-5 | 306-1 | 413-1 | IC-002 | IC-005 | FS5

“Impulsionar a transição sustentável dos cooperados e comunidades”.

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

- 4 Autonomia e independência
- 5 Educação, formação e informação
- 6 Intercooperação
- 7 Interesse pela Comunidade

ODS:



Gestão de Riscos e Oportunidades Ambientais e Climáticas

GRI 2-13 | 2-23 | 2-25 | 2-27 | 3-3 | 201-2 | 302-1 | 302-3 | 302-4 | 303-1 | 303-3 | 305-1 | 305-2 | 305-3 | 305-4 | 305-5 | 306-1 | 413-1 | FS5

Gerenciamento de Riscos Ambientais e Climáticos

GRI 2-13 | 2-23 | 2-25 | 2-27 | 3-3 | 201-2 | FS5

A Credicitrus adota um processo estruturado para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos, fundamentado nas diretrizes da Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA).

definição de estratégias e diretrizes relacionadas ao gerenciamento de possíveis impactos, incluindo os ambientais e climáticos, garantindo efetividade na sua mitigação.

Esse processo envolve a identificação, a avaliação e o tratamento de possíveis impactos, com foco na mitigação e na adaptação proativa às mudanças do clima, em alinhamento às melhores práticas de governança e à gestão de riscos.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Credicitrus é dirigida pela Diretoria de Governança, Riscos e Compliance, que se reporta diretamente aos órgãos de governança. O Comitê de Riscos assessoria o Conselho de Administração na



Riscos e Oportunidades Climáticas

GRI 2-25 | 302-1 | 302-4 | 305-1 | 305-2 | 305-3 | 305-4 | 305-5 | 413-1 | FS5

A gestão de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas tem o objetivo de identificar e mitigar potenciais impactos.

A Credicitrus monitora as condições que possam afetar a carteira de crédito, como desastres naturais, mudanças regulatórias e transições de mercado, segregando-a por regionais de negócios, modalidades e perfis de associados, além de desenvolver planos de ação específicos para áreas mais expostas a eventos climáticos.

Ao mesmo tempo, a Cooperativa disponibiliza linhas de crédito voltadas a projetos sustentáveis ([página 62](#)), seguros agrícolas e iniciativas que incentivam práticas responsáveis entre associados.

A análise detalhada desses riscos e oportunidades permite à Cooperativa minimizar impactos e fomentar soluções financeiras inovadoras que atendam às demandas de um mercado cada vez mais alinhado às práticas sustentáveis.

Durante o ano, 85.511 operações de crédito feitas por 2.151 associados passaram por avaliações de riscos social, ambiental e climático.

Do total da carteira de crédito, com data-base de dezembro de 2025, 76,75% está vinculada a associados avaliados e classificados quanto ao nível de exposição aos riscos social, ambiental e climático.

Em 2025, a Cooperativa promoveu capacitações de 1.175 colaboradores com objetivo de reforçar o acultramento sobre os Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e as ferramentas disponíveis para o devido gerenciamento destes riscos.

Aos associados, a Cooperativa promoveu eventos e ações de conscientização e incentivo aos temas voltados à sustentabilidade. Entre elas, destaca-se a divulgação nas redes sociais de vídeo institucional com o Diretor de Governança, Riscos e Compliance abordando a importância da preservação do meio ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável, assim como a publicação nas redes sociais da Cooperativa do “Programa Cooperado Sustentável”, com divulgação da série de vídeos “Agro e Clima”.

Além disso, por meio do Instituto Credicitrus, a Cooperativa promove ações relativas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, com destaque para ações ligadas à redução de riscos climáticos.

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

GRI 305-1 | 305-2 | 305-3 | 305-4 | 305-5

A Cooperativa tem se dedicado continuamente a monitorar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), a partir da realização do inventário de emissões de GEE. O inventário é realizado seguindo a metodologia internacionalmente reconhecida, GHG Protocol. O último inventário, referente a 2024, resultou no total de 716,24 toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e), por escolha de compra, distribuídas da seguinte forma:



Eficiência Energética

GRI 302-1 | 302-3 | 302-4

No ano de 2025, registrou-se um aumento no consumo de energia, totalizando 1.942.738,00 kWh. Desse montante, 92% (1.787.253,83 kWh) foram produzidos pelas usinas solares e 8% (155.484,17 kWh) oriundos da Secretaria Nacional de Energia Elétrica (SNEE).

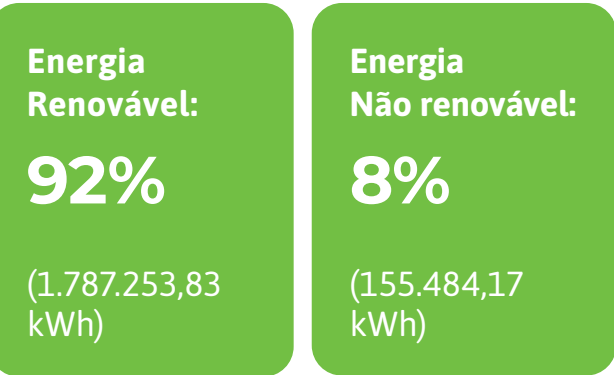
O acréscimo observado está associado principalmente às condições climáticas, em especial ao aumento das temperaturas médias no país, que levaram à maior utilização de sistemas de climatização e refrigeração.

Apesar do crescimento no consumo, a participação da geração solar manteve-se

predominante, reforçando a relevância do sistema fotovoltaico para a compensação energética da cooperativa. O aumento das temperaturas elevou a produção das usinas fotovoltaicas, permitindo que o crescimento na geração solar compensasse o incremento no consumo total de energia.

Consumo Total de Energia (2025)

GRI 302-1



Proteção de Recursos Hídricos

GRI 303-1 | 303-3

Para promover o uso eficiente da água e reduzir riscos operacionais e ambientais, a Credicitrus adota diversas práticas, como o monitoramento contínuo do consumo, o reaproveitamento de recursos hídricos, a execução de manutenções preventivas e o rigoroso cumprimento das normas ambientais.

Em 2025, o consumo total da sede Administrativa e dos Postos de Atendimento de água proveniente da rede pública de abastecimento foi de aproximadamente 15 mil m³.

Em setembro, foi instalado um hidrômetro na sede administrativa para possibilitar a medição do volume de água de reuso oriunda da captação de águas pluviais. Essa iniciativa visa aprimorar o controle operacional e fortalecer o monitoramento dos indicadores de sustentabilidade hídrica da Cooperativa.

A água de reuso captada na sede administrativa, destinada principalmente à limpeza da área externa, totalizou 6,4 m³ ao longo de 2025.

Gestão de Resíduos

GRI 305-5 | 306-1

A Credicitrus adota práticas responsáveis para o descarte de resíduos, seguindo rigorosamente as exigências legais. Resíduos como lâmpadas e lixo eletrônico são centralizados na sede administrativa e descartados por empresas autorizadas conforme as normas ambientais: Lei nº 12.305/2010, Resolução CONAMA nº 398/2008 e Resolução CONAMA nº 259/2002.

Os materiais recicláveis e resíduos comuns são coletados de forma adequada pelo serviço público local. Além disso, a Cooperativa realiza campanhas internas de conscientização para o adequado descarte de resíduos, priorizando a reutilização e a reciclagem de materiais.



Desenvolvimento Comunitário e Empoderamento Econômico

GRI 203-2 | 302-4 | 305-5 | 413-1

Alinhada aos princípios do cooperativismo, especialmente ao 7º Princípio - Interesse pela Comunidade, e em consonância com o Ano Internacional das Cooperativas, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Credicitrus reafirma seu compromisso com o fortalecimento das comunidades onde está inserida. Por meio de ações sustentáveis, colaborativas e orientadas à inclusão, busca a promoção do desenvolvimento local. Além disso, por meio do Instituto Credicitrus, amplia sua capacidade de geração de valor, apoiando projetos de caráter social, educacional, cultural e ambiental.



Coo.nexão Agro: Inovação da Credicitrus

GRI 203-2 | 302-4 | 305-5 | 413-1

Lançado em 19 de agosto, o programa visa conectar produtores rurais de cana-de-açúcar e pecuária de corte a soluções tecnológicas para aumentar produtividade, eficiência e sustentabilidade.

O programa contou com três edições, envolvendo associados das regiões de Bebedouro, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

No total, participaram 101 pessoas (71 associados e 30 convidados), e 9 AgTechs selecionadas pela qualidade e aplicabilidade de suas soluções.

Os eventos geraram engajamento dos associados e resultados diversos, como contratações e alinhamentos de propostas.

Durante o evento de abertura, a Credicitrus destacou o seu compromisso com a inovação e o fortalecimento dos associados, reforçando a estratégia de aproximar tecnologia e campo como forma de gerar valor real ao produtor rural.

Após essa etapa inicial, o programa seguirá em aprimoramento, com acompanhamento da adoção das soluções nas propriedades e expansão para outras regiões e culturas.

Programa Cooperado Sustentável

GRI 203-2 | 302-4 | 305-5 | 413-1

O Programa foi desenvolvido pela Credicitrus para disseminar boas práticas de sustentabilidade e oferecer orientações sobre os riscos climáticos aos associados produtores rurais, além de conscientizá-los sobre como tornar suas atividades mais resilientes e alinhadas às exigências ambientais, contribuindo para a sustentabilidade dos negócios no longo prazo.

Em 2025, foram publicados nas redes sociais da Cooperativa, 2 vídeos do Programa, abordando o tema Agro e o Clima.



Circuito Credicitrus

GRI 203-2 | 413-1 | IC-002 | IC-005

Em 2025, o Circuito Credicitrus deu continuidade à sua jornada de transformação, levando inspiração, conhecimento e integração aos associados e às comunidades locais, com os temas “Safari” e “Natal”.

Ao longo dos anos, a Cooperativa tem consolidado o Circuito como uma importante iniciativa de impacto social, fortalecendo a união entre a comunidade e as entidades locais. O objetivo é criar um espaço de convivência e desenvolvimento, onde todos possam vivenciar, na prática, os princípios cooperativistas de forma enriquecedora.

Durante uma semana, o Circuito oferece:

- Uma programação integrada de entretenimento e educação financeira;
- O fortalecimento do relacionamento com associados e do senso de comunidade;
- A promoção dos valores cooperativistas;
- A divulgação e o reforço da marca Credicitrus e de seus valores.

Cidades Participantes

GRI 203-2 | 413-1

O Circuito Credicitrus percorre diversas cidades, levando seus valores e promovendo conexões.

Em 2025, os seguintes municípios receberam o Circuito:

- **Pedregulho (SP)** - 28 de junho
- **Holambra (SP)** - 5 de julho
- **Taiúva (SP)** - 19 de julho
- **Pirangi (SP)** - 9 de agosto
- **Bebedouro (SP)** - 14 de setembro
- **Lençóis Paulista (SP)** - 25 de outubro
- **Monte Aprazível (SP)** - 8 de novembro
- **Mogi Mirim (SP)** - 22 de novembro
- **Pitangueiras (SP)** - 6 de dezembro
- **Barretos (SP)** - 13 de dezembro



As ações do Circuito seguem fundamentadas no propósito da Credicitrus e nos princípios do cooperativismo:

GRI 203- 2 | 413-1 | IC-002

Propósito	Princípios Cooperativistas	Impactos Locais
Somar forças	4º - Autonomia e Independência 6º - Intercooperação 7º - Interesse pela Comunidade	União de vários atores da cidade para realização de ações, como: entidades sociais, órgãos municipais e parceiros.
Para gerar prosperidade	6º - Intercooperação 7º - Interesse pela Comunidade	Movimentação econômica da rede hoteleira, restaurantes, comércio e geração de trabalhos temporários.
Transformar vidas	7º - Interesse pela Comunidade	Parceria com as instituições sociais e outros atores locais na promoção de atrações culturais e de lazer, aumentando o fluxo de pessoas no centro da cidade.
Desenvolver a Comunidade	6º - Intercooperação 7º - Interesse pela Comunidade	A realização do evento e de todas as suas atividades têm repercussão econômica e cultural positiva na cidade, estimulando a circulação financeira ativa.



Educação e Inovação

GRI 203- 2 | 413-1

Durante o Circuito Credicitrus, as iniciativas educacionais se destacaram pela promoção dos valores do cooperativismo, de boas práticas para a gestão de finanças pessoais e de outros temas relevantes para os associados e a sociedade.

A programação do Circuito incluiu atividades de educação financeira e cooperativista, que alcançaram escolas e comunidades locais.

Entidades Sociais

GRI 203- 2 | 413-1

As entidades locais tiveram a oportunidade de comercializar seus produtos alimentícios e artesanais, gerando uma fonte adicional de renda para apoiar suas atividades e estimulando a movimentação econômica na cidade.

Entretenimento e Cultura

GRI 203-2 | 413-1

Os eventos contaram com apresentações e shows que envolveram os participantes e fortaleceram a conexão da Credicitrus com a comunidade local.

Iniciativa Social

GRI 306 -1 | 413-1

Campanha de arrecadação de itens de higiene pessoal e produtos de limpeza, que incentivou as doações. Além de beneficiar diretamente as comunidades, a ação estimulou o engajamento da população em questões sociais por meio de um simples gesto de solidariedade.

Ao todo, mais de 9 mil itens de higiene pessoal e limpeza foram arrecadados, gerando um impacto imediato para as entidades sociais locais que receberam as doações.

Impacto Social e Econômico

GRI 203- 2 | 413-1

10

municípios participantes

Mais de

35 mil

participantes

Cerca de

140

escolas visitadas

Mais de

40 mil

alunos impactados

62

entidades apoiadas

Mais de

R\$ 297 mil

arrecadados pelas entidades sociais

Mais de

9 mil

itens de higiene e produtos de limpeza arrecadados

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

GRI 2-6 | 2-7 | 2-8 | 2-29 | 2-30 | 3-3 | 203-1 | 203-2 | 204-1 | 308-1 | 308-2 | 401-1 | 401-2 | 401-3 | 403-1 | 403-6 | 404-1 | 404-2 | 404-3 | 405-1 | 405-2 | 408-1 | 409-1 | 413-1 | FS5 | FS14 | FS16 | SASB FN-CB-240A.4 | IC-002 | IC-008

“Promover a educação contínua e o desenvolvimento das pessoas para uma cultura organizacional inclusiva e sustentável”.

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

- 5 Educação, formação e informação
- 6 Intercooperação
- 7 Interesse pela comunidade

ODS:



Atração e Retenção de Talentos

GRI 2-7 | 2-8 | 2-30 | 3-3 | 405-1

Para alcançar sua visão de excelência no atendimento aos associados, a Credicitrus aprimora constantemente os processos de atração, retenção e desenvolvimento de pessoas, garantindo um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e livre de qualquer prática discriminatória. Em 2025, a Cooperativa contou com 1.236 colaboradores próprios, um aumento de 3% em relação ao ano anterior, além de 290 profissionais terceirizados.

Os processos são constantemente aprimorados por meio do **People Analytics**, ferramenta que coleta, analisa e interpreta dados sobre desempenho, recrutamento, alocação de recursos internos, turnover e absenteísmo. Essa abordagem permite identificar tendências, antecipar desafios e implementar melhorias, elevando a eficiência e a eficácia das práticas da área de Gente e Cultura.

A Credicitrus assegura o direito à negociação coletiva e à liberdade de associação, garantindo que os colaboradores participem ativamente das decisões relacionadas ao ambiente de trabalho.

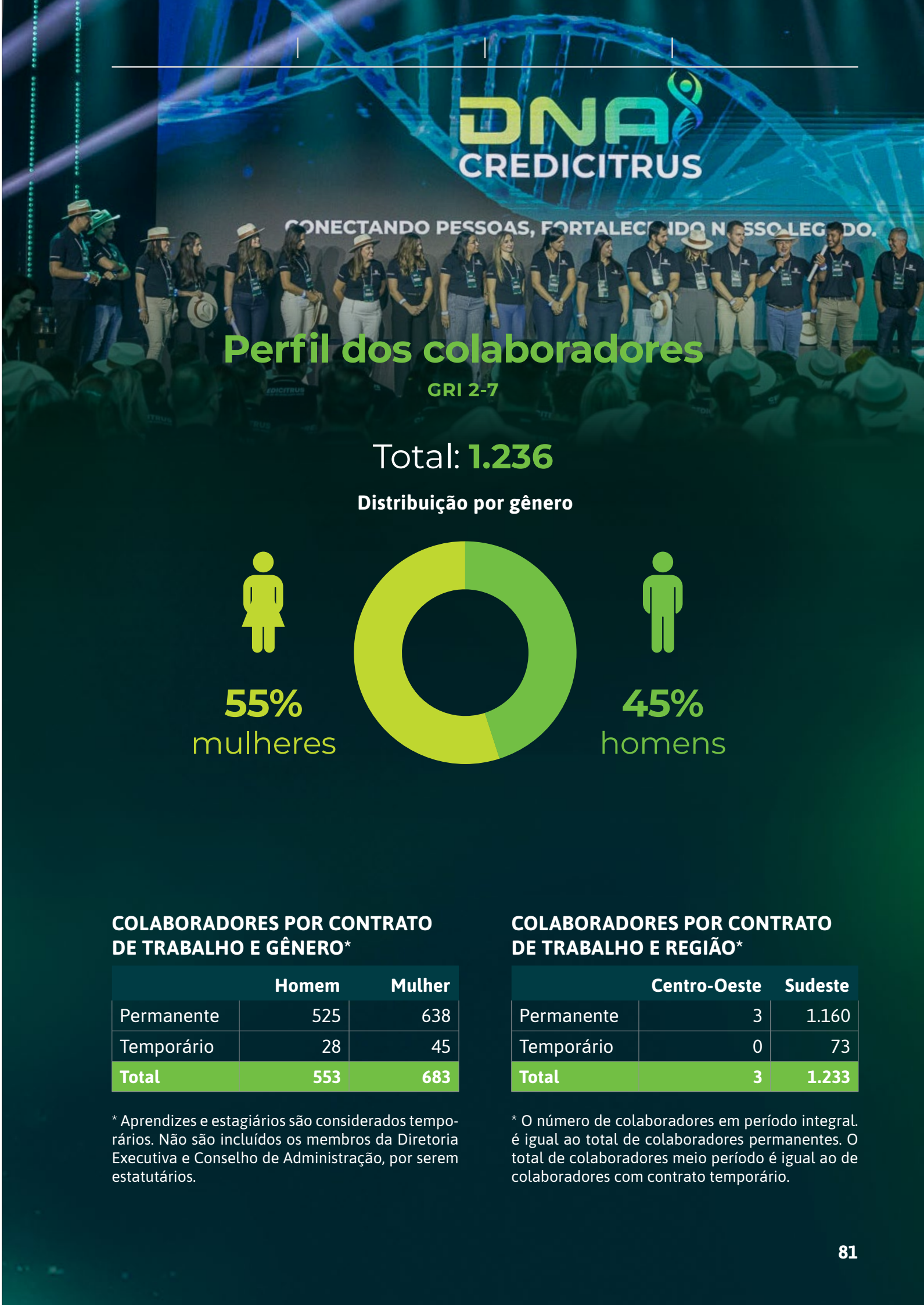
As definições sobre remuneração, programas de benefícios, assistências e demais temas relacionados à gestão

de pessoas são responsabilidade da **Comissão de Gente**, formada pelos Diretores Executivos e pelo Gerente da área de Gente e Cultura.

Todas as ações de fortalecimento da cultura organizacional visam à construção de um time diverso, coeso e capacitado, alinhado aos objetivos estratégicos da Cooperativa. Os resultados são a evolução constante dos negócios e o crescimento sustentável da organização.

100% dos empregados estão cobertos por acordos de negociação coletiva¹

¹ Inclui todos os empregados CLT, não considerando, portanto, estagiários, aprendizes, Conselheiros e Diretores, não elegíveis à negociação coletiva.



Programa Jovem Aprendiz

Tem como objetivo capacitar jovens entre 14 e 21 anos para o mercado de trabalho, desenvolvendo conhecimentos técnicos, práticos e comportamentais essenciais para a vida profissional.

A Cooperativa mantém parcerias com instituições de ensino como Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Desenvolvimento da Criança e Adolescente (DCA), Rede Cidadã, Guarda Mirim e Fundação de Ensino Técnico Intensivo (FETI), que oferecem aulas teóricas semanais, complementando a formação dos aprendizes.

A seleção dos jovens participantes segue as diretrizes do Decreto Federal nº 11.479, de 2023, priorizando a inclusão social e dando preferência a estudantes matriculados em instituições públicas de ensino.

Em 2025, o Programa contou com a participação de 44 jovens, fortalecendo a atuação da Cooperativa como agente de transformação na vida dos participantes e na comunidade.

Programa de Estágio

O Programa tem como objetivo formar jovens talentos para que possam, futuramente, integrar o quadro de colaboradores da Cooperativa ou atuar de forma qualificada no mercado de trabalho. A iniciativa promove a qualificação profissional e oferece uma experiência completa e transformadora a estudantes em início de carreira.

Com duração de 24 meses, proporciona imersão no ambiente corporativo, permitindo que os estagiários desenvolvam habilidades práticas e complementem seus conhecimentos acadêmicos com experiências reais. Em 2025, o Programa formou 35 jovens profissionais, dos quais 11 foram contratados pela Cooperativa, resultando em uma taxa de aproveitamento de 31%.

Atração de Talentos

GRI 401-1 | 404-2

A Credicitrus conduz seus processos seletivos com rigorosos princípios de imparcialidade e transparência.

Para garantir eficiência e abrangência, utiliza uma plataforma moderna de recrutamento como ferramenta central de divulgação e gestão de candidaturas, complementada pelo site institucional de vagas e por estratégias de busca ativa de profissionais. Essas práticas fortalecem a equidade nos processos e ampliam o acesso de potenciais talentos às oportunidades disponíveis.

Além disso, a Cooperativa valoriza o desenvolvimento de seus talentos internos, divulgando previamente as oportunidades aos colaboradores. Em 2025, aproximadamente 40% dos processos seletivos corresponderam a vagas preenchidas internamente, reforçando o compromisso com a promoção de carreira e a retenção de profissionais. No mesmo ano, foram admitidos 193 novos colaboradores, fortalecendo a equipe da Cooperativa.

Contratações

	Empregados em 31/12/2024	Contratações	Empregados em 31/12/2025	Taxa de contratação (%) ¹
Por faixa etária				
Menos que 30 anos	234	90	283	32%
Entre 30 e 50 anos	820	94	786	12%
Mais que 50 anos	101	9	94	10%
Por gênero				
Masculino	535	82	525	16%
Feminino	620	111	638	17%
Por Estado				
São Paulo	1065	177	1071	17%
Minas Gerais	86	16	89	18%
Mato Grosso do Sul	4	0	3	0%

Desligamentos

	Empregados em 31/12/2024	Desligamentos	Empregados em 31/12/2025	Taxa de rotatividade (%) ²
Por faixa etária				
Menos que 30 anos	234	41	283	14%
Entre 30 e 50 anos	820	128	786	16%
Mais que 50 anos	101	16	94	17%
Por gênero				
Masculino	535	92	525	18%
Feminino	620	93	638	15%
Por Estado				
São Paulo	1065	171	1071	16%
Minas Gerais	86	13	89	15%
Mato Grosso do Sul	4	1	3	33%

¹Taxa de contratação: número de contratados em cada categoria em relação ao total de empregados da categoria.

²Taxa de rotatividade: número de desligados em cada categoria em relação ao total de empregados da categoria.

Engajamento, Equidade e Inclusão

GRI 3-3

Avaliação de Desempenho

GRI 404-3

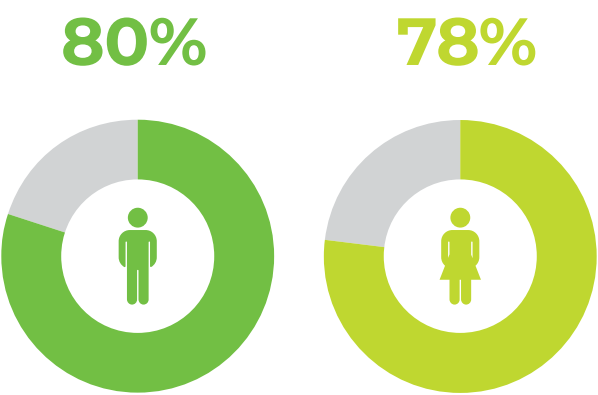
A Credicitrus adota um processo estruturado para avaliar e desenvolver continuamente as habilidades e competências de seus colaboradores. Esse processo visa identificar pontos fortes e áreas de melhoria, buscando alinhar os perfis dos profis-

sionais às oportunidades internas de crescimento.

Em 2025, 78,76% dos colaboradores receberam avaliações de desempenho.

Percentual de empregados que receberam avaliação¹

Por gênero



Por categoria funcional

Administrativo	83,06%
Comercial	73,02%
Gerencial	81,16%
Coordenação*	88,24%
Operacional	94,62%

¹ Obs.: Não são avaliados empregados admitidos após setembro de 2025. Membros do Conselho de Administração, Diretores Executivos, estagiários e aprendizes não são considerados no cálculo.
*Em 2025 o cargo de Supervisor teve sua nomenclatura substituída para Coordenador.

Benefícios

GRI 401-2

Com foco no bem-estar, na atração e na retenção de talentos, a Cooperativa oferece um conjunto abrangente de benefícios voltados à qualidade de vida e ao atendimento das diferentes necessidades dos colaboradores, incluindo:

- Previdência Privada;
- Auxílio Creche/Babá;
- Auxílio filhos com Necessidades Especiais;
- Licença Parental;
- Auxílio Transferência;
- Auxílio Refeição e Auxílio Cesta Alimentação;
- Seguro de Vida;
- Assistência Médica e Odontológica;
- Programa de Formação Educacional;
- Convênio Pet;
- Cesta de Natal - Alimentação;
- 13ª Cesta - Alimentação;
- Vidativa;
- Day Off.

Incentivos de Longo Prazo

Dentre os incentivos de Longo Prazo oferecidos pela Cooperativa, há o **Plano de Previdência Privada**, com contribuição da Cooperativa, que aumenta proporcionalmente ao tempo de serviço ou de adesão ao fundo, incentivando o planejamento financeiro de longo prazo.

Além do **Adicional por Tempo de Serviço (ATS)**, que garante um aumento salarial anual, com diretrizes estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho.

Por meio desses incentivos, a Cooperativa buscar atrair e reter talentos, estimular o engajamento contínuo, alinhar os interesses dos colaboradores aos da Cooperativa e promover um ciclo sustentável de crescimento e benefícios mútuos.

Saúde e Bem-estar

GRI 403-1 | 403-6

A Cooperativa mantém um sistema estruturado de gestão de saúde e segurança do trabalho, apoiado por uma empresa especializada. Essa parceria garante o cumprimento da legislação vigente e a execução de programas como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), com atendimentos regulares e emissão de laudos técnicos para todos os colaboradores.

Além disso, diversas iniciativas de promoção da saúde física e mental são realizadas por meio do Programa Qualidade, que contempla:

Programas de Saúde Física e Mental

Realização de ginástica laboral semanal, incentivando hábitos saudáveis e contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. A Cooperativa também oferece check-up anual para colaboradores acima de 40 anos e colaboradores em cargos de gestão (coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores), promovendo acompanhamento preventivo da saúde e vacinação anual contra a gripe.

Benefícios Assistenciais

Por meio do programa Humanizar, a Cooperativa oferece suporte financeiro a colaboradores e dependentes em casos de doenças graves previstas no artigo 151 da lei 8.213/1991. Complementando essa iniciativa, o programa

Acolhe RH presta apoio em situações de saúde não contempladas pela legislação, mas que exigem atenção especial. Ambos os programas asseguram acolhimento em momentos delicados, proporcionando mais tranquilidade aos colaboradores.

TransformARTE

Benefício concedido aos colaboradores com o objetivo de estimular a criatividade, o foco, a disciplina, o senso crítico, a comunicação e a integração social por meio de experiências artísticas transformadoras. Entre as atividades contempladas pelo programa, destacam-se artesanato, culinária, dança artística, fotografia, literatura, música e teatro.



Licença Parental

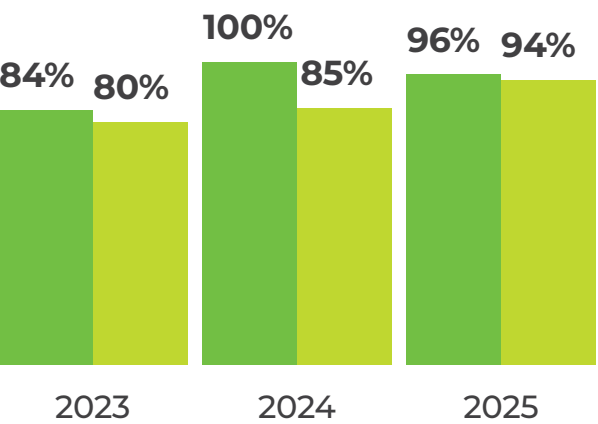
GRI 401-3 | 405-2

Em 2025, as taxas de retorno ao trabalho pós-licença e de retenção (colaboradores que permaneceram por um ano após o retorno) apresentaram melhora, refletindo o compromisso da Cooperativa com a saúde e o bem-estar dos colaboradores.

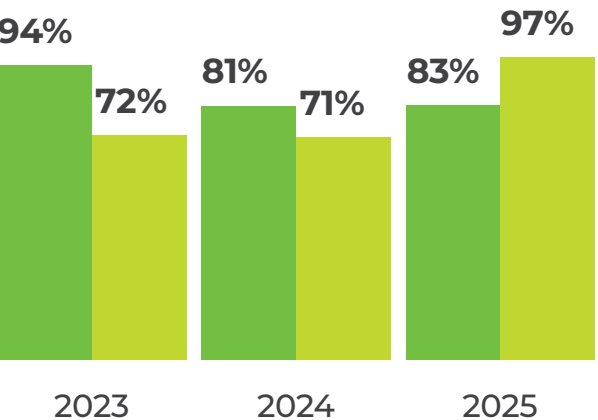
A Credicitrus disponibiliza uma sala de amamentação em sua sede administrativa, totalmente equipada para proporcionar conforto e privacidade durante o aleitamento materno, para apoiar a volta das colaboradoras após a licença-maternidade.

Homens Mulheres

Taxa de retorno



Taxa de retenção



- 1) Taxa de retorno é o número de colaboradores que retornaram ao trabalho depois do término da licença, no ano, dividido pelo número de colaboradores que deveriam retornar ao trabalho depois do término da licença parental, no ano.
- 2) O número total de colaboradores que tiraram licença parental no ano a partir do início de setembro de 2024. O número de colaboradores que deveriam retornar após o término da licença na data fim em 2025. A data fim desconsiderou os colaboradores desligados em 2025.
- 3) Taxa de retenção é o número de colaboradores que completaram 12 meses de retorno ao trabalho após o término da licença no ano anterior dividido pelo número de colaboradores que retornaram ao trabalho depois do término da licença no ano anterior.
- 4) O número de colaboradores que completaram 12 meses de retorno ao trabalho depois do término da licença no ano anterior teve data fim 2024 e desconsiderou os desligados de 2024 e 2025.

Diversidade e Inclusão

GRI 405-1 | 405-2

A Credicitrus está comprometida com a criação e a manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo e equitativo, oferecendo oportunidades iguais para todas as pessoas, independentemente de classe social, etnia, raça, orientação sexual, deficiência ou crença. A Cooperativa adota políticas que asseguram tratamento justo, que valorizam as diferenças e reforçam os valores do cooperativismo por meio da diversidade e inclusão.

Por gênero		
	Homem	Mulher
Administrativo	132	117
Comercial	273	429
Gerencial	93	45
Coordenação	9	8
Operacional	46	84
Total	553	683

Por faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Acima de 50 anos
Administrativo	78	158	13
Comercial	241	431	30
Gerencial	1	94	43
Coordenação	2	14	1
Operacional	34	89	7
Total	356	786	94

Por raça				
	Branca	Preta	Parda	Amarela
Administrativo	203	14	31	1
Comercial	580	21	95	6
Gerencial	125	1	9	3
Coordenação	17	0	0	0
Operacional	108	4	16	2
Total	1033	40	151	12

Empregabilidade de PCDs

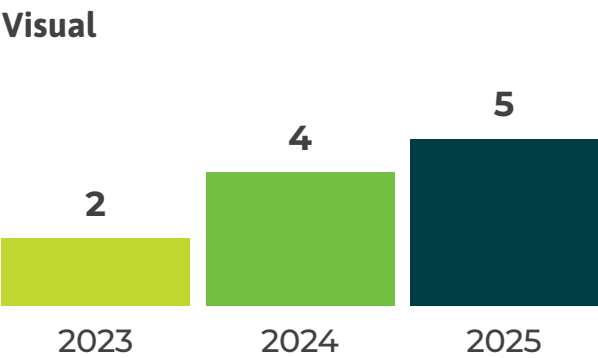
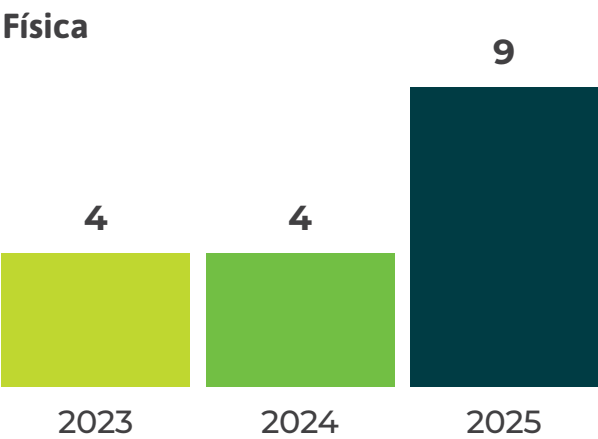
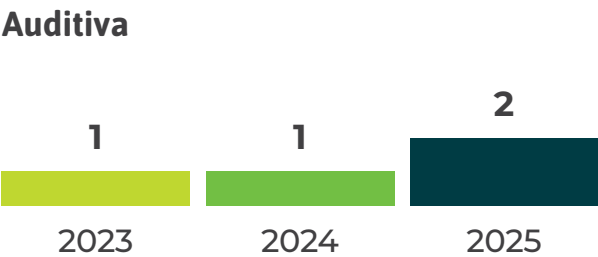
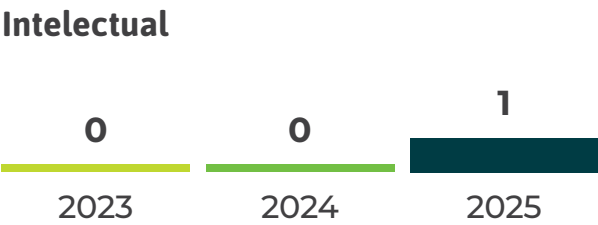
Para assegurar a acessibilidade e promover a inclusão, a Cooperativa investe em estruturas adaptadas e em tecnologias que proporcionam um ambiente cordial e acolhedor para todos os colaboradores. De forma contínua, são avaliadas novas oportunidades e adequações para que a Credicitrus se consolide como um local de trabalho cada vez mais acessível às pessoas com deficiência.

Em 2025, foi contratada uma consultoria especializada em recrutamento e seleção de pessoas com deficiência (PCDs). Entre as ações iniciais, destacou-se a realização da palestra **“Olhares que acolhem: conscientização sobre pessoas com deficiência”**, voltada aos colaboradores da Credicitrus.

Em seus eventos ao longo do ano, a Credicitrus disponibiliza intérpretes de Libras sempre que necessário, reforçando seu compromisso com a inclusão e a igualdade de acesso à comunicação.

A Credicitrus divulgou amplamente vagas nas redes sociais, iniciativa que busca a promoção da inclusão de pessoas diversas.

Volume de PCDs divididas pelas suas deficiências



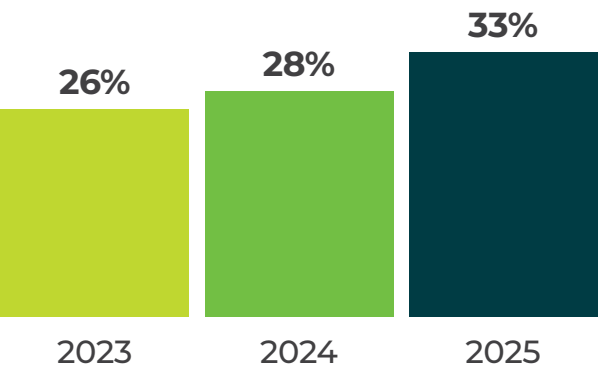
Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens

Em atendimento às exigências da Lei nº 14.611/2023, que determina a igualdade salarial entre mulheres e homens, e do Decreto nº 11.795/2023, que regula a divulgação dessas informações por empresas com 100 ou mais empregados no Brasil, a Credicritrus publicou no site institucional, o Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens referente ao 2º semestre de 2025: <https://sicoobcredicritrus.com.br/demonstrativos/>.

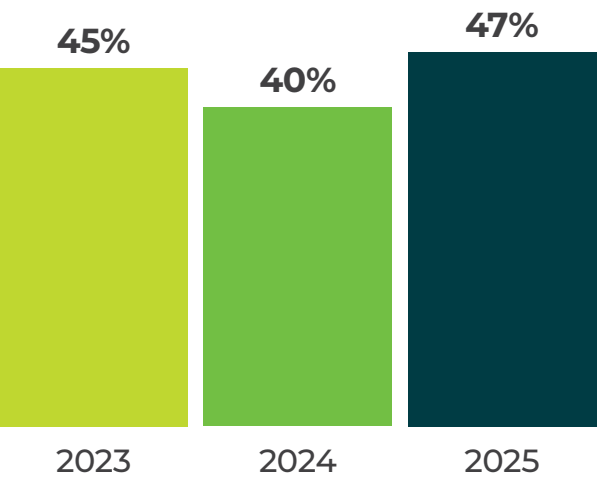
Mulheres em Cargos de Liderança

Evolução de mulheres em cargos de liderança

Gerencial



Coordenação



Great Place To Work (GPTW)

A Credicritrus novamente foi destaque nos rankings GPTW 2025, sendo eleita entre as melhores empresas para se trabalhar nas categorias AGRONEGÓCIO, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, ESTADO DE SÃO PAULO e no ranking BRASIL.

Agronegócio

- 2024 (8º lugar)
- 2025 (4º lugar)

Instituições financeiras

- 2024 (4º lugar)
- 2025 (3º lugar)

Estados de São Paulo

- 2024 (6º lugar)
- 2025 (5º lugar)

Brasil

- 2024 (78º lugar)
- 2025 (43º lugar)

Educação e Conscientização Organizacional em Sustentabilidade

GRI 3-3

Treinamentos e Desenvolvimento

GRI 404-1 | 404-2

O desenvolvimento de pessoas é uma prioridade para a Credicitrus, que busca oferecer, de forma contínua, oportunidades de capacitação e aprendizado à sua equipe. Ao longo de 2025, a Cooperativa promoveu diversas ações formativas que fortaleceram o desempenho dos colaboradores, contribuíram para a qualidade do atendimento aos associados e impulsionaram o crescimento dos negócios.

Pertencer

Direcionado a Agentes de Atendimento e Gerentes de Negócios, o programa tem como norte fortalecer a Excelência no Atendimento, que é o padrão Credicitrus de ser. Voltado à padronização do atendimento nos Postos de Atendimento, com foco no fortalecimento do relacionamento consultivo, na fidelização e na satisfação dos associados. Em 2025, 195 colaboradores participaram do Pertencer.

Brigada de Incêndio

Curso obrigatório para obtenção ou renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB. Participação de 48 colaboradores.

Onboarding

Programa de recepção e integração de novos colaboradores, estagiários e aprendizes, com apresentação da estrutura, do propósito e dos valores da Cooperativa. Participação de 230 pessoas.

Pós-graduação em Direito Cooperativo

Em parceria com a PUC Minas, a turma, com 30 participantes, iniciou o curso *in loco*, em agosto.

Programa de Reciclagem Crédito Rural

Treinamento de atualização das competências técnicas e comerciais em Crédito Rural, com a participação de 93 colaboradores.

Programa de Reciclagem Carteira Pessoa Jurídica

Treinamento voltado à atualização das competências técnicas e comerciais da Carteira Pessoa Jurídica, destinado a colaboradores com menos de dois anos de admissão que atuam com esse público. Participação de 52 colaboradores.

Treinamentos Externos e Bolsas de Estudo

Como parte do Programa de Formação Educacional, a Credicitrus oferece uma ajuda de até 70% para primeira graduação e 50% para segunda graduação, pós-graduação e MBA, desde que sejam relacionados às atividades desempenhadas pelo empregado e conforme análise orçamentária.

Todos os empregados podem solicitar treinamentos externos e bolsas de estudo, desde que estejam vinculados ao seu desenvolvimento individual, sem limite de valor. Os pedidos são analisados pelo seu superior imediato e pela área de Gente e Cultura. Os benefícios de auxílio pós-graduação e auxílio graduação contemplaram, respectivamente, 14 e 28 colaboradores.

Programa de Desenvolvimento de Lideranças

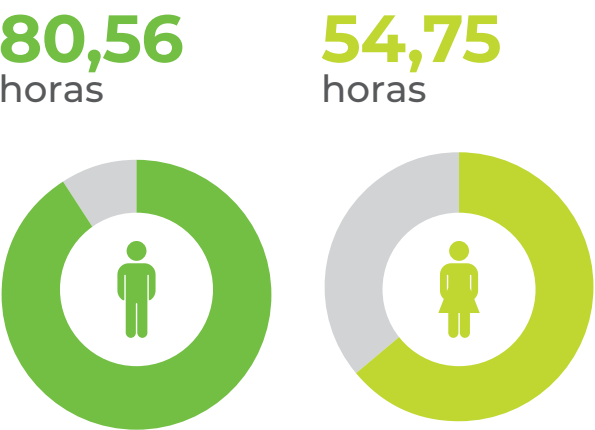
Em 2025, a Credicitrus deu início à 3ª turma do Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL).

Iniciativa estratégica que reforça o compromisso com a excelência na gestão. Com duração de 12 meses, o programa reúne 39 participantes, entre gerentes dos PAs e gestores da Matriz, em uma verdadeira imersão de aprendizado e troca de experiências. Mais uma edição

realizada em parceria com a Fundação Dom Cabral.

É uma oportunidade para fortalecer competências, ampliar visão estratégica e preparar as lideranças para os desafios do futuro. Ao longo do programa, os participantes têm acesso a metodologias modernas, cases reais e ferramentas que potencializam a tomada de decisão.

MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO Por gênero



Por categoria funcional (em horas)

Administrativo	62,11
Comercial	65,20
Gerencial	72,12
Coordenação	101,69
Operacional	69,47

66,30
média de horas de treinamento por colaborador



GRI 302-4 | 305-5 | 306-1 | 413-1

Em 2025, foi lançado o Selo de Sustentabilidade para reconhecer e fortalecer as ações de responsabilidade social, ambiental e climática da Cooperativa.

O Selo é aplicado em projetos e iniciativas que impactam positivamente três pilares estratégicos fundamentais: meio ambiente, pessoas e comunidade.

Também é utilizado para dar visibilidade a ações de responsabilidade socioambiental, como o uso consciente de recursos naturais, a redução de resíduos e o apoio a projetos educativos.

Campanhas de Conscientização

GRI 305-5 | 306-1 | 306-3 | 413-1

Com o objetivo de identificar, avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, a Cooperativa realizou, em 2024, um diagnóstico na Sede Administrativa para avaliar a maturidade dos processos e controles existentes. A iniciativa representou um passo estratégico rumo à certificação ISO 14001:2015, que fortalece a gestão ambiental e contribui para a conformidade legal, a redução de riscos e custos operacionais, o uso eficiente de recursos naturais.

Em 2025, a Credicitrus avançou na implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), promovendo adequações alinhadas aos requisitos da norma. Esse movimento reforça a atuação ambientalmente responsável da Cooperativa e a adoção de práticas voltadas à preservação do meio ambiente. Entre as ações implementadas, destaca-se a instituição da Política Ambiental, que estabelece as diretrizes para a proteção ambiental.

A Política Ambiental da Credicitrus está disponível para consulta das partes interessadas no site institucional: <https://sicoobcredicitrus.com.br/normativos/>.

Campanha Impressão Consciente

GRI 305-5 | 306-1 | 306-3 | 413-1

Visando reduzir os impactos ambientais gerados pela produção de papel, a Credicitrus implementou em 2024 a campanha “Impressão Consciente”.

A ação tem como objetivo sensibilizar os colaboradores para a redução de impressões e de seus impactos ambientais, incentivando o uso de tecnologias que diminuem a necessidade de papel.

Campanha de Descarte Responsável de Camisas e Camisetas Credicitrus

GRI 306-1 | 306-3 | 413-1

Incentivo aos colaboradores refletirem sobre a economia circular e os impactos negativos do descarte inadequado de resíduos.

A Campanha resultou na coleta de 674,80 kg de camisas e camisetas, que foram enviadas para a Retalhar Soluções, empresa especializada em logística reversa e reciclagem de resíduos têxteis, conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Campanha de Arrecadação de Tampinhas

GRI 306-1 | 306-3 | 413-1

Campanha de arrecadação permanente que une sustentabilidade e solidariedade, e engaja todos os colaboradores para a redução de resíduos plásticos no meio ambiente.

A Campanha ainda visa a geração de recursos para o Hospital do Amor na

aquisição de itens de saúde, além de fortalecer a cultura de cooperação e responsabilidade social em toda a Cooperativa.

Campanha Vai de Etanol

GRI 305-5 | 306-1 | 306-3 | 413-1

A Campanha estimula o uso do etanol no abastecimento dos veículos dos colaboradores, reforçando os benefícios ambientais e a contribuição desse combustível para a redução de emissões e o consumo energético mais sustentável.

Campanha Copos Descartáveis

GRI 305-5 | 306-1 | 306-3 | 413-1

Campanha que visa conscientizar os colaboradores, mostrando como pequenos hábitos do dia a dia podem fazer grande diferença no meio ambiente.

A campanha estimula a reflexão sobre o uso de copos descartáveis, sensibilizando os colaboradores por meio de informações sobre o tempo de decomposição dos materiais, os impactos ambientais dos resíduos plásticos e os benefícios da substituição por alternativas reutilizáveis e sustentáveis.

Campanha Papa Pilhas

GRI 305-5 | 306-1 | 306-3 | 413-1

A Campanha orienta sobre a importância do descarte correto de pilhas e baterias por conterem metais pesados, que contaminam solo e água, ajudando assim a preservar o meio ambiente e a promover a logística reversa desses resíduos.

Relacionamentos e Cadeia de Valor

GRI 2-6 | 204-1

A cadeia de valor de uma Cooperativa de crédito envolve diversas partes essenciais para seu funcionamento eficiente e ético. Órgãos reguladores como o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, baseados em leis como a Lei nº 4.595 de 1964 e a Lei nº 5.764 de 1971, supervisionam as operações e garantem a conformidade financeira.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Sistema Sicoob, com suas centrais e cooperativas filiadas, desempenham papéis fundamentais na gestão e integração das cooperativas, promovendo a cooperação e o fortalecimento do setor.

Fornecedores e prestadores de serviços devem seguir normas rígidas de ética e segurança da informação. O Instituto Credicitrus também contribui por meio do apoio a projetos nas dimensões social, cultural, educacional e ambiental, enquanto a interação com colaboradores, associados, comunidade, imprensa e parceiros fortalece a transparência e o engajamento.

A comunicação eficiente entre essas partes é vital para o sucesso da Cooperativa e para a construção de um ambiente colaborativo e sustentável.

Fornecedores

A Credicitrus mantém uma relação responsável, ética e transparente com seus fornecedores, buscando gerar valor para os associados e para a sociedade.

Orientadas pelo Código de Conduta Ética, de Segurança da Informação e de Segurança Cibernética para Terceiros e Prestadores de Serviços, as relações com fornecedores e prestadores de serviços são pautadas por princípios claros ao longo de toda a cadeia de valor. Honestidade, integridade, transparência, respeito às pessoas, à legislação e à segurança, norteiam essas relações, sendo expressamente vedadas situações de conflitos de interesse, corrupção ou qualquer forma de vantagem indevida.

A Cooperativa exige o sigilo no tratamento de informações, a competência técnica, o respeito aos direitos humanos e a promoção de ambientes de trabalho justos e seguros. Também são observadas normas de *compliance*, prevenção à lavagem de dinheiro, proteção de dados e segurança da informação, fortalecendo a gestão de riscos, a conformidade regulatória e a geração de valor sustentável em toda a cadeia.

Em 2025, a Credicitrus contou com cerca de 955 fornecedores e prestadores de serviços diretos, distribuídos principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, movimentando mais de R\$ 51 milhões ao longo do ano. Esses parceiros atuam em diferentes áreas, como construção civil, consultoria, segurança, publicidade, tecnologia e logística. Na área de tecnologia, a Cooperativa conta, ainda, com empresas internacionais fornecedoras de softwares utilizados em suas operações, representando em torno de 2% dos fornecedores totais.

A Credicitrus prioriza a contratação de fornecedores localizados nos municípios onde mantém Postos de Atendimento, fortalecendo a economia local e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde está presente.

955

Fornecedores e prestadores de serviços.

Mais de R\$ 51 milhões

movimentados ao longo do ano.

98%

dos investimentos em fornecedores foram destinados a parceiros regionais.

Avaliação Social, Ambiental e Climática de Fornecedores

GRI 308-1 | 308-2 | 408-1 | 409-1 | FS5

Em 2025, a Credicitrus continuou avançando na avaliação e no monitoramento de aspectos social, ambiental e climático de fornecedores e prestadores de serviços. O processo de *due diligence* conta com consultas regulares a bases públicas, como registros do Ministério do Trabalho e Emprego, Ibama, SEMA/MS e verificações na mídia, permitindo identificar possíveis riscos ou eventuais irregularidades. Caso alguma ocorrência seja identificada, as áreas responsáveis analisam o caso e definem as providências necessárias, garantindo respostas rápidas e preventivas.

De acordo com a Política de Terceirização de Serviços e Seleção de Prestadores, a Cooperativa verifica se as empresas contratadas possuem programas formais de integridade. Caso ainda não tenham, a implementação é recomendada por meio de cláusula contratual. Também é exigida a apresentação de documentos como Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e comprovantes de fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), assegurando condições adequadas de saúde e segurança para os trabalhadores envolvidos.

A Credicitrus também realiza o acompanhamento contínuo das informações cadastrais de fornecedores com contratos vigentes, a fim de identificar possíveis riscos de condições de trabalho

irregulares ou ilegais, como trabalho forçado, trabalho infantil, exploração indevida de mão de obra ou atuação em áreas com embargo ambiental.

Para aprimorar a análise de riscos sociais, ambientais e climáticos no processo de contratação de fornecedores e prestadores de serviço, a Cooperativa adota:

- Questionários autodeclaratórios, com 15 perguntas sobre riscos reputacionais, adesão ao Código de Conduta e Ética, certificações e conformidade ESG;
- Consultas públicas automatizadas, utilizando sistemas que verificam, por exemplo, o Cadastro de Empregadores envolvidos em trabalho análogo à escravidão;
- Resultados positivos, com maior eficiência na detecção de práticas irregulares e fortalecimento da gestão preventiva na cadeia de fornecedores, reduzindo riscos socioambientais e de não conformidade.

Na data-base de dezembro de 2025, 419 fornecedores integraram o monitoramento para identificação de condições de trabalho irregulares ou ilegais, como trabalho forçado, infantil, exploração indevida de mão de obra ou atuação em áreas com embargo ambiental. Esse grupo representa 100% dos parceiros com contrato firmado. Ao longo do

ano, 63 novos fornecedores foram avaliados sob critérios sociais, ambientais e climáticos, não sendo identificados impactos negativos significativos na cadeia de suprimentos da Credicitrus.



419
fornecedores foram submetidos a avaliações de impacto social, ambiental e climático, representando 100% da base de parceiros.

63
novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais, ambientais e climáticos.

Em 2025, não houve identificação de impactos social, ambiental e climático significativos na cadeia de fornecedores da Credicitrus.

Com seis anos de atuação, o Instituto Credicitrus representa a frente de responsabilidade socioambiental da Cooperativa, difundindo seus valores e os princípios do cooperativismo junto aos seus públicos de relacionamento. Criado com o propósito de **“Construir Oportunidades. Transformar Vidas”**, o Instituto amplia a capacidade da Credicitrus de gerar impacto positivo, apoiando iniciativas nas áreas social, ambiental, cultural e educacional.

Sua governança é composta por Conselhos Deliberativo e Fiscal, enquanto sua gestão é conduzida pela área de Responsabilidade Social da Cooperativa, assegurando alinhamento, efetividade e transparência na condução das ações.

Ao longo do ano, o Instituto recebe e avalia propostas de projetos com base na aderência aos objetivos da Cooperativa, no potencial de impacto e na disponibilidade orçamentária e, por meio de iniciativas próprias, parcerias estratégicas e apoio a projetos de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), desenvolve ações que contribuem para a transformação e valorização da vida.

Todos os projetos apoiados são monitorados por indicadores de desempenho e avaliações de resultados, garantindo que cada iniciativa contribua para transformar vidas, fortalecer comunidades e promover a sustentabilidade nos municípios de atuação da Credicitrus.

Missão:

Construir oportunidades para pessoas e organizações, por meio do fomento e gestão de iniciativas inovadoras e colaborativas nas áreas de educação, assistência social, cultura e proteção ambiental, contribuindo para a transformação e valorização da vida.

Visão:

Ser um centro de referência em ações cooperativistas conectando pessoas, organizações e comunidades.

Valores:

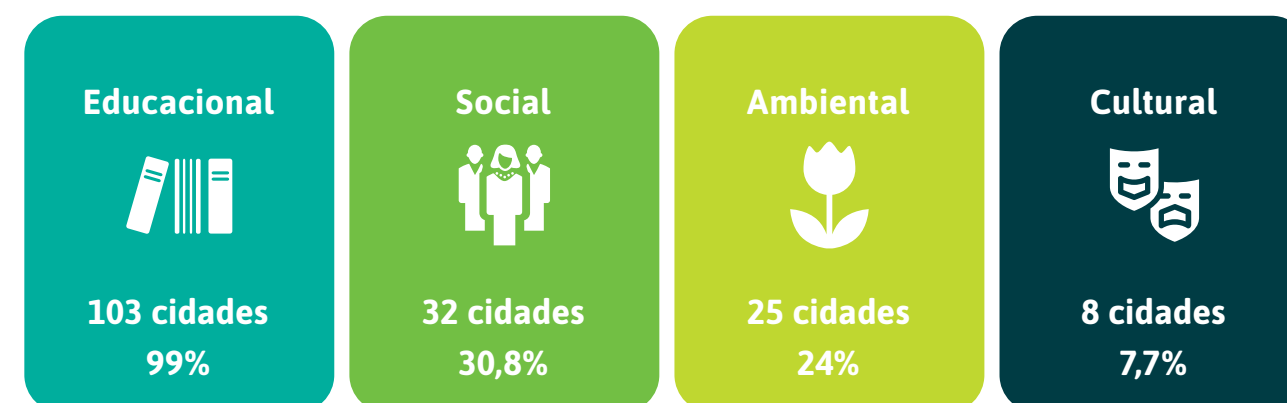
- Responsabilidade Social;
- Transparência;
- Diversidade;
- Inovação;
- Solidez;
- Agilidade.

Pilares de Atuação do Instituto

A atuação do Instituto Credicitrus está organizada em quatro pilares que orientam suas ações e promovem uma abordagem integrada para o desenvolvimento das comunidades. Esses pilares contribuem para o avanço dos diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Em seis anos de Instituto Credicitrus, foram investidos mais de R\$ 51,5 milhões em mais de 190 projetos, impactando mais de 464 mil pessoas.

Abrangência* dos impactos por pilar de atuação em 2025:



*O percentual de abrangência se refere aos 104 municípios onde a Cooperativa possui Posto de Atendimento.



Para saber mais, acesse o Relatório de Atividades do Instituto Credicitrus:
<https://institutocredicitrus.com.br/relatorios>

Investimentos

IC-008

O Instituto Credicitrus utiliza-se de dois principais fundos como fontes de recursos:

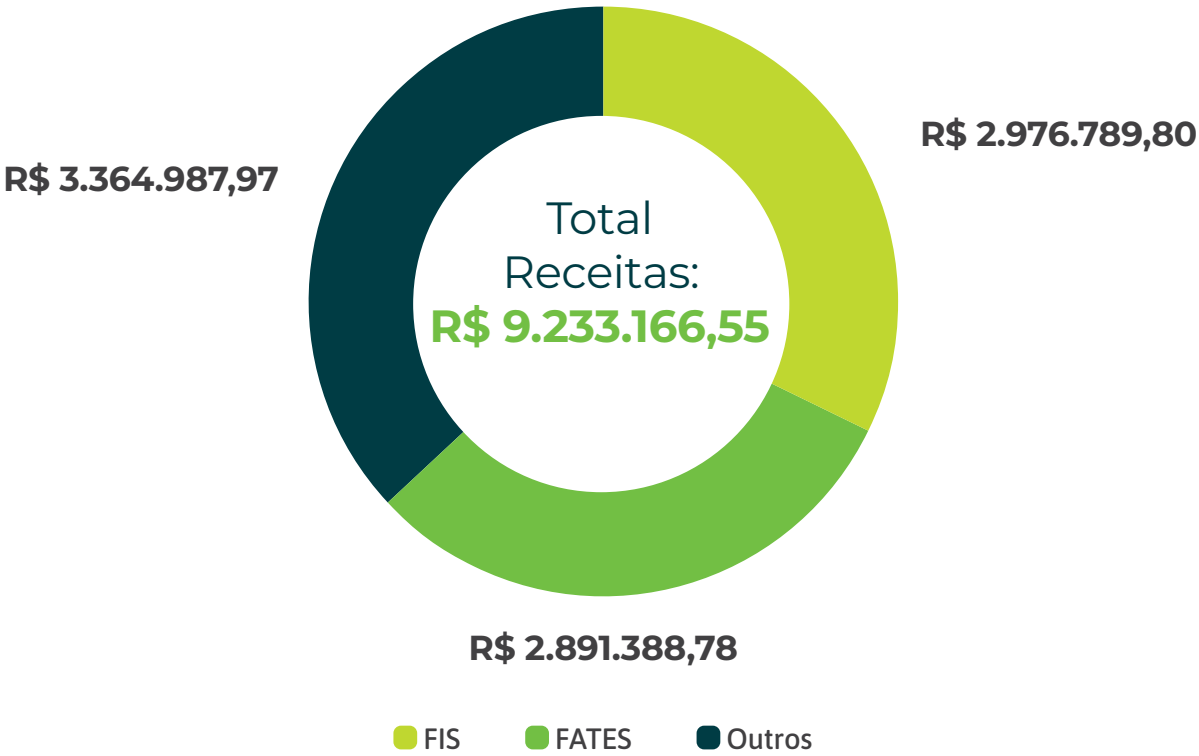
O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), regulamentado pela Lei nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009, foi criado para apoiar financeiramente projetos voltados à assistência técnica, à educação e ao desenvolvimento dos associados e das comunidades presentes nos territórios de atuação. Esse fundo é constituído por 7% das sobras anuais da Credicitrus, que destina uma parcela deste recurso para o Instituto Credicitrus.

O Fundo de Investimento Social (FIS) impulsiona iniciativas de impacto positivo desde 2005. Composto por 1% das sobras anuais, o FIS apoia a transformação das comunidades locais por meio de projetos sociais, educacionais e culturais, além de respaldar ações de preservação ambiental e práticas de sustentabilidade.

Para complementar seu orçamento, o Instituto organiza iniciativas próprias de arrecadação e estabelece parcerias com empresas e organizações, fortalecendo sua atuação e seu compromisso com o desenvolvimento social e sustentável.

Alcance dos investimentos

Recursos por fonte*



*Os valores foram calculados com base nos números do balanço do Instituto Credicitrus.

Em 2025:

28 projetos realizados

mais de

R\$ 10,5 milhões investidos

mais de

106 mil pessoas impactadas

Educação Financeira

GRI FS14 | FS16 | SASB FN-CB-240A.4

A Credicitrus, por meio do Instituto Credicitrus, contribui para a inclusão financeira, estimulando a economia regional por meio da geração de renda e da gestão qualificada de recursos. Suas iniciativas de Educação Financeira apoiam indivíduos e empresas, fortalecendo o desenvolvimento das comunidades em que atua.

Alinhadas aos princípios do cooperativismo e à Resolução Conjunta nº 8/2023 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), as iniciativas demonstram o compromisso das instituições com a promoção da educação financeira, capacitando cidadãos para escolhas mais seguras e conscientes e promovendo a sustentabilidade financeira da sociedade.

Projetos Educacionais

Educação Financeira para Cooperados

Durante o ano foram oferecidas palestras e ferramentas digitais aos associados, promovendo conhecimento, autonomia e melhores decisões econômicas, também entregues exemplares da coleção de livros Meu Dinheirinho. As ações desenvolvidas alcançaram 8.844 associados.

Learning on Demand (LoD) e MBA Executivo

Programa de ensino a distância (EAD) em negócios, realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e estruturado em quatro pilares: Cooperativismo, Gestão, Empreendedorismo e Inovação, e Liderança de Pessoas. Na primeira fase, a trilha de extensão em Cooperativismo e Gestão, contou com 425 associados concluintes de um total de 500 vagas. Na segunda fase, que consiste no MBA Executivo em Gestão de Negócios e Liderança, foi aberto o processo seletivo aos concluintes da primeira fase, para o preenchimento de 50 vagas.

EMPRETEC

Programa internacional de formação de empreendedores, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizado em mais de 40 países. Em 2025, 230 associados da Credicitrus concluíram o Programa, que é promovido em parceria com o Sebrae.

Forma TI

Programa gratuito para formação de profissionais em Tecnologia da Informação. No ano de 2025, foram disponibilizadas 35 vagas para associados e membros da comunidade, oferecendo trilhas personalizadas de aprendizagem, aulas presenciais e online e mentoria especializada. No ano, o programa qualificou **31 jovens e adultos** para o mercado de tecnologia, ampliando a

empregabilidade e promovendo inclusão produtiva na economia digital.

Educação Financeira

Ações de sensibilização e capacitação em Educação Financeira e Cooperativista realizadas nas comunidades em que a Credicitrus atua, com foco em estudantes do Ensino Fundamental e Médio de escolas, além de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), jovens e associados. Ao todo, foram 120 escolas e mais de 26 mil alunos envolvidos e mais de 1.600 jovens em 7 universidades e escolas técnicas visitadas.

Destaques das Iniciativas de Educação Financeira

Ações do Circuito Credicitrus e do Instituto Credicitrus.

Mais de
77 mil
pessoas impactadas

Mais de
7 mil
exemplares da Coleção
Meu Dinheirinho

Mais de
250 horas
nas escolas

Mais de
230 escolas
eventos / OSCs visitadas

Projetos Sociais

Desde sua fundação, em 2019, uma das prioridades do Instituto Credicitrus é apoiar a construção de redes de proteção social e iniciativas que promovam a inclusão e gerem oportunidades para pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas ações refletem o compromisso da Cooperativa e do Instituto em promover o bem-estar coletivo e o desenvolvimento das comunidades, criando oportunidades que contribuem para a inclusão social e econômica dessas pessoas.

Edital de Geração de Renda

Apoia projetos que estimulam fontes sustentáveis de receita e renda em organizações sociais. O apoio incluiu capacitação com o Seminário SustentaHabilidades para 51 organizações sociais e formou 86 membros da equipe gestora. A participação no Seminário possibilitou a essas organizações a oportunidade de inscrição de projetos no Edital de Geração de Renda. O Edital recebeu 33 projetos, dos quais 16 foram apoiados em 13 cidades que a Credicitrus está presente, impactando diretamente 26.384 pessoas.

Programa de Doações de Recursos, Máquinas e Equipamentos

Realiza doações financeiras e de itens reaproveitados em bom estado, atendendo a demandas pontuais ou emergenciais de organizações sociais. No exercício de 2025, 16 cidades foram contempladas com 26 doações.

Investimento que constrói

Desenvolve projetos de fortalecimento social, empreendedorismo e bem-estar, por meio de parcerias estratégicas com instituições como Enactus Brasil, Voluntariado Albert Einstein, Dadivar, Instituto Sicoob, De Olho no Material Escolar e Fundação Coopercitrus.

Destaques das Iniciativas Sociais

Cerca de
R\$ 2 milhões

aportados com o Programa de Investimento Socioambiental

Mais de
35 mil
pessoas impactadas de 72 organizações sociais de 66 cidades



Projetos Ambientais

O compromisso com a preservação ambiental, o uso responsável de recursos naturais e o estímulo ao reflorestamento integram as ações do Instituto Credicitrus.

100 Nascentes

Criado em 2025, o Projeto conta com a parceria da Fundação Coopercitrus Credicitrus para a preservação e restauração de 100 nascentes. Em 2025, foram restauradas 11 nascentes, contribuindo para o aumento de mais de 10 milhões de litros de vazão de água acumulada no ano.

Edital de Energia Sustentável

Destinação de recursos financeiros para a instalação de usinas fotovoltaicas em organizações sociais, com os objetivos de reduzir os custos de operação e fomentar a utilização de energia renovável. Em 2025, foram selecionadas 28 organizações sociais de 24 cidades, beneficiando diretamente 6.294 pessoas, permitindo que estas organizações usufruam de economias em suas contas e, ao mesmo tempo, promovam o uso crescente de energia limpa e renovável.

Educação Ambiental GRI 413-1

Entre as iniciativas ambientais, em 2025, o projeto “Sem Abelha, Sem Alimento” impactou 2.778 alunos de 24 escolas municipais de Ribeirão Preto (SP). O objetivo da iniciativa é conscientizar as crianças sobre o papel vital das abelhas na natureza.

Destaques das Iniciativas Ambientais

11
nascentes restauradas em 2025 em 2 municípios

Mais de
10 milhões de litros
de vazão de água acumulado no ano

3 mil
mudas plantadas nas 11 nascentes restauradas



Projetos Culturais

O Instituto Credicitrus reconhece a cultura como ferramenta essencial para o fortalecimento de identidades e o estímulo ao diálogo social.

Apresentações da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto

Projeto com o objetivo de democratizar o acesso à música e à arte, promovendo integração comunitária e valorização cultural. Em 2025, o Instituto Credicitrus realizou 7 apresentações gratuitas em 7 cidades - Barretos, Bebedouro, Jales, Jaú, Matão, Olímpia e Tabatinga, levando música de qualidade a colaboradores, associados e comunidades. Essas ações fortaleceram vínculos comunitários, ampliaram o acesso à cultura e promoveram convivência social, atingindo mais de 11 mil pessoas em toda a região, construindo parcerias, mobilizando mais de R\$ 380 mil.

Projeto CompARTilhar

Projeto com o objetivo de criar um ambiente fértil para que valores como responsabilidade, planejamento e cooperação floresçam desde cedo nas crianças, por meio de teatro lúdico e educativo inspirado na coleção Meu Dinheirinho.

Em 2025, o Projeto foi construído, submetido ao Ministério da Cultura e aprovado. A mobilização de recursos está em andamento, tendo já conquistado mais de R\$ 400 mil em captação pela Lei Federal de Incentivo à Cultura.

Concurso Cultural Sicoob

Com o objetivo de incentivar a expressão criativa e a reflexão sobre valores cooperativistas entre crianças e jovens. Em 2025, com o apoio do Instituto Credicitrus, o concurso engajou 92 crianças e jovens da escola Camilo de Mattos de Ribeirão Preto (SP), sensibilizando sobre cooperação e estimulando criatividade. A iniciativa, promovida pelo Instituto Sicoob, envolveu escolas e famílias em debates sobre atitudes conscientes, consumo responsável, sustentabilidade e senso de comunidade.

Destaques das Iniciativas Culturais

Cerca de
R\$ 800 mil
captados

Cerca de
12 mil
pessoas impactadas

Em
8 municípios
de atuação

TRANSPARÊNCIA

GRI 2-12 | 2-13

Demonstrações Financeiras

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

2 Gestão democrática

ODS:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2025

Índice

Balanco patrimonial	114
Demonstração das sobras ou perdas	115
Demonstração do resultado abrangente	115
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	116
Demonstração dos fluxos de caixa	117

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1	Contexto operacional	118
2	Apresentação das demonstrações financeiras	119
3	Principais políticas materiais	124
4	Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025	137
5	Caixa e equivalentes de caixa	138
6	Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	139
7	Operações de crédito, outras operações com características de concessão de crédito	143
8	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	148
9	Outros ativos financeiros ao custo amortizado	150
10	Ativos fiscais, correntes e diferidos	151
11	Outros ativos	151
12	Imobilizado de uso	152
13	Intangível	153
14	Depósitos	153
15	Outros instrumentos de dívida	155
16	Relações interfinanceiras	155
17	Outros passivos	156

18	Provisões	159
19	Patrimônio líquido	162
20	Resultado de atos não cooperativos	165
21	Rendas de tarifas	165
22	Receitas de prestação de serviços	166
23	Despesas de pessoal	166
24	Outras despesas administrativas	167
25	Despesas tributárias	167
26	Outras despesas operacionais	168
27	Outras receitas operacionais	168
28	Despesas com provisões	168
29	Outras receitas e despesas	169
30	Resultado não recorrente	169
31	Partes relacionadas	170
32	Benefícios a empregados	172
33	Seguros contratados - não auditado	173
34	Gerenciamento integrado de riscos e de capital	174
35	Índice de Basileia	186
36	Eventos Subsequentes	186

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	Notas	31/12/2025
ATIVO		18.262.538
DISPONIBILIDADES	5	43.755
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		17.286.524
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	921.938
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	1.728.445
Relações Interfinanceiras	6.6	5.743.597
Operações de Crédito	7	6.692.024
Outros Créditos	7	2.743.166
Outros Ativos Financeiros	9	21.880
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8	(564.526)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		203.404
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	203.404
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		561.158
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	561.158
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	6.182
OUTROS ATIVOS	11	29.927
IMOBILIZADO DE USO	12	259.916
INTANGÍVEL E ÁGIO	13	21.817
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(150.145)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(137.480)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(12.665)
TOTAL DO ATIVO		18.262.538
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.262.538
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		14.747.822
DEPÓSITOS	14	7.798.365
Depósitos à Vista		1.591.274
Depósito de Poupança		113.026
Depósitos Sob Aviso		1.966
Depósitos a Prazo		5.975.591
Outros Depósitos		116.508
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		5.122.910
Recursos por Emissão de Letras	15.1	5.122.910
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.477.846
Repasse Interfinanceiros	16.1	1.477.846
OUTROS PASSIVOS	17	203.110
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.1	21.849
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.347
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.2	45.450
Outras Obrigações	17.3	134.464
PROVISÕES	18	145.591
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	18.1	21.865
Provisão para Pagamento a Efetuar		28.237
Provisão para Contingências	18.2	95.489
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.514.716
Capital Social	19.1	2.153.125
Reservas de Sobras		1.232.110
Sobras ou Perdas Acumuladas	19.3	129.481
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.262.538

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das sobras ou perdas

Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	Notas	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.472.657	2.648.666
Resultado de Operações de Crédito	7.5	881.777	1.626.806
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.7 b	150.736	302.665
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7 a	89.357	180.219
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5	350.787	538.976
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(830.340)	(1.485.952)
Operações de Captação no Mercado	14.2	(755.467)	(1.354.899)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.2	(74.873)	(131.053)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		642.317	1.162.714
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(296.011)	(410.907)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		346.306	751.807
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(101.255)	(207.926)
Rendas de Tarifas Bancárias	21	583	1.473
Receitas de Prestação de Serviços	22	52.229	106.272
Despesas de Pessoal	23	(115.395)	(224.673)
Outras Despesas Administrativas	24	(87.624)	(171.579)
Despesas Tributárias	25	(1.768)	(3.698)
Outras Despesas Operacionais	26	(34.996)	(64.008)
Outras Receitas Operacionais	27	85.716	148.287
PROVISÕES	28	12.840	1.619
Provisões/Reversões para Contingências		12.028	603
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		812	1.016
RESULTADO OPERACIONAL		257.891	545.500
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	29	1.493	3.956
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		259.384	549.456
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.774)	(7.352)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		3.483	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(5.257)	(7.352)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(17.614)	(26.105)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	19.3	239.996	515.999

Demonstração do resultado abrangente

Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	2 ° Sem. 2025	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	19.3	239.996	515.999
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	19.3	239.996	515.999

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Outras reservas	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2024		1.918.193	(2.585)	1.023.614	2.960	139.909	3.082.091
ADOÇÃO INICIAL RESOLUÇÃO CMN 4.966/21	4	-	-	-	-	(3.136)	(3.136)
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	19.3	2.221	-	81.919	(2.225)	(81.919)	(4)
Distribuição de sobras para associados	19.3	54.757	-	-	-	(57.990)	(3.233)
OUTROS EVENTOS/RESERVAS	19.2	-	-	1.887	-	-	1.887
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:							
Por Subscrição/Realização	19.1	121.089	268	-	-	-	121.357
Por Devolução (-)	19.1	(90.895)	-	(16)	-	-	(90.911)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	19.3	-	-	-	-	515.999	515.999
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	19.3	-	-	-	-	(237.371)	(237.371)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		150.077	-	-	-	-	150.077
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO PERÍODO:							
Fundo de Reserva	19.3	-	-	123.971	-	(123.971)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	19.3	-	-	-	-	(2.755)	(2.755)
FATES - Atos Cooperativos	19.3	-	-	-	-	(19.285)	(19.285)
Saldos em 31/12/2025	19.3	2.155.442	(2.317)	1.231.375	735	129.481	3.514.716

Saldos em 30/06/2025		1.977.471	(2.031)	1.105.525	2.960	272.867	3.356.792
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	19.3	2.221	-	-	(2.225)	-	(4)
Distribuição de sobras para associados	19.3	21.557	-	-	-	-	21.557
OUTROS EVENTOS/RESERVAS	19.2	-	-	1.887	-	-	1.887
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:							
Por Subscrição/Realização	19.1	66.948	(286)	-	-	-	66.662
Por Devolução (-)	19.1	(62.832)	-	(8)	-	-	(62.840)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	19.3	-	-	-	-	239.996	239.996
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	19.3	-	-	-	-	(237.371)	(237.371)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		150.077	-	-	-	-	150.077
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO PERÍODO:							
Fundo de Reserva	19.3	-	-	123.971	-	(123.971)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	19.3	-	-	-	-	(2.755)	(2.755)
FATES - Atos Cooperativos	19.3	-	-	-	-	(19.285)	(19.285)
SALDOS EM 31/12/2025	19.3	2.155.442	(2.317)	1.231.375	735	129.481	3.514.716

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	Notas	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	27	(54.802)	(54.802)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	27	(16.895)	(65.775)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.3	296.011	410.907
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	(812)	(1.016)
Provisões/Reversões Não Operacionais	29	(69)	(2.617)
Provisões/Reversões para Contingências	28	(12.028)	(603)
Atualização de Depósitos em Garantia	27	(584)	(1.154)
Depreciações e Amortizações	24	12.455	23.217
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADAS		482.660	857.613
(AUMENTO)/REDUÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		274.238	389.678
Títulos e Valores Mobiliários		149.740	727.534
Relações Interfinanceiras		(113.027)	(113.027)
Operações de Crédito		(20.200)	(467.853)
Outros Ativos Financeiros		(478.308)	(525.956)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(2.608)	(3.562)
Outros Ativos		5.243	4.203
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS			
Depósitos à Vista		(56.323)	10.497
Depósitos sob Aviso		129	109
Depósitos a Prazo		162.394	(149.710)
Outros Depósitos		229.398	103.493
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		1.013.681	1.521.405
Relações Interfinanceiras		178.672	483.945
Obrigações por Empréstimos e Repasses		12.938	21.711
Outros Passivos Financeiros		(805)	(1.214)
Provisões		11.008	21.342
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		29.679	12.425
Outros Passivos		(240.681)	(265.003)
FATES - Atos Cooperativos		(31.335)	(19.285)
Outras Destinações		(2.497)	(2.759)
Contribuição Social Pago		(711)	(2.449)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.603.285	2.603.137
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	27	16.895	64.570
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	27	-	1.205
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	27	54.802	54.802
Aquisição de Intangível		(1.609)	(3.178)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(24.080)	(38.235)
Aquisição de Investimentos		(39.622)	(89.956)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		6.386	(10.792)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento por novos aportes de Capital		66.662	121.357
Devolução de Capital aos Cooperados		(62.840)	(90.911)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		21.557	(3.233)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		150.077	150.077
Outros Eventos/Reservas		1.887	1.887
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		177.343	179.177
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.787.014	2.771.522
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		3.887.312	2.902.804
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	5.674.326	5.674.326
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.787.014	2.771.522

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito Credicitrus - Sicoob Credicitrus é uma cooperativa de crédito singular, com sede em Bebedouro (SP), instituição financeira não bancária, fundada em 14 de setembro de 1983, filiada à Cooperativa Central de Crédito do ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB SÃO PAULO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas da Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO, junto a outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, e pelas Resoluções nº 4.910/2021, 4.970/2021, 5.051/2022 e 5.131/2024, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições.

A Sicoob Credicitrus possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Aguaí - SP, Agudos - SP, Altinópolis - SP, Amparo - SP, Aparecida do Taboado - MS, Araçatuba - SP, Araraquara - SP, Araras - SP, Avaré - SP, Bariri - SP, Barretos - SP, Batatais - SP, Bauru - SP, Bebedouro - SP, Birigui - SP, Borborema - SP, Botucatu - SP, Brodowski - SP, Buritizal - MG, Campinas - SP, Campos Gerais - MG, Capetinga - MG, Casa Branca - SP, Cassia - MG, Catanduva - SP, Colina - SP, Con-

quista - MG, Cristais Paulista - SP, Dois Córregos - SP, Fernandópolis - SP, Franca - SP, Frutal - MG, Garça - SP, Guaiúba - SP, Guará - SP, Holambra - SP, Ibiraci - MG, Ibitinga - SP, Igarapava - SP, Itajobi - SP, Itápolis - SP, Itatinga - SP, Itaú de Minas - MG, Itirapuã - SP, Jaguariúna - SP, Jales - SP, Jardinópolis - SP, Jaú - SP, José Bonifácio - SP, Jundiaí - SP, Lençóis Paulista - SP, Limeira - SP, Lins - SP, Marília - SP, Matão - SP, Mirassol - SP, Mococa - SP, Mogi Mirim - SP, Monte Alto - SP, Monte Aprazível - SP, Monte Azul Paulista - SP, Morro Agudo - SP, Nova Granada - SP, Novo Horizonte - SP, Nuporanga - SP, Olímpia - SP, Paraíso - SP, Passos - MG, Patrocínio - MG, Patrocínio Paulista - SP, Paulínia - SP, Pedregulho - SP, Penápolis - SP, Pereira Barreto - SP, Pindamonhangaba - SP, Pirangi - SP, Pirassununga - SP, Pitangueiras - SP, Poços de Caldas - MG, Porto Ferreira - SP, Ribeirão Preto - SP, Rio Claro - SP, Sales Oliveira - SP, Santa Adélia - SP, Santa Cruz das Palmeiras - SP, Santa Fé do Sul - SP, Santo Antônio da Alegria - SP, São Carlos - SP, São José da Bela Vista - SP, São José do Rio Preto - SP, São José dos Campos - SP, São Manuel - SP, São Paulo - SP, Tabatinga - SP, Taiúva - SP, Tambaú - SP, Taquaritinga - SP, Taubaté - SP, Uberaba - MG, Uberlândia - MG, Urupês - SP, Varginha - MG, Viradouro - SP, Vista Alegre do Alto - SP.

A Sicoob Credicitrus tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos, concessão

de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando a preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das projeções financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram consideradas as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei

Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução CMN nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

A aprovação e emissão das Demonstrações Financeiras aqui apresentadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar

com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir com as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta Cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB 352/2023, estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que constituem a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de forma diversa.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

A seguir, um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

- Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:
 - a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
 - a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e nas suas características contratuais de fluxos de caixa, e não mais com base na intenção;

- a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;
- a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos nas referidas Resoluções.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;
- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

- Resolução CMN nº 4.975/2021 e Resolução CMN nº 5.101/2023: dispõem sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, tanto na condição de arrendadora, como arrendatária. Essas normas estabelecem os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. As normas são aplicáveis a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras à aplicação prospectiva conforme artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, destaca-se a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O BCB reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

- i. **Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii. **Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii. **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas em 5 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (COSIF) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, optando por não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, o Sistema Cooperativo realizou análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando:

- i. a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado;
- ii. eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e
- iii. possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/1/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

1º de janeiro de 2025: produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).

- **1º de maio de 2025:** produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação);
- **1º de janeiro de 2026:** produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos;
- **1º de janeiro de 2027 a 2033:** produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício. A Cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

Resolução CMN nº 4.966/2021 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados: estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivo a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa de manter sua continuidade operacional pelo período mínimo de doze meses após a data-base destas demonstrações financeiras, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas normas profissionais vigentes de auditoria independente.

Com base nas informações disponíveis, nos planos de negócios, na liquidez disponível e na expectativa de geração de resultados futuros, a Administração conclui **que não existem incertezas** relevantes que possam levantar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente.

Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas **utilizando a base contábil de continuidade operacional**, conforme previsto no arcabouço regulatório aplicável às cooperativas de crédito.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas, não há efeitos tributários a serem registrados, dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela referida resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros, objetos da cessão, permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, as quais são revisadas no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos

ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central Sicoob SP e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.6 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

- **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro do modelo de negócios, cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: gerar retorno, tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do Ativo Financeiro.

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo é gerar retorno, tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: outros modelos de negócios.

- **Valor Justo no Resultado:** utilizado para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação, em cada uma das categorias de mensuração, depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda ou iii) ambos. Para isso, são consideradas, entre outras, as seguintes evidências:

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- Como os gestores do negócio são remunerados;
- E como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ, a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, pois elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente, são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido, intitulado “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”.

Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros - Nível 1: o valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros - Nível 2: o valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros - Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.7 Derivativos

No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas à concessão das operações;

- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.9 Suspensão dos Juros (*stop accrual*)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático - Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove) dias.

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias, além da identificação de evidências qualitativas que indiquem deterioração relevante da capacidade de pagamento. Nessa avaliação são considerados aspectos como dificuldades financeiras do cooperado, concessão de reestruturações com descontos significativos, situações de recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada, existência de medidas judiciais que afetem a recuperabilidade e demais elementos que indiquem risco elevado de inadimplência ou perda.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa realizou, em 31 de dezembro de 2024, os ajustes necessários na posição de suspensão de juros (*stop accrual*), de forma a assegurar plena aderência aos critérios prudenciais aplicáveis à caracterização de ativos problemáticos estabelecidos na regulamentação vigente.

3.10 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 para:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários;
- Operações de créditos;

- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem *default*). Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em *default*). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A Perda Esperada (PE) calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3, determinado pela Resolução BCB nº 352/2023 (anexo 1 da normativa “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de *default* para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa, é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de *default*), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito devem estar em estágio 3. Essencial-

mente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias, marcação de reestruturação ou quando o associado possui características que evidencie dificuldade de pagamento, como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas de crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de *default* - PD: a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao *default* - LGD: a LGD é o percentual esperado de perda de um associado dado o *default*. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa, para que consiga por meio de modelos, mensurar a probabilidade esperada de perda, dada a contratação/renovação de contratos e associados, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do associado.

Exposição ao *default* - EAD: é a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos

para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.11 Ativos Financeiros com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas.

É considerada reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de grupo econômico, são arrastadas

(na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais

e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;

- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações

são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens.

3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pro-

nunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos por meio de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda, no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município, sede do Ponto de Atendimento (PA), que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses, após a data-base do balanço, estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.20 Valor Recuperável de Ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as

atividades características da Cooperativa, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- **Eventos que não originam ajustes:** evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.23 Operações de Arrendamento - Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 - Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela

taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 - Arrendamentos, com a referência de US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses - considerados de baixo valor ou curto prazo - não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.24 Relações Interfinanceiras - Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.25 Depósitos e Captações por Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

3.26 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação

parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma, foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor Contábil
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.082.091
Perda de crédito esperada para operações de crédito	2.791
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	(6.164)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	237
PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONFORME A RESOLUÇÃO CMN 4.966/2021 EM 1º DE JANEIRO DE 2025	3.078.955

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2025
Disponibilidades	43.755
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 6.6) (a)	5.630.571
SALDO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.674.326

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa (Nota 6.6), depositadas junto ao Sicoob SP, conforme determina o artigo 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foi respectivamente:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	350.787	538.976

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes das aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo.

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, a composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ			
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	854.195	67.743	921.938
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Títulos Privados de Instituições Financeiras - No País - Não Ligadas (b)	1.308.034	420.411	1.728.445
Total	2.162.229	488.154	2.650.383

a) Referem-se, substancialmente, às aplicações em CDI (Depósitos Interfinanceiros) em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido e remuneração em média de 103,41% do CDI, e as aplicações em DI Rural da Resolução CMN nº 5.216/2025 no Banco Sicoob, com remuneração de 16,11% a.a.

b) Referem-se às aplicações em Títulos de Renda Fixa na modalidade de Letras Financeiras - LF em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido e remuneração em média de 103,68% do CDI.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, a composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Circulante
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (i)	203.404

i)Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob, com remuneração entre 100 % do CDI.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, a composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Não Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito	240.276
Participação em Autorizada Controlada por Cooperativa de Crédito ou Confederação de Serviços	320.779
Participação em Cooperativas, exceto Cooperativa Central de Crédito	64
Outras Participações	39
Total	561.158

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falhareem no teste de SPPJ.

Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõem o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1º/4/2022. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo BCB não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo, conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Tipo	De 91 a 365	Acima de 365	31/12/2025
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ			
Demais Aplicações em depósitos Interfinanceiros - Custo Amortizado (Nota 6.1 a)	854.195	67.743	921.938
Demais Aplicações em depósitos Interfinanceiros - VJORA - Sicoob (Nota 6.2)	203.404	-	203.404
Total	1.057.599	67.743	1.125.342

b) Títulos e Valores Mobiliários:

Tipo	De 91 a 365	Acima de 365	31/12/2025
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Títulos Privados de Instituições Financeiras - No País - Não Ligadas - Custo Amortizado (Nota 6.1 b)	1.308.034	420.411	1.728.445
Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	-	561.158	561.158
Total	1.308.034	981.569	2.289.603

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

Descrição	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	2.650.383
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	203.404
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	561.158
Total	3.414.945

6.6 Relações e Repasses Interfinanceiras

Descrição	31/12/2025
Recursos Transferidos - Centralização Financeira (Nota 5)	5.630.571
Recursos Transferidos - Depósitos de Poupança Rural (a)	113.026
Total	5.743.597

a) A partir de 2025, em decorrência das adequações regulatórias e operacionais implementadas no Sistema Sicoob, e conforme previsto na Resolução CMN nº 5.044/2022, a Cooperativa passou a realizar a captação direta dos depósitos de poupança. Embora a captação gere uma obrigação com o cooperado (Nota 14), os recursos correspondentes são automaticamente transferidos, em até um dia útil, para a conta de centralização da poupança mantida no Banco Sicoob, conforme normativos e processos descritos nas CCI's vigentes. Dessa forma, no ativo, a Cooperativa reconhece direito contra a Centralização Financeira, classificado como Recursos Centralizados, o que representa apenas o reflexo contábil da transferência automática, sem retenção, gestão financeira ou exposição ao risco de crédito desses valores.

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	89.357	180.219

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	150.736	302.665

6.8 Classificação por Estágio

Abaixo, a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

	31/12/2025
Descrição	Estágio 1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ao Custo Amortizado	921.938
Títulos Privados de Instituições Financeiras ao Custo Amortizado	1.728.445
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ao VJORA	203.404
Total	2.853.787

7. Operações de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CUSTO AMORTIZADO			
Adiantamento a Depositantes	2.627	-	2.627
Empréstimos	1.487.025	1.175.569	2.662.594
Direitos Creditórios Descontados	270.113	-	270.113
Financiamentos	230.457	403.506	633.963
Financiamentos Rurais (7.1)	1.898.056	1.224.671	3.122.727
Total - Operações de Crédito	3.888.278	2.803.746	6.692.024
OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO - CUSTO AMORTIZADO			
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (i)	31.067	1.636	32.703
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPRF)	953.980	1.756.483	2.710.463
Total - Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	985.047	1.758.119	2.743.166

i) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos;

7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais

Abaixo, a abertura do valor contábil dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Financiamentos Rurais	Total Saldo Contábil Bruto
FINANCIAMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS	72.629
Custeio Pecuária	39.639
Investimento Agricultura	30.295
Investimento Pecuária	2.695
FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DIRECIONADOS À VISTA	253.648
Custeio Agricultura	137.155
Custeio Pecuária	116.493
FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DIRECIONADOS DA POUPANÇA RURAL	733.342
Custeio Agricultura	317.935
Custeio Pecuária	290.034
Investimento Agricultura	18.849
Investimento Pecuária	2.723
Comercialização Agricultura	36.435
Comercialização Pecuária	1.082
Industrialização Agricultura	66.284
FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DIRECIONADOS DE LCA	1.974.480
Custeio Agricultura	472.352
Custeio Pecuária	287.473
Investimento Agricultura	360.652
Investimento Pecuária	35.972
Comercialização Agricultura	816.796
Comercialização Pecuária	1.235
FINANCIAMENTOS COM RECURSOS FONTES PÚBLICAS	88.628
Custeio Agricultura	28.936
Comercialização Agricultura	59.692
Total	3.122.727

7.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	431.350	62.137	117.435	610.922	9,13%
Setor Privado - Indústria	155.710	25.930	131.145	312.785	4,67%
Setor Privado - Serviços	372.331	96.349	2.789	471.469	7,05%
Pessoa Física	1.952.743	428.059	2.537.714	4.918.516	73,50%
Outros	23.200	21.488	333.644	378.332	5,65%
Total	2.935.334	633.963	3.122.727	6.692.024	100,00%

7.3 Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	173.247	1,84%
10 Maiores Devedores	1.113.274	11,80%
50 Maiores Devedores	2.599.877	27,57%

Compõem o saldo da concentração de devedores, as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

7.4 Operações Renegociadas e Reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão compostas:

		31/12/2025
Natureza da Operação	Renegociadas	Reestruturadas
Operações de Crédito	463.578	1.628

7.5 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	3.064	5.586
Rendas de Empréstimos	311.973	588.926
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	33.469	68.871
Rendas de Financiamentos	61.038	123.680
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	5.923	13.340
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	16.673	42.430
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	37.685	52.612
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	143.033	277.516
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	4.078	7.439
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	428	766
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	60.407	85.669
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	210.584	371.865
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	204	591
(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(6.782)	(12.485)
Total	881.777	1.626.806

7.6 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Títulos com Característica de Concessão de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas (Nota 18.1 a) estão compostas conforme estágios abaixo:

			31/12/2025
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Adiantamentos a Depositantes	-	70	2.557
Direitos Creditórios Descontados	249.384	2.746	17.983
Empréstimos	2.117.979	96.254	448.361
Financiamentos	561.033	35.724	37.206
Financiamentos Rurais	3.001.713	43.607	77.407
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	1.246	-	31.457
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPRF) (b)	2.618.313	63.891	28.259
SUBTOTAL	8.549.668	242.292	643.230
Garantias Financeiras Prestadas (c)	393.877	6.858	11.687
Total	8.943.545	249.150	654.917

- a) Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostas por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.
- b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (Cédula de Produto Rural Financeira).
- c) Garantias Financeiras Prestadas estão contabilizadas no passivo (Nota 18.1 a).

7.7 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

	A Vencer em até 90 Dias	A Vencer Entre 91 a 360 Dias	A Vencer acima de 360 Dias	Vencido a partir de 15 dias	Total	% da Carteira
Adiantamentos a Depositantes	81	-	-	2.546	2.627	0,03%
Direitos Creditórios Descontados	202.169	47.318	-	20.626	270.113	2,74%
Empréstimos	366.523	967.175	1.175.569	153.327	2.662.594	27,04%
Financiamentos	58.704	162.063	403.506	9.690	633.963	6,44%
Financiamentos Rurais	377.231	1.448.184	1.224.671	72.641	3.122.727	31,71%
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	895	777	1.636	29.395	32.703	0,33%
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	215.023	705.065	1.756.483	33.892	2.710.463	27,52%
SUBTOTAL	1.220.626	3.330.582	4.561.865	322.117	9.435.190	95,81%
Garantias Financeiras Prestadas (a)	56.744	321.672	30.929	3.077	412.422	4,19%
Total	1.277.370	3.652.254	4.592.794	325.194	9.847.612	100,00%

- a) Garantias Financeiras Prestadas, estão contabilizadas no passivo (Nota 18.1 a).

7.8 Movimentação em Estágios das Operações da Carteira Bruta

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo Inicial	8.483.797	237.666	363.054
(-) Transferido para Estágio 1	(3.575.519)	(76.952)	(5.729)
(-) Transferido para Estágio 2	(178.534)	(10.780)	(603)
(-) Transferido para Estágio 3	(289.773)	(49.961)	(97.647)
(+) Transferido do Estágio 1	3.575.519	178.534	289.773
(+) Transferido do Estágio 2	76.952	10.780	49.961
(+) Transferido do Estágio 3	5.729	603	97.647
(+) Aquisição	5.285.345	59.233	217.536
(+) Apropriação de Juros	245.358	6.871	2.646
(-) Liquidação	(3.391.007)	(61.718)	(80.694)
(-) Liquidação Parcial	(1.293.937)	(29.521)	(18.972)
(-) Baixa para prejuízo	(385)	(15.605)	(162.055)
Saldo Final	8.943.545	249.150	654.917

7.9 Consolidação dos Estágios das Operações
Carteira Bruta

Saldo Inicial	9.084.517
(+) Aquisição	5.562.114
(+) Apropriação de Juros	254.875
(-) Liquidação	(3.533.419)
(-) Liquidação Parcial	(1.342.430)
(-) Baixa para prejuízo	(178.045)
Saldo Final	9.847.612

Na tabela abaixo, estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio, com mais de 30 (trinta) dias de atraso.

Estágio	De 31 a 60 dias de atraso
3	14.593

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.639)	-	-	(1.639)
Títulos e Valores Mobiliários	(6.595)	-	-	(6.595)
Adiantamentos a Depositantes	-	(16)	(2.165)	(2.181)
Direitos Creditórios Descontados	(686)	(38)	(12.017)	(12.741)
Empréstimos	(38.430)	(13.642)	(347.558)	(399.630)
Financiamentos	(4.671)	(3.465)	(27.047)	(35.183)
Financiamentos Rurais	(6.294)	(2.626)	(44.896)	(53.816)
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	(5)	-	(23.459)	(23.464)
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	(6.917)	(2.467)	(19.893)	(29.277)
SUBTOTAL	(65.237)	(22.254)	(477.035)	(564.526)
Créditos a Liberar (a)	(8.074)	(500)	(2.703)	(11.277)
Garantias Financeiras Prestadas (a)	(1.415)	(545)	(8.628)	(10.588)
SUBTOTAL (a)	(9.489)	(1.045)	(11.331)	(21.865)
Total	(74.726)	(23.299)	(488.366)	(586.391)

a) Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas estão contabilizados no passivo (Nota 18.1 a).

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	(82.738)	(28.390)	(268.913)	(380.041)
(-) Transferido para Estágio 1	40.151	7.422	4.747	52.320
(-) Transferido para Estágio 2	4.142	2.484	573	7.199
(-) Transferido para Estágio 3	9.083	10.466	208.333	227.882
(+) Transferido do Estágio 1	(40.151)	(4.142)	(9.083)	(53.376)
(+) Transferido do Estágio 2	(7.422)	(2.484)	(10.466)	(20.372)
(+) Transferido do Estágio 3	(4.747)	(573)	(208.333)	(213.653)
(+) Constituições de Provisões	(114.981)	(13.490)	(562.298)	(690.769)
(-) Reversões de Provisões	121.937	5.408	153.533	280.878
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	-	203.541	203.541
Provisão Final	(74.726)	(23.299)	(488.366)	(586.391)

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
PROVISÃO INICIAL	(452.804)	(380.041)
(+) Constituições de Provisões	(434.558)	(690.769)
(-) Reversões de Provisões	139.359	280.878
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	161.612	203.541
Provisão Final	(586.391)	(586.391)

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Reversões de Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	598	847
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	2.372	3.373
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	117.668	238.442
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	13.584	27.521
Reversões de Provisões para Outros Créditos	-	11
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	60	177
Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	(238)	(552)
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	(1.753)	(5.738)
Provisões para Operações de Crédito	(377.535)	(598.197)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(39.506)	(65.464)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(11.261)	(11.327)
SUBTOTAL	(296.011)	(410.907)
Provisões para Garantias Prestadas (a)	(4.265)	(9.491)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas (a)	5.077	10.507
SUBTOTAL (a)	812	1.016
Total	(295.199)	(409.891)

a) Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas foram contabilizados como resultado (Nota 28).

9. Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão compostos:

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (a)	8.587	-	8.587
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	12.498	12.498
Títulos e Créditos a Receber	273	2.895	3.168
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Outros Ativos	-	(2.373)	(2.373)
Total	8.860	13.020	21.880

a) O saldo de Rendas a Receber por serviços prestados está composto, substancialmente, por rendas de cartão de crédito e convênios a receber.

b) Em Devedores por Depósitos em Garantia, estão registrados, substancialmente, os depósitos judiciais para: PIS R\$ 886 mil, COFINS R\$ 5.915 mil, Outros Tributos R\$ 636 mil, Trabalhistas R\$ 761 mil e Cíveis R\$ 4.300 mil.

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão compostos:

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre comissões - intermediação financeira - a compensar	35	-	35
IRPJ - antecipações - a compensar	1.440	-	1.440
COFINS - a compensar	-	172	172
PIS - a compensar	-	37	37
IR retidos - a compensar	3.929	-	3.929
INSS - a compensar	-	569	569
Total	5.404	778	6.182

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estão compostos:

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	19	-	19
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	366	-	366
Devedores Diversos - País	610	-	610
Ativos em Estoque	214	-	214
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (a)	5	66.157	66.162
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (b)	-	(39.265)	(39.265)
Despesas Antecipadas (c)	1.821	-	1.821
Total	3.035	26.892	29.927

a) Referem-se a Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos, registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

- b) Referem-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos”.
- c) Registram-se as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros e licença de softwares.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão compostos:

Descrição	31/12/2025			
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)	-	1.579	-	1.579
Terrenos	-	12.221	-	12.221
Edificações	0,62% a 4%	83.707	(29.482)	54.225
Instalações	4,5% a 100%	63.631	(45.282)	18.349
Móveis e equipamentos de Uso	7% a 100%	73.825	(59.727)	14.098
Sistema de Transporte	20%	829	(717)	112
Obras de Arte		63	-	63
Ativo de Direito de Uso - Arrendatário (b)	10% a 100%	24.061	(2.272)	21.789
Total		259.916	(137.480)	122.436

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.
- (b) Celebrados contratos de arrendamento, para bens imóveis e veículos, que são registrados como Ativo de Direito de uso no ativo imobilizado. As obrigações estão registradas em Passivo de Arrendamento, nota 17.1.
- Com base nas determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados, no exercício de 2025, eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do intangível estão compostos:

Descrição	31/12/2025			
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Marcas	-	11	-	11
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	10% a 50%	21.806	(12.665)	9.141
Total		21.817	(12.665)	9.152

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos estão compostos:

Descrição	31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante
Depósitos à Vista (a)	1.591.274	-
Depósitos de Poupança (b)	113.026	-
Depósitos Sob Aviso (c)	1.966	-
Depósitos a Prazo (c)	5.948.835	26.756
Outros Depósitos (d)	116.508	-
TOTAL	7.771.609	26.756

- a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme a sua necessidade.
- b) Os Depósitos de Poupança representam obrigações da Cooperativa perante seus cooperados, abrangendo os valores aplicados e os rendimentos creditados. Os saldos registrados no passivo correspondem integralmente aos valores reconhecidos no ativo como Recursos Centralizados (Nota 6.6), mantendo a necessária simetria contábil exigida pelo COSIF e pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras cooperativas.
- c) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data das demonstrações financeiras, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares - pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo BCB, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

d) Referem-se a valores a repassar, relativos a cheque e ordens de pagamento emitidos a terceiros pelos associados.

14.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	116.508	0,90%
10 Maiores Depositantes	660.362	5,11%
50 Maiores Depositantes	1.600.334	12,39%

Os valores captados por meio de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos compõem o saldo da concentração de depositantes. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas de Poupança	(548)	(548)
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(135)	(249)
Despesas de Depósitos a Prazo	(426.386)	(789.240)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(319.126)	(547.032)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(9.272)	(17.830)
Total	(755.467)	(1.354.899)

15. Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1 Recursos por Emissões de Letras

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	134.358	4.988.552	5.122.910

As Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros, calculados com base em percentual do CDI. Os valores são apropriados em despesas com operações de captação de mercado (Nota 14.2).

16. Relações Interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal, acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades, inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

16.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	217.850	1.324.092	1.541.942
(-) Despesas a Apropriar - Recursos do Banco Sicoob	(2.356)	(114.749)	(117.105)
Recursos da Central	-	56.264	56.264
(-) Despesas a Apropriar - Recursos da Central	-	(3.255)	(3.255)
Total	215.494	1.262.352	1.477.846

16.2 Despesas de Operações Repasses Interfinanceiros

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(31)	(129.926)
Cooperativa Central	(995)	(995)
Outras Instituições	(73.757)	(36)
Despesa Financeira - Juros Passivo de Arrendamento - Arrendatário (Nota 17.1)	(90)	(96)
Total	(74.873)	(131.053)

17. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2025, estão compostos:

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (17.1)	1.499	20.350	21.849
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.347	-	1.347
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (17.2)	45.450	-	45.450
Outras Obrigações (17.3)	134.464	-	134.464
Total	182.760	20.350	203.110

17.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se aos contratos de arrendamento mercantil firmados a partir de 1º/1/2025, conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos e Resolução CMN nº 4.975/2021 e Resolução nº 5.101/2023

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo de Arrendamento	1.499	20.350	21.849

Os pagamentos dos contratos de arrendamentos estão registrados em passivo de arrendamento e reconhecidos o direito de uso no ativo imobilizado, demonstrado na nota 12 (b), abaixo o reconhecimento das despesas.

a) Arrendamento de Baixo Valor - Arrendatário, contabilizados em contas de controles (compensação).

Descrição	31/12/2025
	Valor Contábil
Arrendamento de Ativos de Baixo Valor - Arrendatário	2.251

b) Despesa com Arrendamento - Arrendatário

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesa de Depreciação de Direito de Uso - Arrendatário	(1.960)	(2.344)
Despesa Financeira - de Juros Passivo de Arrendamento - Arrendatário	(90)	(96)
Total	(2.050)	(2.440)

17.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
	Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	6.643
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	808
Impostos e Contribuições sobre Salários	6.717
IRRF sobre Aplicações Financeiras	4.742
ISSQN a Recolher	125
IRRF sobre Juros ao Capital	26.415
Total	45.450

17.3 Outras Obrigações

Descrição	31/12/2025
	Circulante
Sociais e Estatutárias (i)	125.518
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	1.569
Credores Diversos - País	4.552
Recursos em Trânsito de Terceiros	10
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.815
Total	134.464

i) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025
	Circulante
Gratificações a Funcionários (i)	26.084
Cotas de Capital a Pagar (ii)	71.832
Fundos Voluntários (iii)	2.755
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (iv)	24.847
Total	125.518

- i. Consubstanciada pela Lei nº 10.101/2000 e acordo coletivo, a Cooperativa constituiu provisão, a título de participação dos empregados nos resultados, registrada em contrapartida do resultado, na rubrica “Participações nos Resultados”;
- ii. Referem-se ao valor de quotas-partes do capital a serem devolvidas para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social e aqueles associados que participaram do processo judicial e não fazem mais parte do quadro social;
- iii. O Fundo de Investimento Social (FIS) é destinado à promoção de ações de natureza social, educacional e cultural, bem como ações relativas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, sendo constituído de 1% das sobras líquidas, deduzidas de juros sobre capital próprio, conforme determinação estatutária;
- iv. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina. Ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (18.1)	21.865	-	21.865
Provisão para Pagamento a Efetuar	28.237	-	28.237
Provisão para Contingências (18.2)	-	95.489	95.489
Total	50.102	95.489	145.591

18.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

Descrição	31/12/2025
	Circulante
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar (a)	11.277
Garantias Financeiras Prestadas (b)	10.588
Total	21.865

a) Refere-se aos limites de crédito concedidos e ainda não utilizados pelos cooperados, abrangendo modalidades como cheque especial, conta garantida, crédito rotativo e crédito rural. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, tais valores representam compromissos potenciais da Cooperativa, devendo ser divulgados de modo a evidenciar os riscos assumidos, ainda que não impliquem desembolso imediato.

b) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. A Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Garantias Financeiras Prestadas (Coobrigações)	412.422

18.2 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às Demandas Judiciais:

a) Provisão para Demandas Judiciais - Passivo

Descrição	31/12/2025
	Provisão para Contingências
PIS (i)	580
COFINS (i)	1.382
Outras Contingências Fiscais (i)	1.902
Trabalhistas (ii)	6.488
Cíveis (iii)	84.305
Outras Contingências (iii)	832
Total	95.489

Os principais temas podem ser assim sumarizados:

- Provisão para risco de natureza tributária sobre interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal sobre o PIS e COFINS e IRPJ sobre algumas receitas provenientes de serviços ou negócios realizados entre a Cooperativa e seus associados, em que não há pacificação jurisprudencial relativa ao ato cooperativo;
- Ações Trabalhistas movidas contra a Cooperativa por ex-empregados e/ou terceiros, pleiteando verbas trabalhistas, visando a obter indenizações supostamente não pagas. A provisão é constituída com base no valor avaliado para causa por assessores jurídicos externos;
- São compostas por ações movidas contra a Cooperativa, pleiteando supostos valores cobrados indevidamente na prestação de serviços e ou indenização por danos morais. A provisão é constituída com base no valor avaliado para cada causa por assessores jurídicos externos. Substancialmente, a Cooperativa foi acionada judicialmente no exercício de 2022 em ações cíveis, os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas classificaram estes processos de acordo com os normativos vigentes. No exercício de 2025, o resultado das movimentações de provisões e

reversões cíveis sobre os processos e a atualização dos processos existentes foram de R\$ 3.522 mil. Foi disponibilizado imóvel próprio em garantia no mesmo período até a conclusão da discussão dos processos.

A Cooperativa é parte envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada em parecer de seus consultores legais externos e internos. A imprevisibilidade, quanto ao tempo de duração dos processos e a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

b) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

Descrição	Cível	Tributário	Trabalhista	Outros	Total
Saldo em 1º janeiro de 2025	87.827	3.201	6.018	584	97.630
Constituição da provisão	85.524	984	2.457	257	89.222
Reversão da provisão	(88.784)	(306)	(1.063)	-	(90.153)
Utilização durante o exercício	(578)	(15)	(936)	(9)	(1.538)
Atualização durante o exercício	316	-	12	-	328
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	84.305	3.864	6.488	832	95.489

c) Segregação por prognóstico

Probabilidade de Perda	Cível	Tributário	Trabalhista	Outros	Total
Provável	84.305	1.746	3.069	529	89.649
Possível/Remota	-	2.118	3.419	303	5.840
Total	84.305	3.864	6.488	832	95.489

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Segundo a assessoria jurídica da Credicitrus, em 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 28.043 mil, dos quais constituem provisão para os classificados com risco de perda possível/remota, totalizando R\$ 5.840 mil. Essas ações abrangem processos trabalhistas ou cíveis e outros.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Patrimônio Líquido

19.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada), subscritas e integralizadas pelos associados, conforme previsto no Estatuto Social. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o capital apresentou ingresso decorrente de integralizações regulares realizadas pelos cooperados, de destinação de sobras ao capital social, da remuneração do capital atribuída ao final do exercício e das integralizações efetuadas por meio do Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (PROCAPCRED) e do Sicoob Cotas Partes.

O total das movimentações ocorridas no período somou R\$ 121.089 mil (2º Sem/25 – R\$ 62.832 mil), dos quais R\$ 25.960 mil (2º Sem/25 – R\$ 15.166 mil) referem se especificamente aos aportes vinculados ao PROCAPCRED e ao Sicoob Cotas Partes, enquanto o valor remanescente corresponde às demais formas de constituição e ingresso de capital social, conforme previsto na legislação cooperativista e no Estatuto Social.

O montante de capital social devolvido aos cooperados que solicitaram o desligamento do quadro social no exercício de 2025, montou R\$ 90.895 mil e, no 2º semestre/2025, o montante de R\$ 62.832 mil. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no Estatuto Social da Cooperativa.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	2.153.125
Associados	173.703

19.2 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras líquidas, deduzidos os juros sobre o capital próprio, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No exercício, os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos, após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da Cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 1.887 mil.

Essa movimentação está evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), linha de “Outros Eventos/Reservas” e “Por Devolução (-)/Reserva Legal”.

19.3 Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do BCB e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2024, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, foram aprovadas pelos associados em assembleia geral ordinária realizada entre os dias 7 e 16 de abril de 2025. Dos valores do exercício 2024, aprovado em 2025, R\$ 57.990 mil foram destinados a novas quotas-partes de capital social dos associados e/ou espécie e R\$ 81.919 mil, foram destinados ao fundo de reserva.

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	Valores
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024	139.909
Efeito do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (i) (Nota 4)	3.136
SALDO INÍCIO DE 1/1/2025	136.773
DESTINAÇÕES DE SOBRAS DO EXERCÍCIO 31/12/2024	139.909
Distribuição de Sobras aos Cooperados	57.990
Destinações para Fundos	81.919
SOBRAS OU PERDAS NO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	515.999
Juros ao Capital (ii)	(237.371)
Efeito do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/2021(i) (Nota 4)	(3.136)
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO 31/12/2025	275.492
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-
SOBRA LÍQUIDA, BASE DE CÁLCULO DAS DESTINAÇÕES	275.492
Destinação para o Fundo de Reserva - 45% (iii)	(123.971)
Destinação para o FATES - atos cooperativos - 7% (iv)	(19.285)
Outras Destinações - Fundos Voluntários - FIS 1%	(2.755)
SOBRA À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	129.481

- i. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a Cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado no patrimônio líquido, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida, base de cálculo das destinações estatutárias.

- ii. Juros ao Capital Próprio - a Cooperativa remunerou juros ao capital próprio aos associados, no equivalente a 85% da variação média do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para o exercício de 2025, no montante de R\$ 237.371 mil. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar nº 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado ao valor da taxa referencial da SELIC.
- iii. O Fundo de Reserva é constituído pela destinação estatutária de percentual das sobras, deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), além de destinações adicionais deliberadas pela AGO. Sua função é reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.
- iv. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é constituído pela destinação estatutária de percentual das sobras e pelo Resultado do Ato Não Cooperativo (quando positivo). O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa. No exercício de 2025 a Cooperativa apresentou Perdas no Ato Não Cooperativo, de modo que não houve destinação estatutária para o FATES.

A partir do exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo, os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o artigo 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Receitas específicas de atos não cooperativos	38.544	56.631
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(1.140)	(2.475)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(6.375)	(9.340)
RESULTADO OPERACIONAL	31.029	44.816
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	1.492	3.956
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.521	48.772
Reversão/Provisão Desvalorização	(68)	(2.617)
IRPJ/CSLL	(2.600)	(7.352)
Outras Deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16 - Sicoob CCS) (a)	(43.351)	(43.351)
RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS (PREJUÍZO LÍQUIDO)	(13.498)	(4.548)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõem a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da Cooperativa, não são destinadas ao FATES de Resultados com Não associados.

21. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas de Serviços Prioritários - PF	59	261
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1	2
Rendas de Outras Tarifas - PJ	523	1.210
Total	583	1.473

22. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas de Cobrança	4.366	8.752
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	6.060	10.637
Rendas de Convênios	543	1.129
Rendas de Comissão de Outros Serviços	24	58
Rendas de Outros Serviços	1.532	3.052
Rendas de Comissão de Seguros	176	3.455
Rendas de Comissão de Previdência	10	211
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	11.363	24.882
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	3.741	6.817
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	21.058	41.254
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.163	2.271
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	2.193	3.754
Total	52.229	106.272

23. Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(5.745)	(10.402)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(29.283)	(55.459)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(20.163)	(39.794)
Despesas de Pessoal - Proventos	(59.515)	(117.798)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(350)	(591)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(339)	(629)
Total	(115.395)	(224.673)

24. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.201)	(2.532)
Despesas de Aluguéis	(9.497)	(20.578)
Despesas de Comunicações	(3.452)	(7.713)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(6.889)	(13.769)
Despesas de Material	(786)	(1.484)
Despesas de Processamento de Dados	(13.586)	(27.529)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.644)	(3.321)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3.474)	(6.658)
Despesas de Seguros	(154)	(334)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.831)	(11.239)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.927)	(5.567)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(7.992)	(15.926)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(5.596)	(8.890)
Despesas de Transporte	(1.485)	(3.105)
Despesas de Viagem no País	(1.306)	(2.350)
Despesas de Amortização	(2.336)	(4.307)
Despesas de Depreciação	(10.119)	(18.910)
Outras Despesas Administrativas	(9.349)	(17.367)
Total	(87.624)	(171.579)

25. Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas Tributárias	(573)	(1.138)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(601)	(1.475)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(594)	(1.085)
Total	(1.768)	(3.698)

26. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(28.708)	(52.527)
Outras Contribuições Diversas	-	(8)
Perdas - Fraudes Internas	(7)	(8)
Perdas - Fraudes Externas	(153)	(184)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(14)	(30)
Perdas - Práticas Inadequadas	(459)	(1.274)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(3)	(4)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(97)	(217)
Perdas - Demandas Cíveis	(85)	(85)
Outras Despesas e Dispendios Operacionais	(5.470)	(9.671)
Total	(34.996)	(64.008)

27. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	1.300	2.823
Dividendos Sicoob SP Corretora de Seguros	9.634	19.188
Dividendos Banco Sicoob	7.261	45.382
Distribuição de Sobras da Central	-	1.205
Juros ao Capital - Sicoob SP	28.616	28.616
Juros ao Capital - Banco Sicoob	26.186	26.186
Atualização Depósitos Judiciais	584	1.154
Rendas de Repasses Interfinanceiros	449	706
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	10.955	22.296
Outras Rendas Operacionais	731	731
Total	85.716	148.287

28. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Provisões para Contingências (a)	(76.318)	(89.222)
Reversões de Provisões para Contingências (a)	88.511	90.153
Atualização de Provisões para Contingências (a)	(165)	(328)
Provisões para Garantias Prestadas	(4.265)	(9.491)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	5.077	10.507
Total	12.840	1.619

a) Refere-se a provisões e reversões, constituídas no exercício (Nota 18.2 b).

29. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos	1.555	1.582
Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens	-	2
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	590	4.117
Ganho de Capital	389	435
Outras Rendas não Operacionais	93	313
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(118)	(419)
(-) Prejuízo na Alienação de Outros Valores e Bens	(175)	(206)
(-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(521)	(1.500)
(-) Perda de Capital	(172)	(190)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(148)	(178)
Total	1.493	3.956

30. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme determina a Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, em 31 de dezembro de 2025 foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes”, conforme quadro abaixo:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Venda de BNDU	1.436	1.145
Desvalorização BNDU	69	2.617
Recebimento de Sinistro	-	10
Perdas Processos Cíveis	15.499	4.093
Total	17.004	7.865

31. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas à Cooperativa, nos termos do CPC 05 (R1) e da Resolução CMN nº 4.693/2018:

- a. as pessoas físicas que tenham autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (pessoal-chave da administração);
- b. os controladores, diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- c. o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas mencionadas no item (b);
- d. as pessoas naturais ou jurídicas que possuam participação societária qualificada, conforme definição regulatória;
- e. as pessoas jurídicas controladas, coligadas ou significativamente influenciadas por administradores, ou nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações;
- f. entidades integrantes do mesmo grupo econômico ou com relacionamento societário relevante, conforme definições do CPC 05 (R1).

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das atividades da Cooperativa, em conformidade com a regulamentação específica aplicável.

31.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BCB, incluindo, entre outras: movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação, e são compatíveis com as aplicadas a operações de mesma modalidade e perfil de risco contratadas com demais cooperados, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.693/2018.

Os saldos estão segregados por categoria, conforme exige o item 19 do CPC 05 (R1).

Categoria	Operações de Crédito	PCLD	Depósitos	Garantias	Capital Social
Administradores (PF)	3.436	(16)	9.320	8.222	3.670
Empresas Ligadas (PJ)	11.130	(456)	104.130	23.925	4.683
Familiares até 2º grau	35.714	(39)	35.516	68.892	6.169
Total	50.280	(511)	148.966	101.039	14.522

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Categoria de Remuneração	31/12/2025
Benefícios de curto prazo (salários, honorários, encargos)	(13.275)
Benefícios pós-emprego	(356)

A Cooperativa monitora os limites regulatórios máximos de exposição, conforme a Resolução CMN nº 4.693/2018 artigos 6º e 7º.

Descrição	Limite	Exposição 2025
Exposição total a partes relacionadas	Máx. 10% PLA	1,43%
Pessoas físicas relacionadas	Máx. 1% PLA	0,77%
Pessoas jurídicas relacionadas	Máx. 5% PLA	0,24%

31.2 Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito Credicitrus - Sicoob Credicitrus, juntamente às cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A Sicoob SP é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo BCB, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe a Sicoob SP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Sicoob Credicitrus responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob SP perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB SP:

Descrição	31/12/2025
ATIVO	
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 5 e 6.6)	5.630.571
Participação em Cooperativa Central de Crédito (Nota 6.3)	240.276
Total	5.870.847
PASSIVO	
Passivo - Repasses Interfinanceiros (Nota 16.1)	53.009
Total	53.009
RECEITAS	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)	538.976
Distribuição de Sobras da Central (Nota 27)	1.205
Juros ao Capital - Sicoob SP (Nota 27)	28.616
Total	568.797
DESPESAS	
Despesas com Repasses Interfinanceiros (Nota 16.2)	(995)
Rateio de Despesas da Central	(3)
Total	(998)

32. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montante apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(2.512)

33. Seguros Contratados - Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

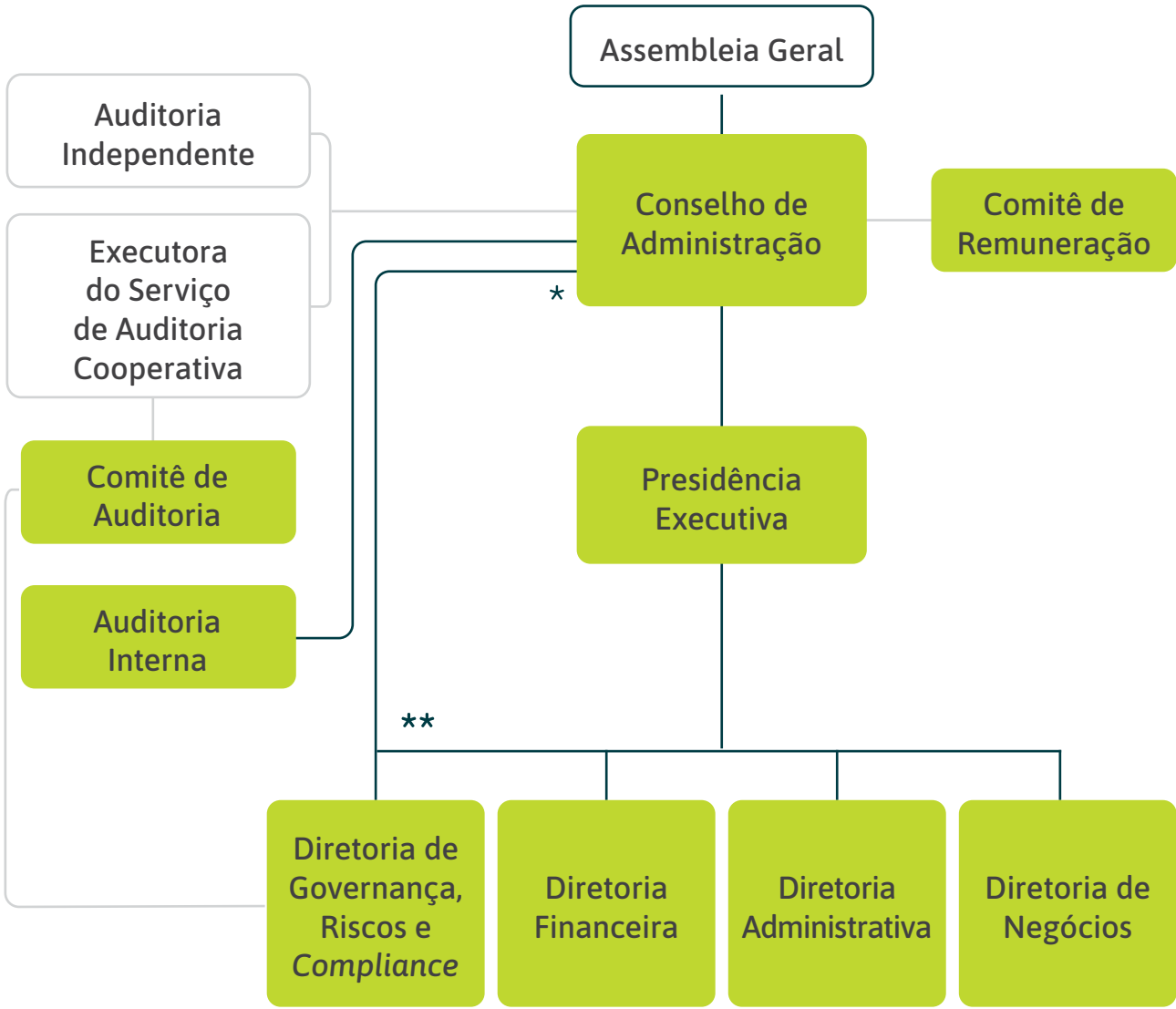
Bens Segurados	Riscos Cobertos	Máximo da Cobertura
Veículos	Danos materiais, corporais, morte e invalidez	7.481
Imóveis	Incêndio, Raio, Explosão de qualquer natureza, danos elétricos, e outros	94.240
D & O	Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	319.500
RD Valores	Valores no interior do estabelecimento, dentro e/ou fora de cofres e/ou caixas-fortes	10.436

34. Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

34.1 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

GRI 2-12 | 2-13

Na Credicitrus, a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance é responsável pela estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, com reporte direto e independente aos órgãos de governança.



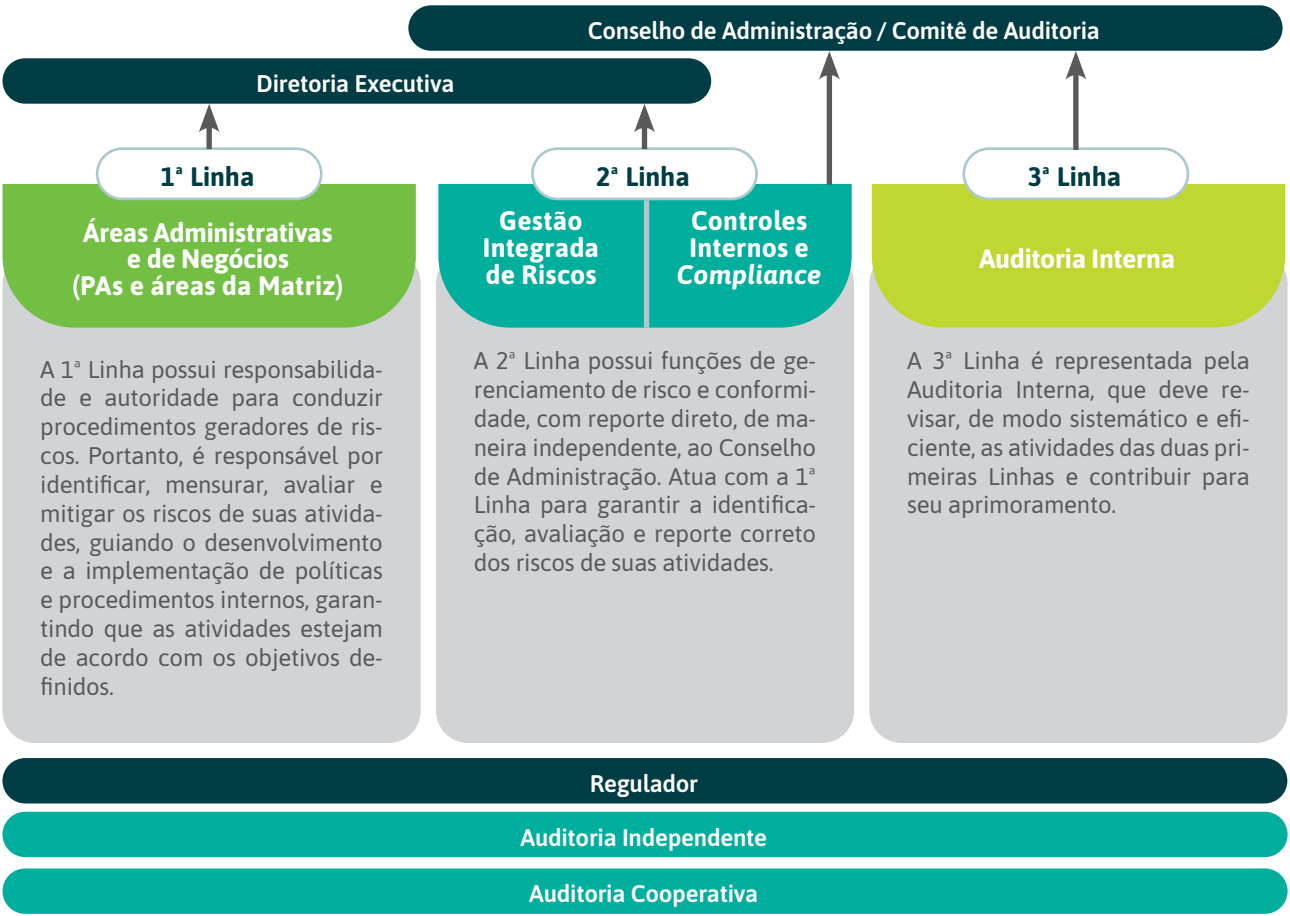
* Reporte direto, de maneira independente, relativo ao gerenciamento de riscos e capital (CRO), governança e Compliance.
** Reporte relativo aos demais assuntos.

A Credicitrus mantém em sua estrutura de Governança Corporativa o Comitê de Riscos, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na definição de diretrizes e estratégias relativas ao gerenciamento de riscos e de capital, visando ao cumprimento e a observância de políticas aplicáveis à instituição.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Credicitrus é compatível com o modelo de negócio, a natureza das operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição, proporcionais à dimensão e relevância

dos riscos aos quais a Cooperativa está exposta, de forma a assegurar o seu efetivo gerenciamento.

Destaca-se que a Credicitrus está atenta às melhores práticas de gestão de mercado para o desenvolvimento de suas atividades e, não poderia ser diferente, ao gerenciamento de riscos corporativos. Portanto, a seguir, de forma sintetizada, são apresentadas as 3 linhas de gestão existentes, que objetivam prover melhor comunicação e esclarecimento quanto aos papéis e responsabilidades essenciais no gerenciamento integrado de riscos.



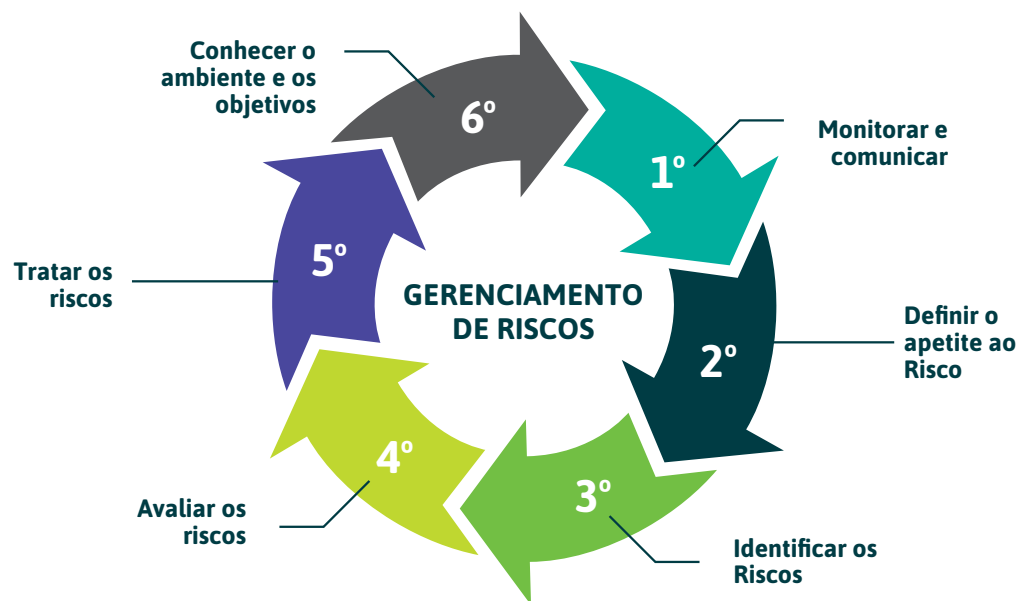
34.2 Cultura de Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma responsabilidade de todos na Credicitrus. Portanto, embasados no Planejamento Estratégico, Orçamentário e nas atitudes culturais necessárias para sua gestão, o Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Credicitrus é realizado e fundamentado, principalmente, nas exigências das Resoluções e Normativos do Banco Central do Brasil (BCB) e/ou Conselho Monetário Nacional (CMN), tais como: 4.966/2021, 4.945/2021, 4.557/2017, 4.595/2017, 4.968/2021, e demais pertinentes à atividade da Cooperativa.

A Credicitrus cumpre e faz cumprir as Políticas e os Manuais de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), além de elaborar, implementar e atualizar anualmente as suas próprias Políticas e Manuais Complementares de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Com base nesses normativos (internos e externos), o Conselho de Administração estabeleceu limites de exposição, que são divulgados a todos os empregados por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza acompanhamento e reporte contínuo aos Órgãos de Governança, contemplando relatórios de gerenciamento de riscos e de capital, que abrangem os principais indicadores relativos aos riscos de liquidez; estratégico; crédito; mercado e de variação de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); social, ambiental e climático; operacional; continuidade de negócios; contágio; reputação e imagem; e conformidade, além dos estudos pertinentes ao Programa de Teste de Estresse e Declaração de Apetite por Riscos, os quais são reportados mensalmente para os órgãos de governança, entre eles, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração.

Essa atuação tem a finalidade de fortalecer o processo de Governança Corporativa, tornando ainda mais segura a concretização dos objetivos estratégicos da Cooperativa, além de proporcionar maior transparência, eficácia e eficiência às suas operações, visando cumprir as normas nacionais e internacionais, bem como os requisitos legais e regulatórios. A seguir, é apresentado o processo de gerenciamento de riscos, composto pelas seguintes etapas:



34.3 Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de instrumento de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente garantidor ou das garantias.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito e nos Manuais de Crédito, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificados pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

A Credicitrus adota os modelos de análise e de classificação de riscos do CCS, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos em seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte.

A Credicitrus realiza o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento da classificação das operações, de acordo com os normativos internos, complementares a Resolução CMN 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Credicitrus prevê:

- a. fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b. acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- c. procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d. identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e. sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f. monitoramento e reporte do consumo dos limites de apetite por riscos;
- g. informações gerenciais periódicas e tempestivas aos Órgãos de Governança;
- h. elaboração do cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- i. parâmetros para atribuição de limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j. avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

34.4 Risco de Mercado e Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a. O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b. O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB - Interest Rate Risk of Banking Book é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária.

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Essas diretrizes são ratificadas pela Cooperativa mediante o estabelecimento de Polí-

tica Complementar de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros (IRRBB), aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do risco de IRRBB utilizados são:

- a. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos, remetidos aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
 - i. **resultado de intermediação financeira (ΔNII):** avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
 - ii. **valor econômico (ΔEVE):** diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
 - iii. **limites máximos dos riscos de mercado e de IRRBB.**
- b. elaboração de relatórios que permitam a identificação e a correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.
- c. são realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos. Essa estrutura é adequada ao perfil e à importância sistêmica da Cooperativa, além de ser capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

34.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras, esperadas e inesperadas, de forma eficiente, incluindo aquelas decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, envolve a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificadas pela Cooperativa por meio da Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos enviados aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
 - i. limite mínimo de liquidez;
 - ii. fluxo de caixa projetado;
 - iii. aplicação de cenários de estresse;
 - iv. definição de planos de contingência.
- b. elaboração de relatórios que permitam a identificação e a correção tempestiva de deficiências no controle e gerenciamento do risco de liquidez;
- c. existência de plano de contingência contendo estratégias a serem adotadas para assegurar a continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Credicitrus.

34.6 Risco Estratégico

O Risco Estratégico é representado pela possibilidade do não atingimento dos objetivos estabelecidos pela Cooperativa, devido a mudanças adversas no ambiente de negócios ou à utilização inadequada de premissas para tomada de decisões. O processo de gerenciamento do Risco Estratégico é composto por um conjunto de metodologias e índices estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

34.7 Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e ao planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

As diretrizes para o gerenciamento de capital estão registradas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital, estabelecido pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, e ratificadas pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento de Capital, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliarem e controlarem as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. A Credicitrus também dispõe de um plano de capital específico, que prevê metas e projeções de capital, considerando os objetivos estratégicos e as principais fontes de capital. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados aos órgãos de governança.

34.8 Riscos Social, Ambiental e Climático

O processo estruturado de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático consiste na avaliação dos potenciais impactos negativos das atividades realizadas pela Cooperativa, incluindo os efeitos na sua reputação.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são gerenciados considerando sua relevância e proporcionalidade, sendo traduzidos na elegibilidade do associado em apresentar, ou não, exposição a esses riscos, conforme descrito nos manuais internos.

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático são aplicadas de acordo com as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.945/2021, com o objetivo de identificar e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços da Credicitrus.

As diretrizes para o gerenciamento desses riscos estão registradas na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificadas pela Credicitrus por meio do estabelecimento de Política Complementar de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, aprovada pelo Conselho de Administração. A partir das orientações estabelecidas nos normativos, é possível nortear os princípios e as diretrizes visando contribuir para o adequado tratamento da exposição aos riscos.

A gestão dos riscos é conduzida com base no Manual de Riscos Social, Ambiental e Climático do Sicoob, que orienta os procedimentos de avaliação, mitigação e tratamento de riscos associados às operações financeiras. A aplicação dessas diretrizes possibilita identificar potenciais impactos e oportunidades para uma abordagem preventiva e responsável na concessão de crédito e nos investimentos realizados pela Cooperativa.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas decorrentes da violação de direitos ou de atos lesivos incorridos de interesse comum.

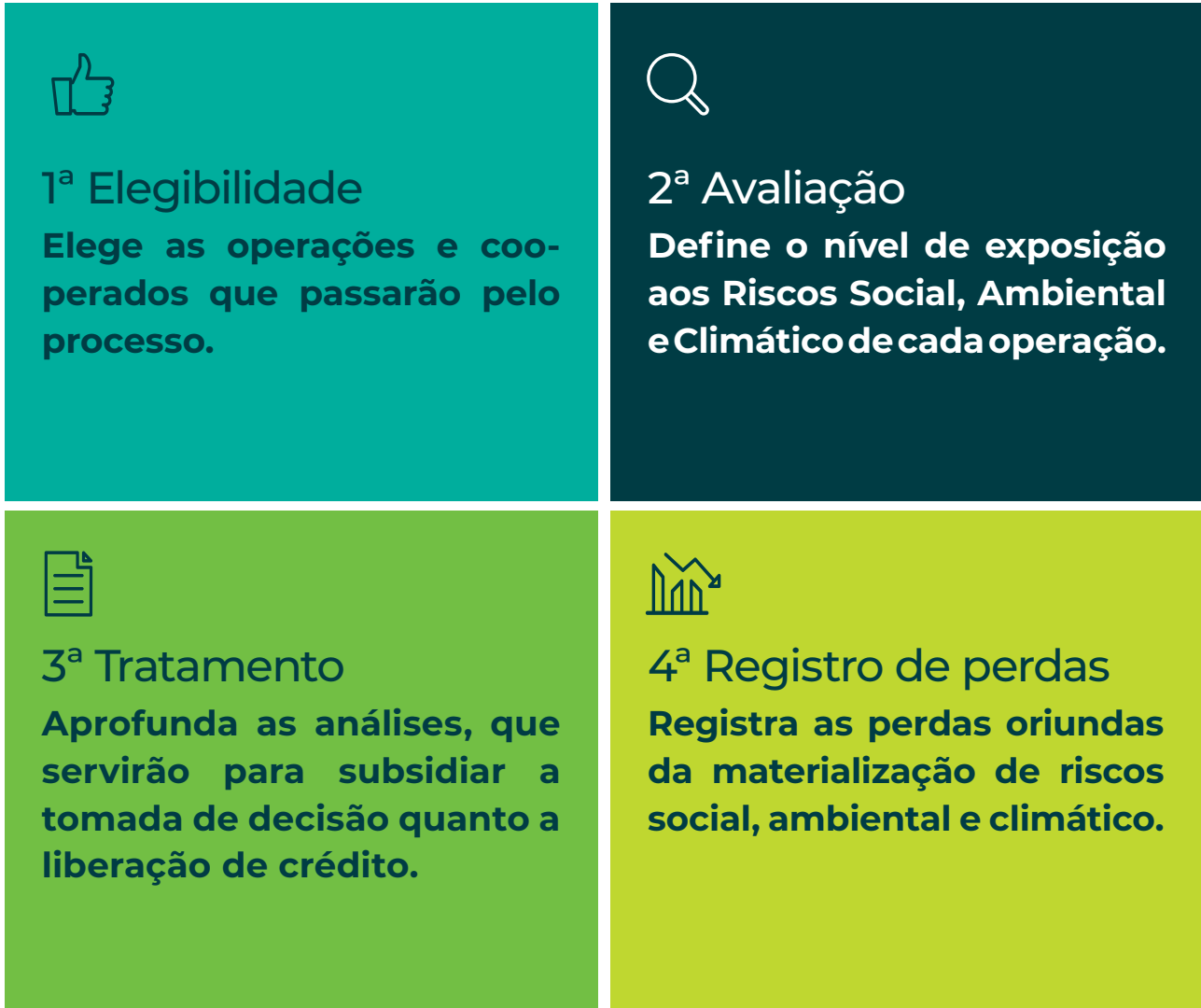
Risco Ambiental: consiste na possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição advindas de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos. O processo de gerenciamento ocorre por meio de avaliações sistêmicas e obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico, sendo:

Risco Climático Físico: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;

Risco Climático de Transição: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados.

A Política Complementar de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática estabelece procedimentos, indicadores e ações para o tratamento dos riscos, contemplados em quatro etapas:



Atenta às mudanças e à conformidade do arcabouço normativo, a Credicitrus divulga de forma integrada as informações relacionadas aos riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas, requeridas pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB nº 139/2021, em seu Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas ([Relatório GRSAC](#)), observando a estrutura preconizada na Instrução Normativa BCB nº 153/2021.

34.9 Risco Operacional

De acordo com a Seção VI da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes para o gerenciamento do risco encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), ratificadas pela cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco Operacional da Credicitrus, aprovada pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio de etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações capturadas no processo de mapeamento dos riscos operacionais e das perdas operacionais registradas.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza uma análise contínua das perdas operacionais, além de interagir com os gestores responsáveis por essas perdas. O objetivo é identificar formalmente as causas e avaliar a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, incluindo a inserção de novos mitigadores.

34.10 Risco de Continuidade de Negócios

O objetivo do processo de Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises (GCN) da Credicitrus é estabelecer uma estrutura formal e adequada para identificar possíveis ameaças e impactos nas operações, fortalecendo a resiliência organizacional. Desse modo, a Cooperativa se torna capaz de responder a eventos de desastres, protegendo as partes interessadas, a reputação, a marca e a continuidade dos processos críticos da Cooperativa.

As diretrizes para gerenciamento do risco se encontram registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), ratificadas pela cooperativa por meio do estabelecimento da Política Complementar de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

A Gestão de Continuidade de Negócios e a Gestão de Crises preveem o estabelecimento de medidas de contingências para o caso de interrupção (total ou parcial) na operação da Cooperativa, assim como ações para retomada da operação dentro dos tempos tolerados, previamente definidos pelos gestores de cada processo crítico.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. Mapear os processos críticos para o funcionamento da Cooperativa;
- b. Definir as estratégias de contingência;
- c. Desenvolver planos para implementação de respostas a incidentes/desastres;
- d. Promover a manutenção dos planos, atualizando-os e realizando testes e validações.

34.11 Risco de Contágio

O gerenciamento do Risco de Contágio consiste na possibilidade de impacto negativo no capital da Credicitrus, decorrente de eventos adversos que não fazem parte da instituição, devido à vinculação da Cooperativa à:

- a. Marca Sicoob;
- b. Marca Banco Sicoob; e
- c. Cooperativas de Produtores Rurais.

As informações obtidas no acompanhamento do Risco de Contágio são reportadas aos Órgãos de Governança.

34.12 Risco de Reputação e Imagem

O gerenciamento dos Riscos de Reputação e Imagem da Credicitrus é acompanhado por meio dos seguintes indicadores:

- a. Acompanhamento das reclamações de associados, com o objetivo de capturar e tratar temas que possam afetar a reputação e imagem da Cooperativa;
- b. Monitoramento das ameaças à imagem/marca: exposição da Cooperativa na internet.

34.13 Risco de Conformidade

A Política de Controles Internos e Conformidade (*Compliance*) da Credicitrus, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece diretrizes para o sistema de controles internos e conformidade da Cooperativa. Aplicável aos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, a política exige que cada profissional, independentemente do nível hierárquico, esteja comprometido e responsável pela prática e a disseminação da cultura ética, de conformidade e controles internos.

34.14 Programa de Teste de Estresse

O Programa de Teste de Estresse (PTE) é o conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança própria, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição, permitindo avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes, em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Além dos testes de estresse mencionados, são realizados backtest, que tem como objetivo auxiliar na avaliação da adequação e da robustez das premissas e das metodologias utilizadas nos modelos do Programa (Res. CMN nº 4.557/2017 artigo. 9º-I e artigo 13-II), e o teste de estresse integrado, que considera os efeitos adversos resultantes

das interações entre os riscos da Cooperativa (Res. CMN nº 4.557/2017 artigo 14).

Os testes fornecem subsídio às atividades de governança corporativa e aumentam a adaptabilidade da Cooperativa em momentos de instabilidade.

34.15 Declaração de Appetite por Riscos

A Declaração de Appetite por Riscos (RAS), as políticas e os procedimentos para gestão de riscos são ferramentas importantes na disseminação da cultura de riscos. Esses documentos estão registrados nos normativos internos e disponibilizados na intranet para todos os colaboradores da Credicitrus.

O apetite ao risco consiste na natureza, no nível máximo e no tipo de risco que a Cooperativa está disposta a assumir para atingir seus objetivos estratégicos. A Declaração de Appetite por Riscos (RAS) é aprovada pelo Conselho de Administração, reflete as definições da alta administração e orienta os planos estratégicos e os orçamentos que permeiam a Cooperativa.

34.16 Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

De acordo com a Resolução BCB nº 54/2020, o Relatório de Pilar 3 divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis à Credicitrus. Para mais informações referentes ao gerenciamento de riscos, acesse o relatório de [Pilar 3](#).

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, de forma contínua, o Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e da Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com a natureza e o volume dos riscos inerentes às suas operações. Em atendimento ao disposto na regulamentação prudencial, são apresentados a seguir os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e os respectivos índices calculados, incluindo o Índice de Basileia, cujo limite mínimo regulatório é de 12%, e o Índice de Imobilização, cujo limite máximo permitido é de 50%.

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	3.423.710
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	11.765.529
Índice de Basileia (mínimo 12%)	29,10%
Imobilizado para cálculo do limite	122.437
Índice de imobilização (limite 50%)	3,58%

36. Eventos Subsequentes

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia no âmbito da União, e promoveu alterações em normas tributárias federais, inclusive em dispositivos relativos à CSLL para determinadas entidades do sistema financeiro. Parte de seus efeitos serão produzidos a partir de 1º de janeiro de 2026, observada, para alguns dispositivos (majorações), a anterioridade nonagesimal. A LC 224/2025 foi regulamentada, em linhas gerais, pelo Decreto nº 12.808/2025 e pela IN RFB nº 2.305/2025.

A LC 224/2025 definiu a alíquota da CSLL aplicável às cooperativas de crédito em 15%, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026, em respeito à anterioridade de 90 dias. Essa definição integra a nova estrutura de alíquotas da CSLL para segmentos do sistema financeiro e de pagamentos, e exige revisão de projeções e controles a partir do exercício de 2026.

A LC 224/2025 não alterou o tratamento jurídico do ato cooperativo. Permanece vigente a definição do art. 79 da Lei nº 5.764/1971, segundo a qual o ato cooperativo não implica operação de mercado, não gerando, portanto, receita tributável sobre a qual incidiria IRPJ/CSLL; a tributação continua direcionada aos atos não cooperativos. No âmbito da reforma tributária do consumo, também se reconheceu a não incidência de CBS/IBS sobre atos cooperativos, nos termos a serem disciplinados, sem que a LC 224/2025 tenha modificado esse desenho.

Resumo do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria - 2º semestre de 2025

Durante o segundo semestre de 2025, o Comitê de Auditoria da Sicoob Credicitrus desempenhou suas atribuições estatutárias e regulatórias por meio de reuniões periódicas registradas em atas formais, nas quais foram avaliados temas estratégicos relacionados à governança corporativa, auditoria interna, auditoria independente, auditoria cooperativa, gestão de riscos, controles internos, compliance, ouvidoria e contabilidade. O trabalho do Comitê foi orientado pelos princípios de independência, rigor técnico e supervisão contínua dos mecanismos essenciais à integridade, confiabilidade e sustentabilidade das operações da Cooperativa.

No âmbito de auditoria, o Comitê acompanhou a execução e o desempenho do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), avaliou fragilidades apontadas nos relatórios de auditoria e monitorou a evolução dos planos de ação implementados pelas áreas. O colegiado também discutiu o planejamento, o escopo e as conclusões da Auditoria Independente relativas às Demonstrações Financeiras, bem como os resultados da Auditoria Cooperativa nos escopos prudencial, de resiliência cibernética, conduta e crédito rural.

No campo da gestão de riscos, o Comitê acompanhou os indicadores

prudenciais, incluindo risco de crédito (INAD15/INAD90), capital e liquidez, e observou que a exposição da Cooperativa permaneceu compatível com sua Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Destacaram-se ainda análises sobre perdas operacionais e aumento de ocorrências de fraude, que motivaram ações preventivas, reforço em campanhas educativas e aprimoramento de controles tecnológicos. Além disso, foram avaliados os resultados de exercícios simulados de ataque cibernético (TableTop), contribuindo para fortalecer a preparação institucional em segurança da informação.

No âmbito de compliance, foram analisadas as inconformidades identificadas, os treinamentos realizados, as medidas disciplinares aplicadas e a evolução dos planos de ação, assegurando aderência à Resolução CMN nº 4.859/2020. No tema Ouvidoria, o Comitê avaliou o comportamento das demandas, o tratamento das ocorrências e Implementação de melhorias.

De forma geral, o Comitê de Auditoria avaliou que as estruturas de Gestão Integrada de Riscos, Controles Internos e Conformidade mantiveram-se adequadas ao porte e à complexidade das operações da Sicoob Credicitrus, demonstrando aderência às melhores práticas de governança cooperativa e contribuindo para a mitigação dos

principais riscos do negócio. A Auditoria Interna atuou de maneira efetiva, cumprindo seu planejamento anual e oferecendo subsídios relevantes para o aprimoramento contínuo dos processos internos.

De forma clara e conclusiva, o Comitê entende que as demonstrações financeiras semestrais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis. Não foram identificadas restrições ou inconsistências que comprometessem a integridade, a transparência ou a fidedignidade das informações apresentadas. Sendo assim, o Comitê recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Bebedouro/SP, 27 de fevereiro de 2026.

Maria Madalena Fernandes Rocha
Coordenadora do Comitê

Claudemir Strachicini
Membro do Comitê

Marcos Lourenço Santin
Membro do Comitê

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da Cooperativa de Crédito Credicitrus - Sicoob Credicitrus

GRI 2-5

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacio-

nais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ausência dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1(b) às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes

aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa

opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa.

Operações de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, os saldos brutos de operações de crédito eram de R\$6.692.024 mil. Considerando sua relevância para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, assim como variáveis subjetivas consideradas na análise e concessão de crédito, as operações de crédito foram consideradas um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, seleção de amostras de operações e clientes da Cooperativa, para os quais enviamos cartas de confirmação de saldos, recalculamos o saldo devedor de operações de crédito considerando os termos e condições estabelecidas em contrato, inspecionamos as liquidações financeiras de parcelas, inspecionamos documentos contendo a análise de crédito efetuada pela Administração sobre esses clientes. Revisamos, ainda, as apresentações e divulgações constantes nas demonstrações financeiras relacionadas a esse principal assunto de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, concluímos que os critérios e premissas adotados pela Cooperativa são aceitáveis e as operações de crédito estão razoavelmente reconhecidas, mensuradas e apresentadas no

contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Cooperativa apresentava provisões para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito no montante de R\$564.526 mil. Esse valor foi reconhecido e mensurado de acordo com a política contábil adotada neste exercício, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, as quais exigem a utilização de modelo interno baseado em premissas e julgamentos subjetivos. Considerando a relevância do saldo e o nível de incerteza e complexidade inerente a essas estimativas, consideramos que esse assunto representa um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o apoio de nossos especialistas, realizamos procedimentos que incluíram, entre outros, revisão da política contábil de reconhecimento e mensuração das perdas esperadas e sua aderência aos requisitos regulamentares, análise da razoabilidade das principais premissas e julgamentos adotados pela Diretoria da Cooperativa, verificação da acurácia matemática do modelo utilizado e revisão das divulgações das demonstrações financeiras relacionadas a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Direto-

ria da Cooperativa, consideramos que a política contábil, as premissas e julgamentos relevantes, a metodologia de cálculo e as divulgações constantes da nota explicativa nº 8, são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente

de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de março de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Bruno Araujo Santos

Contador
CRC-SP291893/O

ANEXOS

Sumário de Conteúdo GRI

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
Normas Universais			
Conteúdos Gerais			
A organização e suas práticas de relato			
2-1	Detalhes da organização	Páginas 14, 15 e 33	Indicador universal
2-2	Entidades incluídas nos relatórios de sustentabilidade da organização	Página 4	Indicador universal
2-3	Período de relato, frequência e ponto de contato	Página 4	Indicador universal
2-4	Reformulações de informações	Não houve.	Indicador universal
2-5	Verificação externa	Página 189	Indicador universal
Atividades e empregados			
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais	Páginas 14, 20 e 96	Indicador universal
2-7	Empregados	Páginas 80 e 81	Indicador universal
2-8	Trabalhadores que não são empregados	Página 80	Indicador universal
Governança			
2-9	Estrutura de governança e composição	Páginas 33, 36, 38, 41, 42 e 45	Indicador universal
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança	Páginas 36, 38 e 41	Indicador universal
2-11	Presidente do mais alto órgão de governança	Páginas 33 e 36	Indicador universal
2-12	Papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	Páginas 33 e 174	Indicador universal

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Páginas 68 e 174	Indicador universal
2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	O Conselho de Administração aprova, formalmente e com registro em ata, o Relatório de Sustentabilidade.	Indicador universal
2-15	Conflitos de interesse	Páginas 46 e 47	Indicador universal
2-16	Comunicação de preocupações críticas	Página 49	Indicador universal
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Páginas 42 e 45	Indicador universal
2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Página 44	Indicador universal
2-19	Políticas de remuneração	Página 44	Indicador universal
2-20	Processo para determinação da remuneração	Página 44	Indicador universal
2-21	Proporção da remuneração total anual	A diferença entre o aumento anual do indivíduo mais bem pago e o aumento médio anual dos demais empregados (excluindo o mais bem pago) é de 0,87. Foi considerado nesse cálculo: salário, gratificação de caixa, gratificação de função, anuênio, abono congelado, horas extras e adicional noturno, remuneração variável, honorários, bolsa de estágio, vale-alimentação e refeição, seguro de vida, bolsa graduação/pós/MBA, convênios médico e odontológico, auxílio-babá e creche, fundo de previdência privada, provisões de 13º, PR, Férias e Bônus para membros da diretoria e encargos (INSS e FGTS). Mudança na metodologia do cálculo: no RS24, o cálculo foi feito em cima da média salarial, e não da mediana.	Indicador universal
Estratégia, políticas e práticas			
2-22	Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	Página 6	Indicador universal
2-23	Políticas de compromissos	Páginas 32, 33, 46, 47, 49, 50, 52, 55 e 68	Indicador universal
2-24	Incorporando as políticas de compromissos	Páginas 46 e 47	Indicador universal
2-25	Processos para remediar impactos negativos	Páginas 49, 55, 68 e 69	Indicador universal

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
2-26	Mecanismos para buscar orientação e expor preocupações	Páginas 49 e 55	Indicador universal
2-27	Conformidade com leis e regulamentos	Página 68	Indicador universal
2-28	Participação em associações	IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).	Indicador universal
Engajamento de Stakeholders			
2-29	Abordagem para o engajamento de stakeholders	Páginas 20, 26, 28, 43, 52, 57 e 100	Indicador universal
2-30	Acordos de negociação coletiva	Página 80	Indicador universal
Tópicos materiais			
3-1	Processo para determinar os tópicos materiais	Páginas 26 e 28	Indicador universal
3-2	Lista de tópicos materiais	Páginas 26, 27, 28 e 29	Indicador universal
3-3	Gestão de tópicos materiais	Páginas 32, 46, 49, 50, 52, 62, 64, 68, 80, 84, 92 e 100	Indicador universal
Normas Específicas			
Conteúdos Econômicos			
Performance econômica			
201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Páginas 22 e 24	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades frente às mudanças climáticas	Página 68	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
Presença no mercado			
202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	O menor salário pago pela Credicitrus para os colaboradores dos sexos masculino e feminino representa 115% do salário mínimo de SP e 136% dos salários mínimos de MG e MS.	Engajamento, equidade e inclusão dos colaboradores
Impactos Econômicos Indiretos			
203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	Página 100	Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	Páginas 52, 72, 73, 74, 75, 76 e 100	Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico
Práticas de Compra			
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	Página 96	Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico
Combate à Corrupção			
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	A Credicitrus possui reduzido relacionamento com órgãos públicos, mitigando a existência de corrupção. Dentro das operações da Cooperativa, avaliamos uma operação quanto aos riscos relacionados à corrupção: as solicitações de licenças para abertura de Postos de Atendimento, que possuem um processo para mitigar os riscos.	Ética e combate à corrupção
205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Página 46	Ética e combate à corrupção
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Em 2025, não houve casos de corrupção na Credicitrus. Também não foram identificados casos de corrupção em relação a terceiros.	Ética e combate à corrupção
Conteúdos ambientais			
Energia			
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Páginas 68, 69 e 70	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
302-4	Redução do consumo de energia	Páginas 68, 69, 70, 72, 73 e 94	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
Água e efluentes			
303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	Páginas 68 e 71	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
303-3	Captação de água	Páginas 68 e 71	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
Emissões			
305-1	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	Páginas 68, 69 e 70	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
305-2	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 2)	Páginas 68, 69 e 70	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
305-3	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	Páginas 68, 69 e 70	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Páginas 68, 69 e 70	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Páginas 68, 69, 70, 71, 72, 73, 94 e 95	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
Resíduos			
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Páginas 68, 71, 94 e 95	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
Avaliação ambiental de fornecedores			
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Página 98	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Página 98	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
Conteúdos Sociais			
Emprego			
401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	Página 82	Atração e retenção de talentos
401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Página 85	Atração e retenção de talentos

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
401-3	Licença maternidade/ paternidade	Página 87	Atração e retenção de talentos
Saúde e Segurança do Trabalho			
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Página 86	Atração e retenção de talentos
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	Página 86	Atração e retenção de talentos
Capacitação e Educação			
404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Página 92	Atração e retenção de talentos
404-2	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Páginas 82 e 92	Atração e retenção de talentos
404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Página 84	Atração e retenção de talentos
Diversidade e Igualdade de Oportunidades			
405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados	Páginas 33, 36, 80 e 88	Engajamento, equidade e inclusão dos colaboradores
405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	Páginas 87 e 88	Engajamento, equidade e inclusão dos colaboradores
Não Discriminação			
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Demonstrativos - Sicoob Credicitrus https://sicoobcredicitrus.com.br/demonstrativos/	Atração e retenção de talentos

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
Liberdade de associação e negociação coletiva			
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	A Credicitrus firmou acordos coletivos em três estados - SP, MG e MS -, todos devidamente assinados e cumpridos em sua integralidade. A Cooperativa dispõe de uma comissão formada pelos empregados para tratar, junto ao sindicato, cláusulas do acordo coletivo, incluindo o índice financeiro de reajuste. Após a assinatura do acordo coletivo, é divulgado no portal corporativo da Cooperativa. A Credicitrus entende não haver nenhum risco oriundo da liberdade sindical e da negociação coletiva, tendo em vista o nível de observância na contratação.	Educação e conscientização organizacional em sustentabilidade
Trabalho Infantil			
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Página 98	Educação e conscientização organizacional em sustentabilidade
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo			
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Página 98	Educação e conscientização organizacional em sustentabilidade
Comunidades Locais			
413-1	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	Páginas 56, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 95, 100 e 107	Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico
Privacidade do Cliente			
418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	Não houve.	Proteção de dados pessoais

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
Indicadores Financeiros			
FS1	Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	Página 64	Incentivo ao financiamento sustentável
FS2	Procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios	Página 64	Crédito responsável
FS3	Processos para o monitoramento da implantação por parte do cliente do cumprimento de exigências ambientais e sociais incluídas em contratos ou transações	Página 64	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
FS4	Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação das políticas e procedimentos ambientais e sociais aplicados nas linhas de negócios	Páginas 62 e 64	Incentivo ao financiamento sustentável
FS5	Interações com clientes/empresas controladas/parceiros de negócios referentes a riscos e oportunidades socioambientais	Páginas 62, 64, 68, 69 e 98	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
FS6	Percentual do portfólio por linhas de negócio por regiões específicas, tamanho e setor	Páginas 15 e 20	Crédito responsável
FS7	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócios, dividido por finalidade	Página 62	Incentivo ao financiamento sustentável
FS8	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício ambiental específico para cada linha de negócios, dividido por finalidade	Páginas 62 e 64	Incentivo ao financiamento sustentável
FS9	Abrangência e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais, e procedimentos de avaliação de riscos	A abrangência e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais é realizada anualmente, conforme escopo a ser definido quando da realização de auditorias na estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos da Cooperativa, observando a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução CMN nº 4.945/2021.	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
FS11	Percentual de ativos sujeitos à triagem ambiental ou social, positiva ou negativa	Página 64	Crédito responsável

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
FS13	Pontos de acesso em áreas de baixa densidade demográfica ou desfavorecidas economicamente, por tipo	Página 15	Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico
FS14	Iniciativas para melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas desfavorecidas	Página 104	Crédito responsável
FS15	Políticas para um justo desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros	Páginas 21, 52 e 62	Educação e conscientização organizacional em sustentabilidade
FS16	Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	Página 104	Educação financeira

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
Indicadores próprios			
IC-001	Perfil dos associados, por região geográfica e gênero	Página 15	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
IC-002	Ações implementadas visando aumentar a base de associados e o acesso a seus produtos e serviços	Páginas 56, 57, 74, 75 e 100	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
IC-003	Número de empresas cadastradas no <i>Market Club</i>	Página 59	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
IC-004	Número de relacionamentos via <i>Market Club</i>	Página 59	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
IC-005	Pessoas impactadas, por programa	Página 59 e 74.	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
IC-006	Número de participações nas assembleias gerais de associados, por estado	Página 34	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
IC-007	Resultado Social Econômico	Páginas 22 e 24	Educação e conscientização organizacional em sustentabilidade
IC-008	Investimentos do Instituto Credicitrus, por pilar	Página 102	Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico
IC-009	Número de avaliações de pedidos de crédito que passaram por análise de risco e impactos socioambientais	Página 64	Incentivo ao financiamento sustentável
IC-010	Descrição dos mecanismos de avaliação socioambiental de crédito	Páginas 21 e 62	Incentivo ao financiamento sustentável

Índice SASB

Indicador	Divulgação	Referência (pág.) / resposta direta	Tema material
Índice SASB			
FN-CB-230a.1	(1) Número de violações de dados, (2) porcentagem envolvendo informações de identificação pessoal (PII), (3) número de titulares de contas afetados	Página 50	Proteção de dados pessoais
FN-CB-230a.2	Descrição da abordagem para identificar e abordar os riscos de segurança de dados	Página 50	Proteção de dados pessoais
FN-CB-240a.1	(1) Número e (2) quantidade de empréstimos qualificados para programas destinados a promover pequenos negócios e desenvolvimento de comunidades	Páginas 62 e 64	Desenvolvimento comunitário e empoderamento econômico
FN-CB-240a.3	Número de contas correntes de varejo gratuitas fornecidas a quem não tinha conta bancária ou clientes sem banco	A Credicitrus não faz cobrança de tarifas de abertura e manutenção de conta corrente.	Bem-estar no relacionamento com os cooperados
FN-CB-240a.4	Número de participantes em educação financeira e iniciativas para não bancário, sub-bancário ou clientes mal atendidos	Página 104	Educação financeira
FN-CB-410a.2	Descrição da abordagem para incorporação de fatores ambiental, social e de governança (ESG) na análise de crédito	Página 64	Incentivo ao financiamento sustentável
FN-CB-550a.2	Descrição da abordagem para incorporação de resultados de testes de estresse obrigatórios e voluntários em planejamento de adequação de capital, a longo prazo estratégia corporativa e outros negócios	A Cooperativa possui Programa de Teste de Estresse aprovado pelos Órgãos de Governança com aplicação semestral e avaliação dos resultados da adequação e da robustez das premissas e metodologias além dos impactos de concentrações significativas de riscos níveis de capital e de liquidez.	Gestão de riscos e oportunidades ambientais e climáticas
FN-CB-000.A	1) Número e (2) valor das contas correntes e de poupança por segmento: (a) pessoal e (b) pequenos negócios	A) Pessoal (todos os associados PF) Número (unidades) 30.110 B) Pequenos negócios (classificados conforme parâmetros internos) Número (unidades): 763	Incentivo ao financiamento sustentável

Mapa de ODS

1ERRADICAÇÃO DA POBREZA



- [Página 79.](#)

2FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



- [Página 11;](#)
- [Página 61;](#)
- [Página 67;](#)
- [Página 79.](#)

3SAÚDE E BEM-ESTAR



- [Página 79.](#)

4EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



- [Página 11;](#)
- [Página 31;](#)
- [Página 79.](#)

5IGUALDADE DE GÊNERO



- [Página 11;](#)
- [Página 31;](#)
- [Página 79.](#)

6ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



- [Página 67;](#)
- [Página 79.](#)

7ENERGIA LIMPA E ACCESSÍVEL



- [Página 11;](#)
- [Página 61;](#)
- [Página 67;](#)
- [Página 79.](#)

8TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



- [Página 11;](#)
- [Página 31;](#)
- [Página 61;](#)
- [Página 67 e 79.](#)

9INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



- [Página 11;](#)
- [Página 61;](#)
- [Página 79.](#)

10REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



- [Página 11;](#)
- [Página 79.](#)

11CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



- [Página 11;](#)
- [Página 61;](#)
- [Página 67;](#)
- [Página 79.](#)

12CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



- [Página 11;](#)
- [Página 31;](#)
- [Página 61;](#)
- [Página 67 e 79.](#)

13AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



- [Página 11;](#)
- [Página 61;](#)
- [Página 67;](#)
- [Página 79 e 111.](#)

15VIDA TERRESTRE



- [Página 61;](#)
- [Página 79.](#)

16PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



- [Página 11;](#)
- [Página 31;](#)
- [Página 67;](#)
- [Página 79 e 111.](#)

17PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



- [Página 11;](#)
- [Página 31;](#)
- [Página 79;](#)
- [Página 111.](#)

205

Expediente

Cooperativa de Crédito Credicitrus

Rua Prudente de Moraes, 534
Centro, CEP 14.700-120, Bebedouro (SP)

Marcos Lourenço Santin

Presidente do Conselho
de Administração

Maria Tereza de Souza Lima Uchôa

Vice-Presidente do Conselho
de Administração

Denise T. da Silva de Almeida

Diretora Administrativa e Diretora-
Presidente Executiva, em substituição

Fabio Rodrigues Fernandes

Diretor de Negócios

Jonas Ferreira

Diretor de Governança,
Riscos e *Compliance*

Wagner Aparecido Alguas

Diretor Financeiro

Maria Madalena Fernandes Rocha

Coordenadora do Comitê de Auditoria

André Luís Marangoni

Contador CRC 1SP191800/O-8

Coordenação geral

Jonas Ferreira

Diretor de Governança, Riscos
e *Compliance*

Ana Carolina Targa Camargo Baltazar

Coordenadora de Governança
Corporativa e Normas

Jonathan Arduini

Governança Corporativa

Lilian Helena Lopes de Oliveira Pereira

Governança Corporativa

Apoio

Ricca Sustentabilidade

Projeto editorial, redação de
conteúdo, consultoria GRI e
tradução e diagramação.

4buzz

Capa e projeto gráfico

Fotos

Banco de Imagens Credicitrus
Adobe Stock

CREDICITRUS



S I C O O B C R E D I C I T R U S . C O M . B R



credicitrus@credicitrus.com.br

(17) 3345-9000 |  (17) 3344-5020